



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

ROSANA MARIA SCHWERZ

**SE FERRE A ESCUTA, PODE FERIR A PSICÓLOGA? OS ENLACES ENTRE
TRANSFERÊNCIA E VIOLÊNCIA**

Orientadora: Profa. Dra. Mériti de Souza

FLORIANÓPOLIS, SC

2022

ROSANA MARIA SCHWERZ

**SE FERRE A ESCUTA, PODE FERIR A PSICÓLOGA? OS ENLACES ENTRE
TRANSFERÊNCIA E VIOLÊNCIA.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestra em Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Mériti de Souza.

FLORIANÓPOLIS

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schwerz, Rosana Maria

Se fere a escuta, pode ferir a psicóloga? : Os enlaces
entre transferência e violência. / Rosana Maria Schwerz ;
orientadora, Mériti de Souza, 2022.

170 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Psicanálise, Violência,
Transferência, Prática Clínica. . I. Souza, Mériti de .
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Psicologia. III. Título.

Rosana Maria Schwerz

Se fere a escuta, pode ferir a psicóloga? Os enlaces entre transferência e violência.

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Mara Coelho de Souza Lago, Dr.^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Jaquelina Maria Imbrizi , Dr.(a)
Universidade Federal de São Paulo

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestra em Psicologia.

Prof. Adriano Beiras, Dr.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Mériti de Souza, Dr.(a)

Orientador(a)

Florianópolis, 2022.

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço a vida, ao viver e ao sobreviver. À possibilidade de até então ter vivido a pandemia do COVID-19 sem me contaminar e sem perder diretamente nenhum familiar pelo vírus.

A conclusão dessa dissertação, certamente é oferecida a todos/as que viveram esse momento histórico. Que se isolaram, usaram máscaras e cuidaram dos seus com o mesmo zelo que cuidaram dos outros. Assim como também homenageia a todos/as que tiveram suas vidas ceifadas pelo vírus e pelas negligências políticas.

Em muitos outros momentos da história, precisamos lidar com a vulnerabilidade dos nossos corpos, mas talvez nunca antes de forma tão globalizada e veloz. Assim, agradeço a ciência, a medicina e a todos que foram disponíveis no combate ao Covid-19. Viva o SUS!

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Mériti de Souza, que com acolhimento e generosidade me orientou na escrita deste trabalho, costurando comigo as vivências da prática clínica com os conhecimentos acadêmicos.

Agradeço às(aos) colegas de mestrado pelas angústias divididas, e aquele único abraço que tivemos antes da quarentena, e em especial aos presentes no Grupo de Orientação e Leituras que mantivemos nos sábados pela manhã. Pela leitura atenciosa e cuidadosa, pela companhia e por serem presença em momentos tão difíceis. Estendo o carinho às(aos) colegas do Laboratório de Psicanálise, Processos Criativos e Interações Políticas (Lapcip) e ao Grupo de Estudos Modos de Vida, Família e Relações de Gênero (Margens), assim como às professoras que contribuíram com essa jornada, seja nas aulas, qualificação, defesa, ou pelos encontros potentes que temos pela vida. À Capes, pelo financiamento, e ao PPGP da UFSC, pois dentre lutas e divergências, ainda se faz plural e possível.

Agradeço aos meus pais, agricultores, que lutaram muito para que eu pudesse estudar, esse percurso também é por/para vocês! Obrigado por me ensinarem a ter fé e ser corajosa.

Por fim, agradeço a quem foi/é/será re.E.xistência! Se todo coração é uma célula revolucionária, juntos(as) nós somos o corpo da/na rEvolução.

Para colocar na introdução, tento começar, então, uma história de mim mesma partindo de algum lugar, delimitando um momento, tentando construir uma sequência, oferecendo, talvez, ligações causais ou pelo menos uma estrutura narrativa. Eu narro e me comprometo enquanto narro, relato a mim mesma, ofereço um relato de mim mesma a outra pessoa na forma de uma história que poderia muito bem resumir como e por que sou.

Judith Butler, 2015.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 O LUGAR/NÃO LUGAR ATRÁS DO DIVÃ.	17
2. ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	29
3. VULNERABILIDADES – ENTRE O SINGULAR E O SOCIAL	38
3.1 DIÁLOGOS COM LAPLANCHE E BUTLER – A CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DOS SUJEITOS.....	39
3.2 A REDE SOCIAL – FALOLOGOCENTRISMO E HETERONORMA	49
3.3 PSICANÁLISE E MATRIZES IDENTITÁRIAS – REFLEXÕES ACERCA DAS CAPTURAS.	62
4. VIOLÊNCIAS: DO SOCIAL À CLÍNICA.	77
4.1 VIOLÊNCIAS – PODER E CORPO.....	96
5. PSICANALISANDO – ESCUTA E TRANSFERÊNCIA	108
5.1 ESCUTA, TRANSFERÊNCIA E PANDEMIA – MOVIMENTOS E (TRANS)FORMAÇÕES?.....	116
5.2 TRIPÉ PSICANALÍTICO, TRANSFERÊNCIA E VIOLÊNCIAS. DO AMPARO AO SILÊNCIO; OS FUROS E VAZIOS DESSAS RELAÇÕES..	131
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152
ANEXOS	160

RESUMO

A construção desta pesquisa de mestrado foi motivada tanto por minha vivência quanto pelos atravessamentos da escuta ao longo da prática clínica e das supervisões. Neste estudo, foram analisadas as repercussões de linguagens e ações violentas direcionadas à figura feminina que se encontram presentes na sociedade e que se manifestam por meio da transferência na clínica exercida por mulheres. Trabalhei com o pressuposto de que a heteronorma e o falologocentrismo atravessam os discursos e as práticas presentes na sociedade, os quais, por sua vez, atravessam a transferência na prática clínica realizada por mulheres. Com o método da pesquisa em psicanálise, por meio da escuta flutuante, da associação livre e da transferência, realizei entrevistas *on-line* com mulheres analistas, a fim de obter suas percepções acerca dos entrelaçamentos entre transferência e violências. Essas reflexões se fazem relevantes para os campos da psicanálise, da psicologia, dos estudos de gênero e outros, pois visam a aproximar o diálogo entre esses campos e a releitura de conceitos já consolidados historicamente, além de problematizar os atravessadores do falologocentrismo e da heteronorma na prática clínica. Para isso, analisei autores que promovem esse diálogo, como Sigmund Freud, Judith Butler, Jurandir Freire Costa e Jean Laplanche, entre outros. A complexidade da relação que se estabelece entre as teorias de gênero e a psicanálise, assim como se apresentam na sociedade falologocentrada e heteronormativa, atravessam o viver, o relacionar, o psicanalisar e o clinicar. As vivências recontadas e depositadas nesse espaço dizem respeito ao singular do sujeito que ali se apresenta, mas também ao social que o constrói. Compreender os enlaces do social com a transferência é necessário, assim como problematizar o desejo e a rede simbólica de práticas e de linguagens que atravessam a vida humana e que estão presentes no campo analítico.

Palavras-Chave: Violência; Transferência; Heteronorma; Falologocentrismo; Prática Clínica; Psicanálise.

ABSTRACT

This study was motivated both by my own experience and by the experiences of listening during clinical practice and supervision. In this paper, I analyzed the repercussions of violent language and of actions directed at females that are present in society and that manifest themselves through transference in women's clinical practice. I carried out my research based on the hypothesis that the heteronorm and the phallogentrism cross the discourses and the practices found in society, which, in turn, also cut across the transference in the clinical practice carried out by women. Through the method of research in psychoanalysis, by means of free-floating listening, of open association and transference, I have done online interviews with female analysts, in order to gather their perceptions about the interrelations between transference and violence. These discussions have relevance for the fields of psychoanalysis, psychology, gender studies and others, since they aim to promote dialogue between these fields and the revision of historically consolidated concepts, in addition to questioning the impact of phallogentrism and heteronorm in the clinical practice. To this end, I have analyzed authors who foster such dialogue: Sigmund Freud, Judith Butler, Jurandir Freire Costa and Jean Laplanche, among others. Gender theories and psychoanalysis, as they are presented in the phallogentric and heteronormative society, go through the complexity of the relations between living, establishing relationships, doing psychoanalysis and practicing. The experiences which are retold and recorded in this material relate to the unique aspect of the individuals who present themselves here, but also to the social aspect that constitutes them. It is necessary to both understand the intertwining of the social with transference and to question the desire as well as the network of practices and speeches that permeate human life and that are present in the analytic field.

Keywords: Violence; Transference; Heteronorma; Phallogentrism; Clinical Practice; Psychoanalysis.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

Dr.- Doutor

Dr.^a- Doutora

p.- página

LAPCIP- Laboratório de Psicanálise, Processos Criativos e Interações Políticas

MARGENS - Modos de Vida, Família e Relações de Gênero

PPGP- Programa de Pós Graduação em Psicologia

UNESP - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho

CRP12 - Conselho Regional de Psicologia

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

CEPSH – UFSC- Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina

CNS- Conselho Nacional de Saúde

CFP- Conselho Federal de Psicologia

1. INTRODUÇÃO: INSPIRAÇÕES INICIAIS

Escrever é procurar entender, procurar reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada. (LISPECTOR, 1999, p. 134).

Dos muitos discursos que se repetem ao longo das nossas vidas, um que eu cresci ouvindo e acreditando é que quem lê viaja mais e mais longe e pode, assim, conhecer o mundo e quem sabe outros mundos mesmo estando na sala de casa, ou, no meu caso, na grama onde me aninhava em longas horas devorando livros. Porém, escrever sempre foi um grande desafio, apesar de ser também um grande desejo. Será que as pessoas também sonham em escrever um livro? Sobre o que falar, como falar e para quem falar? No desenrolar dessas perguntas e da vida que, cronologicamente, vai acontecendo, vamos nos distanciando dessas pequenas vontades e mergulhando no roteiro da vida adulta. A sequência, que é quase clichê, envolve trabalhos, boletos, algumas doses de lazer e muitas responsabilidades que vão adentrando as horas outrora destinadas à leitura e devoram-nos na objetividade do dia a dia. Nós nos deslocamos, suprimimos, e, por vezes, substituímos os sonhos por metas e objetivos. O sentir dá lugar ao pensar e a vida adulta segue colecionando mais e mais integrantes inquietos, porém, quietos.

Entretanto, como nos mostra o pensamento psicanalítico, o desejo pulsa, insiste, e assim, conscientemente ou não, vez ou outra, conseguimos novamente transitar por espaços que nos (re)conectam. Habitar lugares acadêmicos, por exemplo, aproxima-nos novamente desse universo literário, mas sob outras perspectivas. Agora, é preciso ler, é preciso escrever e é preciso produzir. O que era viagem, torna-se árdua jornada e fere mais um pouquinho as boas sensações que essas atividades despertavam, especialmente quando a escrita precisa seguir certas lógicas acadêmicas, como roteiro e parágrafos ordenados dentro de uma lógica que possa dar conta dos nossos pensamentos, sem distorcer conceitos ou deixar vagas

compreensões para o leitor. Precisamos ter cuidado. Cuidado em não falar só sobre nossas percepções; precisamos referenciá-las. Cuidados ao referenciar, sem plagiar. Cuidados e cuidados, que junto com a escrita, produzem ansiedades, angústias e drenam a energia da(os) estudantes e da(os) escritora(es) pesquisadora(es), essencialmente quando isso acontece em momentos históricos que valorizam mais a produtividade do que propriamente a complexidade e profundidade das produções. Assim, aqui está, o primeiro desafio dessa dissertação, produzir dentro das lógicas acadêmicas, mas gerar para o leitor, o prazer das leituras infantis no gramado.

Mesmo em meio aos desafios, sabemos que, às vezes, é preciso escrever para escutar (e para se escutar), afinal, como propõe Clarice Lispector, “nem tudo o que escrevo resulta numa realização, resulta mais numa tentativa. O que também é um prazer.” (LISPECTOR, 1999, p. 133). Dessa forma, rascunhando ideias e devaneios, percebi, nos últimos anos, que a fala contida e pontual, desenvolvida para habitar o espaço clínico, não dá conta de todos os pensamentos, percepções e provocações que essa mente inquieta insiste em produzir. Foi necessário retornar à academia, para um espaço no qual a fala e a escrita têm a possibilidade de emergir e se construir para além das linhas rígidas das produções científicas, têm a possibilidade de encontrar ouvintes atentos às nuances do discurso e de embarcar nessa jornada que se propõe a refletir sobre um fazer prático, um fazer sensível, um fazer atravessado de subjetividade, de um corpo de mulher que sente a estrutura social em que vive, que sente os atravessamentos do lugar profissional de psicóloga (a clínica) que ocupa e que sente as inquietudes de um contexto social violento e opressor.

Devido a esses enlaces entre as demandas por produtividade e os prazeres da leitura e escrita, já iniciamos com uma introdução um pouco diferente e talvez mais longa que o ideal, pois não só introduz, como reflete enquanto escreve, e se questiona acerca das palavras escolhidas antes mesmo de apresentar o assunto pelo qual passearemos. Assim, essa introdução também se torna um relato de trajetória, uma tentativa de contar uma história, como é com a história clínica, que “nada mais é do que o registro escrito da experiência. Essa é repleta de lacunas, ausências e composta em fragmentos” (COSTA, 2019, p.02), compondo, assim, uma demonstração de quanto o viver e o psicanalisar se atravessam e extrapolam as paredes do consultório, expandindo as lacunas, bem como suas possibilidades de preenchimento. Dessa forma, também cabe apontar que muitas palavras aqui utilizadas têm a

intenção de aproximar o(a) leitor(a), gerar identificação e (re)conhecimento, e não apenas expor uma teoria ou realizar análises, afinal, citando novamente a poetiza; “... já que se há de escrever, que ao menos não se esmaguem com palavras as entrelinhas” (LISPECTOR, 1964, p.137). Com isso, contamos a história dessa pesquisa, passando pela menina no gramado com livros até a mulher atrás do divã, afinal, essa é a dissertação de uma mulher, atravessada pelo discurso psicanalítico, em diálogo com os estudos de gênero, que sai da posição de ouvinte de histórias singulares e reconhece a importância de pesquisar as relações estabelecidas pelo sujeito com a natureza e o social para contar e refletir acerca delas, na especificidade da prática clínica.

Assim, a leitora de livros cresceu e escolheu cursar psicologia onde se transferenciou profundamente com a psicanálise. A minha atuação com psicologia clínica teve início ainda nos estágios da graduação na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP – dentro das duas ênfases que existiam na época (2008-2012), no caso, a clínica tradicional e a clínica crítica. Essa experiência me permitiu transitar entre diferentes abordagens da psicanálise freudolaciana e também na esquizoanálise, com Deleuze e Guattari, o que possibilitou expandir o olhar e a escuta sobre esse “lugar/não lugar” que a psicologia clínica pode compreender na sua complexidade, mas, essencialmente, levando-me a (re)significar a posição da psicóloga, da analista¹ e os atravessadores sociais que permeiam as posições ali ocupadas. Assim, meu percurso profissional, seja na faculdade, nos estágios e, posteriormente, na atuação em consultório, tem na escuta a orientação do viés psicanalítico, mais especificamente, a psicanálise freudiana.

Após a formação, com a escolha de atuar em uma cidade de pequeno porte (80 mil habitantes) no oeste do estado de Santa Catarina, no qual a psicologia ainda era mais utilizada para seleção e “contenção” e se apresentava de forma biologizante, também devido à alta presença de indústrias na região, a prática clínica foi, e ainda é, construída em um cenário que tem como realidade quase “cotidiana” os altos índices de violências contra as mulheres,

¹Por ser este um trabalho escrito sob o viés psicanalítico, associado ao viés das leituras feministas pós-estruturalistas, serão utilizados também os termos analista/analizando(a) para fazer referência às pessoas que ocupam as posições de terapeuta e paciente. É conhecido que a palavra paciente já vivenciou críticas dentro do meio analítico, pois pressupunha uma pessoa chata, que desejava ser curada, ao passo que o “analísante” desejava se analisar. Não compactuo totalmente com essa posição, e como propõe Calligaris, no seu livro “Cartas a Um jovem terapeuta”, “a psicanálise me interessa pela sua capacidade de transformar as vidas e atenuar a dor” (2004, p.79), e não pelos termos e disputas de poder teórico. Assim, escreveremos com ambos, a depender de quem fala, e do conceito escolhido pelas analistas entrevistadas.

incluindo feminicídio, além de muitas outras expressões da violência, como racismo, homofobia etc. Paralela a atuação clínica, no ano de 2018 recebi um convite para me aproximar como colaboradora e realizar ações pela região oeste (SC) junto ao CRP12 (Conselho Regional de Psicologia). Dentre os temas trabalhados nessa experiência, as questões envolvendo mulheres, violências, direitos humanos e prática clínica figuravam entre os principais.

A junção desses pontos, dessas experiências de escuta, em diferentes contextos socioculturais, aliadas aos relatos de outras profissionais psicólogas que se percebiam com dúvidas ante alguns comportamentos dos pacientes e vulneráveis a alguns riscos, e as perguntas constantes das pessoas próximas acerca do “medo” ou do cuidado que eu deveria sentir/ter, além das discussões e debates junto ao CRP12 e à categoria profissional, colaborou para que houvesse o desejo de retornar à academia enquanto pesquisadora abordando a problemática desta pesquisa. Afinal, segundo a professora e psicanalista Marcela Andrade Gomes, “quem se dispõe a escutar se depara com o inesperado, a lei, a violência, a morte, o desamparo, o desespero; depara-se com a política” (GOMES et al, 2019, p.64). E nesse deparar-se, as inquietações transbordam e pedem “mais espaços” de reflexão, de análise e de construção.

Nesse enlace de experiências e de espaços, o trabalho clínico é um grande fermento. Afinal, a partir das muitas questões que a clínica desperta, quando vamos refletir sobre o campo das violências, por exemplo, e das posições ali ocupadas, um contraponto que surge, muitas vezes inclusive no discurso das pessoas envolvidas com a prática analítica é o da segurança, principalmente, quando o trabalho é realizado no período noturno. Não é raro a psicóloga/analista que trabalha à noite ouvir de seus familiares “você não tem medo de ficar em uma sala sozinha com o paciente à noite?”. Porém, compreendo que esse conceito de segurança dentro do espaço clínico fica deslocado e restrito, considerando que ele é do campo do controle, e o espaço clínico diz respeito mais ao imprevisível, ao acaso, ao disruptivo, ou mais freudianamente falando, às pulsões.

Assim, pesquisar esse espaço complexo e dinâmico, que fornece a possibilidade de que memórias e emoções emerjam e se ressignifiquem, necessita de conceitos que possibilitem sua análise, considerando tanto as condições singulares dos envolvidos na prática clínica quanto as condições econômicas, históricas, culturais, presentes nas sociedades às

quais pertencem. Entendendo que a subjetividade envolve necessariamente o social, o meu desafio foi trabalhar com os aspectos das violências que se manifestam no universal do social e no singular da subjetividade. Para isso, o retorno aos espaços acadêmicos foi um caminho necessário, e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC apresentou-se como um espaço ideal tanto para o problema de pesquisa, mas essencialmente para uma escrita que se apresenta singular, em primeira pessoa, atravessada por metáforas e exemplos, pois, enquanto mulher e psicóloga, considero não ser possível apresentar esta pesquisa sem mencionar os atravessamentos dela em mim e em minha prática, que foram culminando em reflexões e questionamentos aqui propostos. Afinal, quanto de uma trajetória é possível apresentar nas “breves” páginas de uma dissertação? Essa compilação de ideias e reflexões que aqui se apresenta, tem como corpo, além da vontade de escrever, o entrelaçamento de 9 anos de prática clínica, as provocações anteriores da graduação em psicologia, as minhas breves, porém intensas vivências de 32 anos e as leituras e estudos das teorias que foram ao longo dos anos encontrando identificação e produzindo ressonâncias.

A área de concentração Psicologia Social e Cultura e a linha de pesquisa Processos de Subjetivação, Gênero e Diversidades, permitem um diálogo entre os campos teóricos e científicos da psicologia com outras temáticas, além de problematizar a realidade atual, seja ela acadêmica, científica, subjetiva, política etc., atravessando não apenas minhas vivências profissionais e de outras psicólogas, mas, como um importante campo de fala, de representação e de interlocução. Nesse espaço, acredito ser possível pensar a prática clínica de forma ampliada, contextualizando esse “fazer” solitário, com o social, o político, o cultural etc. Inclusive, é imprescindível, no atual contexto sócio- histórico em que vivemos, que a psicologia clínica seja reconhecida como intrinsecamente social, conforme pensava Freud e nos lembra Miriam Debieux Rosa:

Freud recusa a divisão indivíduo-sociedade, a divisão psicologia individual-social, e afirma uma concepção bio-psico-social. Ele demonstra as modificações psíquicas que a influência das instituições impõem ao indivíduo e considera que a entrada na vida social impõe modificações ao sujeito. (ROSA, 2004, p.333).

Assim, a clínica precisa ser posta em diálogo com as demais áreas da psicologia e do conhecimento, afinal, podemos pensá-la enquanto um fazer solitário, mas não isolado ou deslocado. Ela precisa ter seus conceitos ressignificados para dar conta da pluralidade de sujeitos emergentes (e/ou hoje perceptíveis/reconhecidos), que cada vez mais e com mais

potência, apresentam-se e são representados pelos diferentes espaços, lugares e categorias, retomando e ressignificando, desse modo, não apenas a compreensão de clínica, como a de escrita. Entendo que, assim como uma não precisa ser solitária, a outra não precisa ser rígida/academicista. Na fluidez, nas interfaces e conexões, podemos desconstruir, reconstruir e construir.

Não é possível, nem desejável hoje, conceber um espaço que não seja político ou atravessado por ele, “a política, ainda que vista por alguns como restrita ao que é do público, diz respeito também à vida subjetiva dos sujeitos constituídos a partir de seus laços sociais”, (GOMES, CORREA, GUERRA, CORREA, NASCIMENTO, FAVARETTO, 2019, p.64). Nossos percursos não são neutros, somos corpos afetados, subjetividades atravessadas, e é nesse encontro clínico/social que a solidão do consultório aliada ao fato de a psicologia clínica ainda estar à margem da maioria das discussões teóricas e metodológicas, bem como, a posição da psicóloga ser negligenciada enquanto corpo feminino, que as inquietações surgiram e o transitar se tornou necessário.

No geral, os olhares, as pesquisas, voltam-se para o “divã” e esquecem a poltrona por trás dele. Se realizarmos uma procura sobre as produções acadêmicas encontraremos essa defasagem de pesquisas acerca de quem escuta e de quem está no divã. Além disso, existe uma responsabilização, por vezes “pesada”, posta sobre a qualidade, a ética e o manejo, entre outros componentes do trabalho clínico, que precisa ser praticado com precisão, frieza e distanciamento, mas com acolhimento e sensibilidade: “(...) o analista tem de permitir que o paciente o invada, permitir-se um tipo de desposseção de si mesmo, e também manter uma distância e uma atitude psicanalítica reflexiva”. (BUTLER, 2015, p.48).

Porém, o que sente/percebe o(a) analista cabe somente à sua análise pessoal ou à sua supervisão, ou podemos trazer para o campo da pesquisa? Essas perguntas e a percepção de um “certo” silêncio acerca desse tipo de debate começaram a me inquietar mais profundamente; afinal, esse ainda insuficiente debate acerca da temática pode ser percebido como um vazio. E o que a psicanalista faz diante do vazio que emerge? O que fazer, afinal, com esses silêncios que eu percebia e que também sentia quando me era perguntado sobre esse “a mais” que emergia em sessão? Como entendê-los sem ser a partir de projeções e/ou naturalizações? Oferecer escuta, oferecer ferramentas e oferecer pesquisa parece-me um bom primeiro passo.

Segundo o psicanalista Cristian Dunker: “Escutar com qualidade é algo que se aprende. Depende de alguma técnica e exercício, mas também e, principalmente, de abertura e experimentação” (DUNKER, 2019, p. 25). Nesta pesquisa, primeiramente, convido os(as) leitores(as) a se despossuírem da teoria e da interpretação clássica sobre os conteúdos emergentes e as problemáticas propostas. Desposseção aqui no sentido que Butler oferece ao termo, ou seja, no sentido de abstração em relação a si mesmo e em relação a conceitos e ideias pré-estabelecidos. Assim, convido os(as) leitores(as) das teorias de gênero e das teorias da psicanálise a não se fixarem nos binarismos masculino/feminino e não adentrarem profundamente a esse recorte, buscando ou esperando mais construções sobre o feminino ou sobre a mulher. Enfim, convido todos(as) à escuta, aberta e possível, pois busco evidenciar/escutar essa posição “atrás do divã” e possibilitar um espaço de fala para esse lugar, para essas vozes, realizando, assim, uma escuta para quem escuta.

Entretanto, como nos livros, por mais que se saiba o roteiro geral da história, cada capítulo pode apresentar surpresas inesperadas. Assim, apresentou-se 2020 e o primeiro ano do curso de mestrado, que teve sua trajetória inicialmente interrompida e depois “remodelada”, devido à ocorrência da pandemia de COVID-19. Mesmo com a ausência das aulas presenciais, o projeto de pesquisa seguiu com sua escrita e suas leituras, mas, somaram-se mais e mais desafios em sua construção, além dos já esperados para um projeto de mestrado a ser realizado nessa área, com essas temáticas e neste momento histórico e político atual. Com isso, ao longo do presente trabalho, serão apontados alguns impactos desse “novo” cenário, ou “novo normal”, como vem sendo popularmente chamado o atual momento, seja na metodologia, seja no problema da pesquisa, assim como na minha percepção acerca das violências e de como elas se apresentam/expressam dentro desse contexto atual.

1.1 O LUGAR/NÃO LUGAR ATRÁS DO DIVÃ.

Objetivamos nessa pesquisa, pensar o espaço clínico como um lugar/não lugar, e isso, envolve primeiramente entender que o que propomos não se limita a um lugar espacial, social, econômico, temporal, geográfico, entre outros, mas a um lugar mais antropológico, e até subjetivo, por vezes, próximo à análise do conhecido sociólogo Marc Augé, que apresentou,

em 1992, o conceito de “não lugar”, e foi reescrevendo esse conceito, posteriormente, em quase todos os seus trabalhos. Segundo Augé, “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar” (AUGÉ, 1994, p.73).

A partir dele, é possível compreender as transformações sociais, problematizando a fixidez dos lugares, com a hibridez dos não lugares, ampliando, assim, a compreensão do lugar/não lugar da psicóloga, da clínica, da transferência, das violências, que foram analisadas neste trabalho, bem como o não lugar da autora, que passeia entre as posições de pesquisadora, psicóloga clínica, mulher, entre outros. Augé emprega o termo não lugares para indicar um espaço de passagem:

Acrescentemos que existe evidentemente o não-lugar como o lugar: ele nunca existe sob uma forma pura; lugares se recompõem nele; relações se reconstituem nele; as “astúcias milenares” da “invenção do cotidiano” e das “artes de fazer”, das quais Michel de Certeau propôs análises tão sutis, podem abrir nele um caminho para si e aí desenvolver suas estratégias. O lugar e o não lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente – palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da atitude e da relação. (AUGÉ, 1994, p.74).

Compreendo aqui, justamente, esse lugar/não lugar como a mescla entre o lugar social marcado e autorizado para a psicóloga, para a mulher, para a analista, mas que não se contém em linhas pré-marcadas. Transborda, como o inconsciente transborda na sessão por meio dos atos falhos, chistes, sonhos e, entre outras formas de expressão, as posições ocupadas são/podem ser fluidas e, inclusive, citando novamente Augé (1994), podem estar nesse espaço de passagem, que existe, mas não restringe, não delimita, não se sobrepõe.

Somos moldados a partir da nossa cultura, do nosso contexto histórico e, mesmo que alguns elementos escapem e atravessem diferentes momentos e gerações, as ressonâncias disso permanecem e “sobrevivem” nossas vivências, impactando como vamos nos relacionar em todos os setores, espiritual, familiar, social, profissional, ou, simplesmente com o Outro. Considerando, portanto, que vivemos, atualmente, ainda dentro de uma sociedade falologocêntrica e heteronormativa, entre outras diferentes formas de opressão e restrições e que muitas dessas expressões de violências permaneçam camufladas/disfarçadas ou até negadas, surge o questionamento de se/quanto/como isso também foi, é ou pode ser praticado/vivido dentro da psicologia, especificamente na psicologia clínica e da psicanálise, e, ainda mais especificamente, com mulheres psicólogas/psicanalistas. Ao entendermos que a

subjetividade é atravessada pelas questões violentas postas na sociedade, no caso a heteronorma e o falologocentrismo, podemos pensar que os “efeitos” desse contexto são direcionados tanto para o(a) paciente quanto para a profissional.

Destacamos que o público-alvo da pesquisa foi feminino. Entendendo que o objetivo está envolvido na escuta de analistas, vale salientar que meu recorte de pesquisa não se fez dentro de uma perspectiva de gênero exclusivamente essencialista e binária, que pressupõe, *a priori*, uma violência do masculino direcionada exclusivamente para o feminino². Com isso, cabe explicar que não considero que o masculino, ou pessoas que se identificam em diferentes categorias de gênero e orientação sexual não sejam alvos dessa possível violência, inclusive reconhecemos o quanto os discursos e as práticas sobre as masculinidades também atravessam o masculino e o binarismo hierárquico, ditando formas/normas de relação.

Portanto, na pesquisa, foram consideradas as falas de profissionais analistas mulheres, independentemente de onde elas localizam (e se localizam) essas violências, podendo acontecer de elas trazerem relatos dos seus atendimentos nos quais constem o masculino e/ou o feminino como direcionando a essas violências. Entendo que a heteronorma e o falologocentrismo afetam a todos(as) e podem se apresentar do feminino para o feminino, do feminino para o masculino, do masculino para o feminino etc. Destaco a importância de manter uma atenção na escuta e na escrita, procurando não me direcionar para um binarismo e essencialismo homem/mulher, vítima/opressor, certo/errado. Porém, de forma explícita, trago minha experiência de prática clínica, ao longo dos últimos anos, com o “a mais” que me afeta como psicóloga mulher e que me mobiliza na pesquisa sobre a violência da heteronorma e do falologocentrismo, pois observo que se exacerba a direção da violência na transferência direcionada à analista mulher.

Conhecemos as discussões que atravessam os conceitos de homem e mulher, e que trabalham com identidades, sendo por vezes muito carregadas de questões biológicas e limitantes ao sujeito, porém, há também uma série de estudos em psicanálise que nos mostram que não é possível restringir a complexidade dos sujeitos à biologia, dentre eles o próprio

² Reconheço que algumas autoras que compõem a bibliografia clássica feminista trabalham com a violência de gênero nessa perspectiva do essencialismo e da definição exclusiva e identitária do homem e da mulher, porém como não trabalho com essa perspectiva, também não foi objetivo dessa dissertação adentrar com mais profundidade nessas leituras e autoras.

Freud, que apesar de concluir de maneira equivocada que a anatomia é o destino (1924/1996c), também apontava a complexidade desse assunto:

todos os indivíduos humanos, em resultado de sua disposição bissexual e da herança cruzada, combinam em si características tanto masculinas quanto femininas, de maneira que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdo incerto (FREUD, 1925/1996a).

Freire Costa lendo Freud retoma de forma importante a ideia de que a identificação questiona a solidez do conceito de identidade, ao invés de estabilizá-lo, e que;

a identidade é um amálgama de afetos e representações que o sujeito experimenta e formula como sendo a natureza do seu Eu e do Outro, do corpo-próprio e do mundo de coisas e objetos. Essas representações e afetos são transitivas, móveis e múltiplas. (COSTA, 1984, p. 85).

Jean Laplanche (1980) avançou as reflexões freudianas no que tange à sexualidade infantil, e aponta que previamente à diferença dos sexos, há uma diferença de gêneros, admitida pela psicanálise, porém não teorizada. A psicanálise, tal qual a criança submersa no mundo adulto, recebe a oposição sexual entre masculino e feminino; ela a situa como uma distinção terminal à qual se chega (LAPLANCHE, 1980, p. 170). Para o autor, na sequência cronológica o gênero vem primeiro, precedido pelo outro social que constitui uma fantasia sobre a criança: “é menino, é menina” dizem os pais ao apresentar a criança para os espaços sociais.

Desse modo, prosseguindo reflexões dentro da psicanálise no que tange a sexualidade e gênero, sem adentrar além do objetivo dessa pesquisa, serão utilizados os termos masculino e feminino, entendendo que as pessoas se reconhecem nessas modalidades a partir das representações que lhes são oferecidas, porém, não se fixam nelas, e isso não representa algo rígido. Reconheço a questão do inconsciente, do desejo, do real, do biológico, mas essencialmente entendo que o sujeito se conhece e reconhece a partir do seu singular, dos seus processos de encontro/identificação/construção, enfim, da sua subjetividade. E esse reconhecimento também será importante para as reflexões acerca da identificação das violências, pois também passa pela forma como o sujeito as recebe e as reconhece.

Quando compreendemos que a transferência pode carregar violências, reportamo-nos ao simbólico e à linguagem, que é socialmente generificada, ou seja, a generificação já carrega violências, pois coloca o masculino como predominante e superior. Assim, existe uma

hierarquia, um binarismo que está também presente na linguagem e que vai aparecer na prática clínica, e, por si só, já pode conduzir violências ao profissional, independentemente de sexo/gênero. Somos constituídos dentro desse caldo cultural, portanto, não seria possível estarmos ilesos.

Porém, compreendo também que essas violências que estão presentes na rede social aparecem com intensidade em relação às pessoas que se identificam e se apresentam de forma confrontante com o “padrão” falologocêntrico e heteronormativo, sejam eles femininos, masculinos, trans ou outros(as). Reconheço isso, e, a partir desse reconhecimento, realizei o recorte do feminino: portanto, nesta pesquisa, interessa a violência reconhecida pela profissional psicanalista que exerce a prática clínica. Compreendendo isso, já cabe ressaltar que a redação do projeto também buscará uma quebra dessa generificação, apresentando, sempre que possível, a escrita no feminino e no masculino, mas não de forma hierárquica.

Portanto, enfatizo que nesta pesquisa, o binarismo vítima/culpado (entre outros) não nos³ contempla e não é o caminho que seguimos. Também não se trata de um estudo envolvendo a masculinidade, por isso não mergulharei no conceito, utilizando-o apenas como uma precaução para não adentrar a uma leitura idealizada do feminino, afinal entendemos que os homens também estão vulneráveis a essas violências. Como aponta Pierre Bourdieu, na questão da masculinidade, entendendo-a como construção social que incita os homens a se reconhecerem apenas a partir da associação entre masculinidade e virilidade, criando assim uma enorme dificuldade para muitos homens na valorização do feminino. Ou seja, para defenderem sua virilidade, conforme posta no simbólico que atravessa a sociedade, muitos homens entendem ser necessário menosprezar o feminino.

Este universo de discurso (...) inteiramente orientado para a reprodução de uma ordem social e cósmica baseada na afirmação ultra-conseqüente do primado da masculinidade oferece ao intérprete uma imagem ampliada e sistemática da cosmologia "falonarcísica" que assedia também nossos inconscientes. (BOURDIEU, 1995 p. 135).

Assim, ressalto que não pressuponho que as possíveis violências que foram investigadas sejam praticadas apenas por homens. Segundo Mara Lago e Cristina Wolf, “os

³A predominância de escrita dessa pesquisa foi em primeira pessoa. Porém o(a) leitor(a) pode perceber em alguns momentos a escrita no plural/terceira pessoa. Isso ocorre em momentos onde entendo que eu não falo sozinha. Uma dissertação é construída “a muitas mãos”. A universidade, a orientadora, leituras, portanto escrever ela toda no singular da primeira pessoa seria deveras egóico, principalmente sobre um tema onde muitas de “nós”, mulheres temos lugar e condição de fala.

estudos de violência envolvendo as relações de gênero naturalmente precisaram desenvolver reflexões sobre homens e as estreitas relações entre as construções patriarcais de masculinidades subordinadoras das mulheres e violentas” (LAGO, WOLF, 2013, p.235). Com isso, há abertura para a escuta de relatos que envolvam pacientes femininas e/ou masculinos.

Apresentado esses pontos importantes, questiono de forma mais específica, se a transferência posta a operar na prática da psicanalista, quando se propõe a escutar o inconsciente, o sofrimento psíquico, pode trazer consigo a violência posta na constituição subjetiva e na rede social, especialmente, a violência posta na heteronorma e no falologocentrismo. Os conteúdos que emergem em uma sessão clínica, aqui, em específico, a dinâmica transferencial, pode ser, além de condição indispensável à análise, um “veículo” condutor dessa violência? Em palavras mais diretas, a transferência pode “carregar” resquícios de violência da heteronorma e do falologocentrismo para os envolvidos no processo transferencial?

A heteronorma e o falologocentrismo são conceitos caros para este trabalho que permearão as discussões propostas, bem como servir de referencial analítico. O falologocentrismo surge por meio da combinação das palavras falocentrismo e logocentrismo para criticar a predominância do *falo* e do *logos* como referências às teorias sociológicas, econômicas, psicológicas, psicanalíticas, históricas, dentre outras, que adotam o falo e a razão como referências privilegiadas.

Termo criado por Jacques Derrida⁴ a partir de falocentrismo e logocentrismo para designar o primado concedido de um lado pela filosofia ocidental ao logos platônico, e, de outro, pela psicanálise a simbólica greco-freudiana do falo, segundo a qual não existiria senão uma libido ou energia sexual, e que seria de essência masculina (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p.36).

A heteronorma, por sua vez, é um conceito trabalhado por alguns(mas) autores(as), dentre eles(as), a filósofa Judith Butler (2003), importante autora do chamado pós-estruturalismo, e se refere ao comportamento e à existência social das pessoas dentro de um modelo heterossexual e binário. Em sua obra *Problemas de Gênero* (2003), a autora aponta que os conceitos de sexo e gênero surgem do que ela chama de heterossexualidade compulsória. Para ela, tanto o sexo como o gênero são atos normativos, afirmados pela repetição. A heteronormatividade é a matrix heterossexual imposta aos sujeitos, não sendo

⁴ Jacques Derrida, importante filósofo do pós-estruturalismo, cunhou o conceito citado, dentre outras importantes contribuições teórico-críticas e outros conceitos como *diférance*, desconstrução, etc.

algo natural, mas imposto e normativo. Em outras palavras, o heterossexual é tido como modelo, “imaginário”, decorrente de uma suposta heterossexualidade natural. (BUTLER, 1993, p.239). Segundo a autora, o sexo, assim como o gênero, compreendem construções sociais produzidas pela coerção do aparato da heteronormatividade aplicada desde o início da vida do sujeito (1993, p.12). As normas regulatórias e de controle do sexo servem para materializar a diferença sexual dos corpos, servindo, assim, à heteronormatividade.

Podemos considerar que a relação sexo e gênero é posta e se reinscreve até os dias atuais na sociedade, com a perspectiva de, por meio desses binarismos sexo/gênero/biológico/cultural, sustentar e renovar lógicas falologocêntricas, heteronormativas e, por consequência, violentas ou, em palavras mais simples, sustentar os mecanismos de controle e poder regidos pela primazia do masculino e da razão. Essa relação binária serve de controle por existir um *lugar* compreendido, o “não lugar”, o entre, que assusta e desconforta, além de dificultar as possibilidades de controle social. É importante pensar em atravessamentos e não em pontos fixos ou explicáveis na constituição dos sujeitos, essencialmente nesta pesquisa, que oferece escuta às teorias feministas e que pensa em uma interface com a psicanálise, pois compreendo que esse caldo cultural, binário e hierárquico, escorra e adentra a prática clínica. Por fim, apenas sinalizo aqui o caminho deste estudo; nos capítulos seguintes, esses conceitos serão analisados com maior profundidade.

Segundo a filósofa e escritora Simone de Beauvoir (1980, p. 09): “não se nasce mulher, torna-se”. Ao dizer isso, Simone revolucionou a compreensão do que é ser mulher e do quanto isso é um caminho de construção/encontro/autorização. Assim, propus aqui uma reflexão próxima com a profissão da psicologia: não se nasce psicóloga, torna-se. E, se considerarmos a psicanálise, esse caminho se alonga ainda mais ao envolver na sua autorização, além da teoria e prática, a análise pessoal. E nesse processo de nos tornarmos algo, muito do que foi construído como possibilidade de existência, ou até condição de existência, assim como nos nossos processos de subjetivação, vem junto e condiciona comportamentos, sentimentos e escolhas, seja sendo mulher, seja sendo psicanalista, e, principalmente, sendo mulher e psicanalista.

Tendo em vista que são posições já pré-marcadas historicamente do(a) profissional e do(a) paciente, com todo um padrão ideal de “funcionamento”, o presente trabalho propôs o pensar sobre as interlocuções desses lugares e os impactos que uma suposta “posição” da

psicóloga-psicanalista pode ter sobre os corpos que habitam esse espaço, seja negligenciando expressões/ações de violência por parte dos pacientes, seja sustentando uma escuta que já se perdeu por receio de falhar profissionalmente, seja expondo o próprio corpo a uma situação “de exposição à violência” dentro de uma sala fechada, ou evidenciando outras implicações que ainda não conhecemos, mas que permeiam o trabalho clínico de escuta do inconsciente.

O conceito de transferência proposto por Freud em seus escritos foi sofrendo alterações ao longo da sua obra. Ainda, ele foi sendo trabalhado ao longo dos anos pelos psicanalistas em suas diferentes percepções/aplicações do conceito, seja dentro ou fora da clínica.

Acompanhar passo a passo a trajetória de elaboração do conceito de transferência possibilita, por um lado, situá-la em toda extensão de sua complexidade, que só pode ser elucidada e apreendida corretamente à luz das intrincadas relações que entretém com outros conceitos fundamentais da psicanálise, em cuja esteira se situa o conceito de desejo inconsciente. Por outro, possibilita percorrer os caminhos pelos quais a própria clínica psicanalítica foi, pouco a pouco, sendo tecida e construída. (BARATO, 2010, p.229).

Para Freud, a transferência desempenha um papel que poderia parecer contraditório, mas é justamente o que faz ela funcionar, pois ao mesmo tempo que ela pode se apresentar como resistência no processo analítico, ela também é "seu melhor instrumento" (FREUD, 1916-1917a). “Finalmente, desenvolveu-se a técnica sistemática hoje utilizada, na qual o analista abandona a tentativa de colocar em foco um momento ou problema específico” (FREUD, 1914, p.163). Considerando que a resistência é vista como uma condição inerente ao processo analítico, o manejo da transferência se torna a “arma”, a ferramenta que o analista possui para reprimir as repetições e superar as resistências, afinal, as associações livres e as interpretações (que ocorrem dentro da transferência), ajudam a tornar consciente o material reprimido (FREUD, 1914). “Descritivamente falando, trata-se de preencher lacunas na memória; dinamicamente, é superar resistências devidas à repressão” (FREUD, 1914, p. 163).

Considerando isso e conforme apontado anteriormente, nesta pesquisa, pretendo analisar as repercussões de linguagens e práticas violentas sustentadas pelo falologocentrismo e pela heteronorma e direcionadas à figura feminina, de forma específica na transferência direcionada à analista. O objetivo geral da pesquisa é de analisar as repercussões das violências direcionadas à figura feminina, procurando compreender como elas se manifestam

na prática clínica de analistas mulheres considerando, de forma específica, as relações entre a transferência e as violências associadas ao falologocentrismo e à heteronorma.

Os objetivos específicos dizem respeito a: analisar os conceitos de transferência e de violências presentes na obra freudiana e em autores psicanalistas contemporâneos, bem como em autores associados às áreas da filosofia e da história; analisar os conceitos de heteronorma e falologocentrismo, considerando os(as) autores(as) dos estudos de gênero, bem como autores psicanalistas contemporâneos; analisar as experiências das psicólogas clínicas que atuam em consultório particular no estado de Santa Catarina sobre as relações entre os campos da transferência e das violências ancoradas na heteronorma e no falologocentrismo; ampliar o campo de estudos sobre as relações entre a transferência, o falologocentrismo e a heteronorma como expressões de violências na prática clínica exercida por mulheres.

Destaco a importância e a delicadeza desta pesquisa, pois a transferência é elemento chave na prática clínica e seu entrelaçamento com a violência e com o recorte do feminino que proponho é importante para questionarmos a partir da escuta, dentro da posição da analista e, a partir da própria psicanálise, esse possível transborde, que não se limita a uma “não escuta” ou a uma reação projetiva da profissional. Pontos centrais que podem ser alvo de questionamentos e embates são abordados neste trabalho e é com isso que defendo a importância da pergunta desta pesquisa, para refletir até onde vai o manejo da transferência e quando ela precisa ser questionada, afinal, talvez não seja apenas o “pôr em ato” que ocorre com o analisando quando esse “se expande” dentro de um processo analítico. Em outras palavras, entendo que a denominada transferência negativa e seu necessário manejo podem oferecer instrumental para lidar com alguns aspectos das violências no trabalho clínico. Porém localizo um “a mais” de violências no trabalho clínico realizado por mulheres que entendo que se relacionam com o falologocentrismo e a heteronorma que configuram nossas sociedades e nossas subjetividades.

Apresentadas as ponderações acima, seguimos para apresentar o desenvolvimento da pesquisa, que se encontra composta inicialmente por uma Introdução apresentada como capítulo 1, que contém um subtítulo chamado “O lugar não lugar atrás do divã”. Nela escrevo sobre meus caminhos, travessias e desejos, no mundo cotidiano, na academia e na profissão, o que me levou ao tema de pesquisa que desenvolvo e ao espaço que escolhi habitar para desenvolvê-la. Também aponto inicialmente os conceitos que desenvolvi ao longo da

dissertação. Logo após, no capítulo 2 intitulado “Estratégias de produção do conhecimento”, apresento as referências teóricas que sustentam o caminho metodológico adotado nesta pesquisa, ou seja, os processos/estratégias de produção do conhecimento.

O capítulo 3, “Vulnerabilidades – Entre o singular e o social”, dividido em três subcapítulos, trata da concepção de constituição psíquica com a qual trabalhei e dos campos da vulnerabilidade e violências, apresenta leituras sobre a rede social falologocêntrica e heteronormativa, assim como reflexões críticas acerca do campo das matrizes identitárias. Neles serão apresentados conceitos importantes deste trabalho, no caso, o falologocentrismo e a heteronorma, pensando em suas relações com manifestações de violência, recorrendo à Judith Butler (2003; 2004; 2001), Jacques Derrida (2001), Marcia Arán (2006) e Carla Rodrigues (2009). O capítulo 4 “Violências: Do social à clínica”, dividido em um subcapítulo, trata de reflexões sobre o complexo campo das violências, corpo e poder, e como essas leituras/percepções chegam para as analistas entrevistadas. O capítulo 5 “Psicanalizando – Escuta e transferência”, dividido em dois subcapítulos, aborda o conceito de transferência e suas manifestações, assim como reflete sobre o cenário pandêmico e suas reverberações no campo clínico. Também aborda questões envolvendo o tripé analítico e as ressonâncias na prática da psicanálise clínica. São apresentadas leituras feitas sobre as relações entre violência e transferência no campo clínico, pesquisadas em obras de Marilena Chauí (2019), Hannah Arendt (2019), Jurandir Freire Costa (1984), Sigmund Freud (1912), Joel Birman (2006), Jean Laplanche (1988) e Judith Butler (2003; 2015), dentre outros. Assim, são problematizadas as concepções de violência e de transferência com as quais trabalho, bem como a relação entre violência e transferência. Por fim, como capítulo 6, as “Considerações finais” vêm com a ousada tarefa de amarrar os pontos refletidos, sem contudo encerrá-los nessas páginas de dissertação, sustentando a importância de falarmos sobre a problemática dessa pesquisa para além dela e dialogarmos com diferentes áreas do conhecimento para problematização e desconstrução dessa complexa rede social hierárquica, binária e violenta.

Saliento que o título da pesquisa, especialmente na sua primeira parte, “Se fere a escuta, pode ferir a psicóloga?”, já traz um indicativo da delicadeza na leitura do projeto. Foi escolhida uma palavra que pede para ser lida de forma desconstrutiva: afinal, o que é *ferir*? Entendo que a primeira leitura pode conduzir para uma concretude, um machucado, ou, como o próprio dicionário sugere, um ato que envolve aplicar golpes. Porém, não é nessa

literalidade que a pergunta é proposta, e sim no desconforto, no estranhamento e no simbólico que ela pode despertar, algo próximo a um “arranhar” na escuta, que desperta a atenção da profissional para além da transferência. Em outras palavras, se “arranha” a escuta, pode ser pressuposto de uma intromissão, um “a mais” emergindo na sessão? “Ferir” foi a palavra escolhida por ser uma palavra simples e não necessariamente analítica, também dentro do princípio da escrita mais pessoal e menos formal desta pesquisa, assim como serão utilizadas outras ao longo do texto (como medo), visando a gerar ou a permitir uma identificação do(a) leitor(a), seja analista ou não, pela familiaridade das palavras.

Há momentos da escrita em que é questionado o tema que está sendo estudado, principalmente, por não ser uma problemática com produções e reflexões já muito desenvolvidas. Entendo que é um tema pinçado em meio à prática e que após ser levado, muitas vezes, para supervisão clínica, estende-se até a academia. Porém, esperamos que não tenhamos produzido apenas mais um trabalho acadêmico, mais um artigo, mais um item do repositório. Não gostaríamos que nosso trabalho fosse necessariamente intelectualizado, academicizado ou descolado da prática. Pelo contrário, a perspectiva é remexer nas feridas encobertas, camufladas, da prática clínica e trazer à tona o “não dito” de um “não lugar”. Entretanto, como fazer isso sem se expor tanto ou sem utilizar (ou utilizar, como fez Freud) a experiência prática como base de apoio também é algo que se mobiliza na pesquisa. Dentro das cobranças e exigências, a palavra ideal, do autor que dê “a entrada” adequada para o trabalho, do parágrafo que dê conta, o movimento é ler e escrever, escrever e ler.

Quando ocorreu na prática clínica que era importante elaborar os limites, ou primeiramente, levantar limites, surgiu também a grande pergunta que mobilizou a pesquisa: Até onde é preciso suportar? Existe um “a mais” que extrapola o acolhimento da angústia, nesse lugar e no que se atribui ao feminino, ao masculino, ao suportável. Em supervisão, a questão se amplia. Perguntamos sobre quais elementos possuímos para reconhecer e lidar com essa questão e seus limites? Como manejar o que excede? Além da análise/supervisão pessoal do analista, do estudo da teoria e da prática e do vínculo com instituições, seria a pesquisa o quarto elemento que pode contribuir para a evidenciação e posteriormente o manejo/ rompimento desse “a mais”?

Ao longo da escrita da dissertação tivemos no decorrer do período do mestrado recortes que foram apresentados em Jornadas e Congressos científicos nacionais, além da

produção de artigos enviados para publicação em revistas e periódicos. A receptividade e o retorno dessas atividades alimentaram a nossa escrita. Ainda, salientamos que procuramos manter na escrita da dissertação uma linguagem pessoal e simples visando também a ampliar o alcance e a compreensão do conteúdo, retomando inclusive uma característica da escrita de Freud, que é referencial e inspiração neste trabalho, não apenas em conteúdo, mas em escrita, clareza e até exposição de si, pois considero importante que produções acadêmicas no campo de humanas sejam disseminadas e defendidas com vivacidade, seja por questões políticas, acadêmicas, intelectuais e/ou pessoais. Os entrelaçamentos da pesquisa com o pesquisador produzem efeitos que não se limitam à academia, mas transformam práticas, ações, escutas e olhares em diferentes âmbitos e, quando envoltos pela perspectiva de posicionamentos ante possíveis violências, a divulgação dos resultados é imprescindível.

2. ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Ao se realizar uma pesquisa, tem-se como objetivo produzir conhecimentos mais aprofundados sobre determinado pensamento, acontecimento, vivência para depois devolver à sociedade produções que possam contribuir cada vez mais para a melhoria das práticas, de relações e/ou ações, como aponta o psicanalista Renato Mezan: “Pesquisa em ciência refere-se exclusivamente à tentativa de obter conhecimento novo e de apresentá-lo de modo a que possa se incorporar ao já existente, seja como complemento, seja como nova perspectiva” (MEZAN, 2006, p.231). É um caminho de troca, no qual um problema é levantado, esmiuçado, analisado e devolvido com mais contornos, mais possibilidades, ou, quem sabe, ainda mais questionamentos. De qualquer forma, a ampliação do olhar sobre isso gera novas e atualizadas formas de relação/atuação, visando sempre a desconstruir práticas limitantes, excludentes, violentas, universalizantes, etc. Para que isso ocorra com qualidade, um dos pontos de extrema relevância no bom andamento de uma pesquisa é a escolha do caminho metodológico, o qual pretendemos demonstrar nesse capítulo, apresentando também critérios e perspectivas que utilizamos para pensar a problemática e o desenrolar da dissertação.

Convergindo com minha prática profissional, na qual a escuta clínica é orientada pela psicanálise, essa pesquisa também a terá como referência teórica e metodológica, considerando as contribuições de autores pós-estruturalistas. Nesse entrelace com a clínica, é importante nos atentarmos à construção do método, que ele não seja sobreposto à prática clínica psicanalítica, no sentido de ser reduzido a uma escuta clínica. Ou seja, por mais que referenciais teóricos e metodológicos da psicanálise sejam utilizados na pesquisa e que o próprio Freud tenha trabalhado na construção do método a mesclagem de casos clínicos e teoria, entendemos que a prática clínica e a pesquisa, cada qual, possui uma função, ou melhor, um campo específico. Com isso, a pesquisa se orientará pelo método psicanalítico e chamaremos, assim, de “pesquisa com o método psicanalítico”, uma atividade em que se constituem e se transformam “objetos”, “pesquisadores” e “meios” ou “instrumentos” de investigação (conceitos, técnicas, etc.). (FIGUEIREDO, MINERBO, 2006, p. 262).

A parte clínica me compõe e emergiu em muitos momentos da escrita. Na escuta fluente, na transferência e na interpretação das informações obtidas, afinal, como aponta a professora Miriam Debieux Rosa:

O tratamento psicanalítico destaca a escuta do inconsciente, opera na transferência, com as associações do sujeito; escuta os efeitos do inconsciente, tanto no sujeito, como nos laços que produz, para a produção do saber inconsciente na transferência. (...). Freud construiu conhecimento a partir dos impasses da clínica, formulando seu método – como quando chamou os efeitos de amor na relação terapêutica de transferência – e reformulando toda a sua própria teoria diante de novos impasses. O método é a escuta e interpretação do sujeito do desejo, em que o saber está no sujeito, um saber que ele não sabe que tem e que se produz na relação que será chamada de transferencial. (ROSA, 2004, p. 341).

Essa relação transferencial entre teoria, pesquisador e participantes é imprescindível na pesquisa em psicanálise, afinal “a psicanálise se constituiria efetivamente como um discurso científico, na medida em que produziu um objeto teórico, articulado de maneira coerente por um método de investigação e por uma técnica (BIRMAN, p.47, 1994). Assim, compreendendo que o objeto da psicanálise é o inconsciente, as manifestações como sintoma, chistes, sonhos, atos falhos e transferência são de extrema relevância e conduziram a construção e os rumos dessa pesquisa (BIRMAN, 1994).

Freud pensa, em seus escritos, as articulações entre indivíduo e sociedade, e a psicanálise mescla isso teoricamente e na sua articulação com a clínica, produzindo a “lupa” para pensarmos nesse enlace de posições pessoal/profissional, tornando claros os devidos cuidados para não mergulhar em projeções e narcisismos. Não trabalhamos assim com uma concepção exclusiva de sujeito universal, pelo contrário, o pensamos em suas singularidades, descentralizando o sujeito da razão, da verdade universal, do indivisível, da consciência una e plena. Assim, nesta pesquisa, utilizamos o conceito de sujeito cindido e também compreendemos a inscrição política desses/nesses corpos, e que estes possuem saberes desconhecidos pela consciência, podendo assim trazer novos caminhos para a pesquisa.

Assim, falar de sujeito é falar de uma concepção ético política, e não de uma faceta do indivíduo recortado em bio/psico/social, sujeito produto e produtor da rede simbólica que caracteriza o que chamamos o social e o político. Desvendar um é desvendar o outro. (ROSA, DOMINGUES, 2010, p.182)

Considerando isso, não foi possível apontarmos de antemão todo um conjunto de técnicas e ferramentas “fechadas” que comporiam a metodologia, mas sim uma linha que norteou a escuta e a escrita da pesquisadora, orientando acerca do psiquismo, da subjetividade, das expressões conscientes e inconscientes que vão se apresentando ao longo da pesquisa. Possuímos um cenário mínimo, mas entendemos a pesquisa como devir, que

se/nos constrói e reconstrói ao longo da trajetória. Com isso, buscamos recorrer ao trabalho com a transferência, a livre associação, a escuta. Em outras palavras, pesquisamos considerando a relação entre sujeito e objeto como parte do conhecimento produzido, bem como entendemos e reconhecemos a presença da pesquisadora nas escolhas teóricas e metodológicas que foram realizadas; o método foi sendo construído no decorrer do trabalho de pesquisar e não constituímos um modelo definido *a priori* “fechado” em si mesmo. Assim, a observação e a leitura dos fenômenos estão em interação com a teoria, produzindo e transformando os participantes da pesquisa a partir do trabalho da transferência. (ROSA, 2004, p. 341).

Um dos pontos centrais da pesquisa psicanalítica é a capacidade de formular questões. Mais do que a temática, o cenário, ou os caminhos escolhidos para realizar as entrevistas, o que vai possibilitar que o não dito apareça, é a construção de perguntas que possam deslocar os participantes de suas inseguranças, racionalizações e até dos controles do discurso promovidos pelo social. Assim, a psicanálise se apresenta com essa escuta diferenciada, capaz de escutar o que escapa à razão, explicitando o furo do conhecimento/discurso/consciência. Assim, consideramos a fala e a forma como as participantes se colocam para a pesquisa, juntamente com seus corpos, suas reações, as expressões estéticas e comportamentais. O que extrapola o discurso também nos interessa. A estrutura da linguagem deve ser excedida, dando acesso à multiplicidade de manifestações presentes no corpo, nos símbolos e inclusive nos “vazios”, nas frestas que se abrem silenciosas.

“Pautada pela dimensão do enunciado e da enunciação do discurso, a pesquisa psicanalítica produz conhecimento interceptando a transmissão de dogmas e de idealizações, mediante o conhecimento de uma série de contextos e histórias, acrescido de articulações fora da história oficial.” (ROSA, DOMINGUES, 2010, p. 182).

Nesse ponto, tivemos um desafio extra, devido à realidade social que o país/mundo vive em função do surgimento da pandemia de COVID-19. Era desejo inicial e caminho metodológico dessa pesquisa, a realização presencial de entrevistas com analistas, porém, desde março de 2020, estamos vivendo dentro de um contexto de risco, devido à pandemia, que foi rapidamente atingindo todo o mundo e forçando-nos a uma reorganização nos modos de trabalhar, estudar, socializar e, por consequência, nos modos de viver, tornando o isolamento social necessário (e inclusive obrigatório, em determinados períodos) para

segurança e diminuição na velocidade do contágio do Corona vírus. Pensamos sobre uma mudança na metodologia que retiraria as entrevistas e que se voltaria a uma análise bibliográfica, mas consideramos que ter e trabalhar os discursos das profissionais atuantes é imprescindível para alcançar os objetivos aqui propostos, assim, migrar a realização destas para o *on-line* se tornou uma opção viável.

Em outubro de 2020, o isolamento social começou a ser revisto e “afrouxado”, e de forma talvez até antecipada, os encontros e eventos sociais foram liberados. Poucas instituições, em sua maioria as de ensino público, permaneceram com as atividades *on-line*. Em janeiro de 2021, uma boa notícia começou a mobilizar novas ações, pois a tão esperada vacina começou a ser distribuída pelo mundo, e o processo de imunização contra o vírus foi iniciado. Nesse momento, no Brasil, a distribuição das vacinas ainda era pequena, e o cenário era incerto, porém, alguns eventos estavam sendo retomados, e as instituições vinham revendo suas formas de trabalho. Em março de 2021, as medidas restritivas voltaram a se intensificar, e um estado de angústia se instalou novamente sobre a população. O vírus circulava, as pessoas circulavam e o corona se apresentava com uma sensação de *dejavu*, de ciclo que voltou ao início. Em outubro de 2021, período de realização das entrevistas, já tínhamos avançado nas vacinações, mas ainda pairava um estado de alerta, devido às variantes que foram surgindo e as pessoas resistentes a vacinação. Com isso, aproveitei o alcance do *on-line* e realizei entrevistas com profissionais de diferentes estados, entre eles São Paulo e Santa Catarina.

Assim, essa pesquisa teve como caminho metodológico a realização de entrevistas com mulheres psicanalistas, buscando responder a problemática proposta, e compreender o que essas profissionais entendem por violências e principalmente, como essas violências incidem em suas práticas clínicas. Utilizar entrevistas compreende ter em mente uma grande diferença da prática clínica, pois o suposto saber não está depositado sobre o entrevistador, mas sobre as entrevistadas. Aqui, é a entrevistadora que espera algo num processo de realimentação mútua (transferência). Logo, não há um dado a ser observado, buscado ou revelado – o dado se constrói na relação transferencial. (ROSA, 2010, p.185).

Dessa forma, pesquisar com entrevistas é utilizá-las como instrumento de observação e compreensão, entendendo que o ‘sujeito do inconsciente’ é resultante de um entrelaçamento de discursos sociais que serão reproduzidos na transferência. Segundo Miriam Dibieux Rosa,

“uma pré-condição para a realização da pesquisa em psicanálise é que a entrevista esteja pautada nesse pressuposto”, e que mesmo “sendo uma pesquisa do particular, a singularidade “de cada acontecimento não impede o estabelecimento de constantes gerais” (2010, p. 186).

As analistas que participaram da pesquisa foram indicadas por colegas profissionais e escolhidas devido a alguns atravessamentos e critérios: se reconhecerem como mulheres, atuarem com prática clínica dentro de alguma linha psicanalítica há mais de 5 anos, demonstrarem interesse ou curiosidade pela temática e se mostrarem disponíveis para uma entrevista *on-line*.

Consideramos importante o recorte da abordagem teórica das profissionais ser voltado à psicanálise, pois, como trabalharemos com o conceito de transferência, isso pode incidir sobre as percepções da profissional acerca do que ocorre durante a sessão. A participação foi voluntária e os encontros foram agendados conforme acordo com cada participante. As entrevistas foram realizadas e gravadas via Skype, tendo todo cuidado com o sigilo das informações e das participantes. Tendo em mente o *on-line*,⁵ que sou psicóloga clínica e atendo nessa modalidade, foram utilizados os mesmos recursos exigidos no atendimento psicoterapêutico *on-line* e regulamentados pela Resolução nº11 de 2018, publicada pelo CFP (Conselho Federal de Psicologia)⁶. As entrevistas gravadas foram transcritas integralmente e apresentadas conforme a fala das participantes. Também como medida adotada para manter o sigilo, tomei a liberdade de nomeá-las a partir da seguinte associação: todas terão seus nomes fictícios inspirados por autoras e personagens literárias da poesia, assim como os nomes de pessoas e/ou cidades que elas citam em suas falas. Farei uma apresentação ampla das mesmas, visando manter suas identidades em sigilo, mas apresentarei traços de suas trajetórias e singularidades.

Foram entrevistadas 4 mulheres analistas que serão chamadas de Cora, Hilda, Ana e Adélia. Possuem entre 31 e 65 anos, têm suas formações entre os estados do Sul e São Paulo, e circulam por diferentes instituições psicanalíticas. Algumas como membras, outras como participantes. Suas trajetórias possuem mesclas entre o trabalho clínico e o trabalho na

⁵Em 24 de fevereiro de 2021, foi divulgado um ofício da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, (Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS) sob o título: Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Sendo um documento que também orientará a realização da etapa online dessa pesquisa. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf

⁶ Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/05/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-11-DE-11-DE-MAIO-DE-2018.pdf>

educação, sejam universidades ou nas próprias instituições psicanalíticas. Como referenciais teóricos, temos desde analistas freudo lacanianas, até outras que circulam pelos campos das artes. Todas têm como graduação inicial a psicologia e foram estabelecendo transferência com a psicanálise ao longo da prática.

As diferentes faixas etárias das entrevistadas nos propiciam também diferentes tempos de atuação clínica, que variam de mais de 20 anos até 8 anos, trazendo assim conteúdos de diferentes momentos históricos, que interessantemente convergem entre si, demonstrando-nos o quanto a rede social heteronormativa e falologocêntrica permanece presente na nossa sociedade ainda atualmente.

Nas entrevistas, procuramos compreender as articulações que essas profissionais realizam com o falologocentrismo e a heteronorma postas na rede social e como elas podem reverberar na transferência atravessada pela violência. Utilizamos perguntas disparadoras durante as entrevistas (disponíveis no anexo 2), voltadas ao problema da pesquisa, mas trabalhamos, principalmente, com a associação livre, possibilitando um diálogo no qual puderam emergir, a partir da relação transferencial ali estabelecida entre pesquisadora e entrevistadas, as percepções acerca do problema de pesquisa levantado. Entendemos que, como ocorre na sessão clínica, essa escuta nas entrevistas, que se produz no contato, no que emerge, é importante para a produção e interpretação das informações.

Assim, é no encontro, na relação, no entrelaçamento entre as diferentes singularidades, que se produz conhecimento. O que foi me afetando ao longo da entrevista foi contribuindo para que novas perguntas fossem feitas, novas associações, novas memórias. Foi comum ouvir nas entrevistas, “não tinha pensado nisso antes de você me perguntar”. Nessa perspectiva, Figueiredo e Minerbo (2006) apontam a escuta flutuante como algo que descentraliza o tema central e recorta o texto, privilegiando temas, expressões, brechas, palavras e outros elementos que serão utilizados para reconstruir o texto, permitindo “ao analista criar ali um sentido novo, inesperado, produzindo uma outra verdade sobre o texto”. (2006, p.263). Um exemplo da importância de uma não rigidez nas entrevistas e do valor de uma escuta flutuante foram os relatos envolvendo o COVID-19 e os atendimentos online, que não estavam na perspectiva inicial dessa pesquisa, mas ganharam espaço de reflexão a partir das falas das entrevistadas.

Optamos por apresentar as entrevistas de acordo com a fala das entrevistadas. A transcrição e os trechos apresentados são, tanto quanto possível, literais, mantendo-se o estilo, o vocabulário, as expressões e buscando evitar assim, possíveis traduções da pesquisadora. Já é suficientemente complexo analisar o discurso, se ainda acrescentarmos pontos e vírgulas, ou correções que poderiam ser necessárias na “norma do português escrito”, corremos o risco de alterar o material mais rico desse trabalho, as percepções singulares e subjetivas das mulheres analistas, tal qual elas mesmas apresentam. Assim, incluiremos apenas alguns recursos para evidenciar pausas e reações em suas falas, e facilitar ao(a) leitor(a) a compreensão dos trechos, como se ele pudesse em sua leitura, ouvir delas mesmas esses fragmentos.

Além das entrevistas e dos casos relatados pelas mulheres analistas, apresento ao longo da dissertação trechos de casos clínicos do meu percurso. Alguns são colocados como epígrafes, abrindo a discussão dos capítulos, ou ao longo do texto, exemplificando e/ou encorpando o assunto dissertado. Com o intuito de amparar as reflexões aqui propostas na junção da teoria e da prática, mesclo ao longo da escrita autores de referência nos assuntos e vivências do fértil campo clínico.

A dissertação teve como recorte as mulheres psicanalistas, pois compreendemos que esse corpo que se apresenta para a escuta é atravessado por marcadores sociais, e isso afeta a forma como o(a) analisando(a) se autoriza nesse espaço. A fala da mulher analista, o corpo e a estética da mulher analista são componentes desse *setting* clínico, estão sujeitos aos atravessadores da rede social que *podem* pegar carona na transferência e *podem* chegar de forma violenta. Sabemos que outros marcadores, como a classe social, a etnia, dentre outros aspectos, reverberam na constituição subjetiva das pessoas e na prática profissional. Dessa forma, esses aspectos serão considerados na análise e discussão das informações, até porque eles se explicitam na fala das entrevistadas.

Dentro do campo institucional e ético da pesquisa, as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (anexo 1). O número de entrevistas realizadas foram quatro (4), pois sabemos que, na pesquisa qualitativa e no caso específico da pesquisa em psicanálise, não importa o tamanho expandido das entrevistas, já que não se correlaciona fidedignidade das informações obtidas com o tamanho do grupo entrevistado, e consideramos que as informações decorrentes dessas entrevistas nos forneceram um riquíssimo material para análise.

O projeto de pesquisa foi encaminhado para análise pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH - UFSC) em fevereiro de 2021, a fim de garantir as normas da Ética em Pesquisas com Seres Humanos, e teve sua aprovação em março de 2021, com o número do parecer 4.619.650. Além disso, esse estudo seguiu os preceitos éticos dispostos no Código de Ética Profissional do Psicólogo, Resolução CFP nº. 010/2005, e às exigências éticas e científicas fundamentais propostas pela Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do CNS (Conselho Nacional de Saúde), que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Por fim, levando em conta que estamos em um campo de pesquisa que envolve o social, é importante delimitarmos que não cabe à psicanálise, do ponto de vista teórico, esgotar a compreensão do fenômeno, como apontado por Rosa e Domingues:

No caso da contribuição da psicanálise ao estudo do campo social e político, não lhe cabe a pretensão de esgotar, por si só, o fenômeno: cabe-lhe esclarecer uma parcela dos seus aspectos, ainda que uma parcela fundamental. Sem pretensão de substituir a análise sociológica, cabe à psicanálise incidir sobre o que escapa a essa análise, isto é, sobre a dimensão inconsciente presente nas práticas sociais. (ROSA, DOMINGUES, 2010, p.187).

Ainda, de acordo com as autoras, quanto mais complexo o campo a ser estudado, mais importante o rigor conceitual e, diria também, o cuidado com as interlocuções produzidas. Assim, considerando que a temática envolve não apenas a compreensão das entrevistadas e como elas sentem sua atuação profissional e os atravessamentos do contexto histórico e cultural que vivenciamos, mas toda uma rede sócio-histórica de violências que se apresentam nas linguagens, nos discursos, nas posições, nos corpos e nas mais diferentes formas de existir no social, a pesquisa com o método psicanalítico deve contribuir efetivamente “para a elucidação dos modos como os sujeitos são enredados nas malhas da dominação, de modo a indicar possíveis saídas individuais, sociais e políticas. (ROSA, DOMINGUES, 2010, p.187).

Com isso, a escuta psicanalítica seria desde Freud transgressora, pois implica um rompimento do laço que evita o conflito entre o saber desse outro desejante e o social. Assim, a escuta por meio de entrevistas, constrói e reconstrói, não apenas a questão, mas a pesquisadora, as participantes, e por fim, o(a) leitor(a).

Dessa escuta – principalmente quando o sujeito se revela como tal, como um dizer – não se sai isento: uma tomada de posição ética e política torna-se necessária. As entrevistas ou situações que o psicanalista vai encontrar

supõem que escute desse lugar que rompe as barreiras de um sujeito indicado a partir de seus predicados, sujeito psicológico ou sociológico, para resgatar a experiência compartilhada com o outro, escuta como testemunho e resgate da memória. O relato em si não basta, dado que pode ser apenas a repetição automática que se detém em atualizar o traumático. (ROSA, 2004.p.344).

Considerando isso, é importante na pesquisa, como é na clínica, “não atrapalhar” os caminhos que as entrevistadas escolhem trilhar. À entrevistadora cabe assim, se lançar recorrentemente à singularidade da pesquisa em psicanálise, a transferência, como uma linha litorânea a se orientar, na escuta e na condução das entrevistas.

“O relato tem, na resistência do analista, o seu limite o limite do fantasma que suporta o analista e que o norteia para detectar quando o dizer pode ser compartilhado em experiência de um sujeito na história ou quando é puro gozo no sofrimento, o seu próprio ou o do outro. (ROSA, 2004, p. 344).

Por fim, as entrevistas foram escutadas inúmeras vezes, ressoando e me afetando nessa escuta, e dialogando com as leituras dos conceitos analíticos propostos nessa pesquisa. Escutar, escutar e escutar, para por fim, apresentar aos(as) leitores(as) fragmentos das entrevistas que reverberaram em mim e com as quais transferenciei, objetivando assim dar conta não apenas do objetivo dessa pesquisa, mas compartilhar a riqueza presente nas falas das entrevistadas e nas histórias de suas trajetórias, compondo os pares dessa dança entre contar e ouvir histórias, para a partir delas produzir reflexões que sejam enredos para novas histórias.

3 VULNERABILIDADES – ENTRE O SINGULAR E O SOCIAL

*Quem sabe um dia
 Quem sabe um seremos
 Quem sabe um viveremos
 Quem sabe um morreremos!
 Quem é que
 Quem é macho
 Quem é fêmea
 Quem é humano, apenas!
 Sabe amar
 Sabe de mim e de si
 Sabe de nós
 Sabe ser um!
 Um dia
 Um mês
 Um ano
 Um(a) vida!
 (MARIO QUINTANA, 2005)*

Mário é um recém formado arquiteto, 24 anos e muitas dúvidas sobre a profissão e que passos seguir após a faculdade. Filho de engenheiro, tem na empresa da família o caminho natural, mas não consegue se reconhecer quando está no escritório ao lado do pai. Buscou ajuda psicológica para entender porque se sente tão inseguro na profissão. Quando a angústia aperta passa horas em seu quarto desenhando. Seus desenhos inicialmente misteriosos aos poucos começam a aparecer em sessão. Paisagens vão se transformando em cenários mais pessoais e culminam no espaço clínico. Mário começa a trazer desenhos da sua psicóloga, do espaço e a cada desenho mostra-se um pouco mais sugestivo. Passa a mandar mensagens em horários diferentes e fazer perguntas sobre a vida pessoal. Quando percebe que a profissional segue mantendo seu posicionamento, ele utiliza a posição social da família e o dinheiro para fazer propostas, e posteriormente ameaças. A profissional vai manejando dentro da transferência e trabalhando com Mário o ciclo de repetições e auto sabotagens no enlace família, *status*, profissão e dinheiro. Mário insiste em ligações e durante as sessões tenta aproximações mais invasivas e inclusive físicas com a profissional, que após a realização de algumas supervisões, opta por encerrar seu processo.

Trazemos o recorte clínico acima com o intuito de ilustrar uma das situações que vivenciamos em nossa prática. Entendo que Mário, mesmo em estado de sofrimento,

representou/apresentou em ato uma violência, que pode ser associada à violência de gênero, que se dá pelo excesso, pela invasão da vulnerabilidade da profissional. Assim, para problematizarmos esses sujeitos que se apresentam para e nas falas, vamos primeiramente apresentar a constituição psíquica da qual partimos nessa pesquisa, afinal que sujeitos estamos escutando, de que sujeitos estamos falando?

3.1 DIÁLOGOS COM LAPLANCHE E BUTLER – A CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DOS SUJEITOS

Propor um projeto de pesquisa que visa a dialogar com o campo das violências é ter em mente que esse é um campo complexo, diverso, e sua detecção ainda se encontra em construção, afinal, a cada dia, conseguimos localizar mais formas de expressão e espaços de proliferação desse campo. Segundo o psicanalista Paulo Ceccarelli, “Para falar de violência, sobretudo em psicanálise, é necessário cautela, pois não pisamos em terreno firme. A falta de consenso, ou mesmo de bom senso, está presente em muitos trabalhos sobre o tema”. (CECCARELLI, 2020, p.214). Ele ainda aponta que “a concepção de violência é histórica e política”, (p.210), porém, ainda estamos longe de reconhecer todas as formas de apresentação e a complexidade que as violências podem adquirir, principalmente, se nos considerarmos também como partes envolvidas e atuantes. Afinal, as violências não se fazem apenas de forma intencional, ou consciente, elas estão entrelaçadas em nossa rede social e em nossa subjetividade, e assim, feito erva daninha, elas nos encobrem, alimentando-se e multiplicando-se sem que tenhamos total compreensão ou controle de como/quando/onde começam ou terminam.

Entendemos que as violências estão postas no social e atravessam os sujeitos desde o início da vida. Elas estão presentes nas relações, nas formas de subjetivação, em mim, no outro, na cultura, na sociedade, nas formas de poder, na clínica, na transferência. Elas se expressam e se renovam a partir das interferências humanas e das “necessidades sociais” que, infelizmente, se apresentam consideravelmente criativas e empenhadas em manter as lógicas de dominação e contenção. Aqui, interessa-nos pensar em como elas podem estar chegando ao

trabalho clínico e se são reconhecidas pela profissional psicanalista, inclusive as que, como Ana, têm interesse nos estudos sobre esse campo;

Ana: Eh olha por um tempo, eu, eu passei um tempo depois que eu me mudei aqui pra Bahia eu passei um tempo me dedicando a estudar a violência, participei de um grupo de trabalho que a gente, era psicanálise e cultura e aí eu me interessei, né. Me dediquei aí um tempo a pensar a violência. (informação verbal)⁷

Para encontrarmos esses caminhos, precisamos, inicialmente, pensar sobre esse complexo campo das violências e recortar algumas formas de compreendê-las e nomeá-las, pois afinal, o que chamamos de violências? Entretanto, anteriormente a isso, consideramos que este trabalho dialoga com diferentes teorias e diferentes formas de concepção do sujeito, porém como nosso recorte de pesquisa acompanha uma determinada concepção sobre a constituição do sujeito⁸, recorreremos, primeiramente, ao que encontramos em Jean Laplanche (1988) e na teoria da sedução generalizada para apresentar a concepção de constituição psíquica que foi adotada no presente trabalho. “Laplanche nos dá pistas importantes a respeito do intrincado legado freudiano sobre a assunção subjetiva do sexo e do gênero e, por consequência, da constituição do psiquismo”. (CECCARELLI, 2016, p.186).

É conhecido que algumas teorias, dentre elas várias de gênero, trabalham com uma concepção de sujeito/subjetividade sócio-histórica com a valorização do consciente, e, com isso, o masculino e o feminino se apresentam como marcadores de fato relevantes para as análises. Assim, pressuponho que o recorte para os(as) leitores(as) dessas áreas se faz mais justificável/compreensível, afinal, o corpo feminino é atravessado enquanto corpo e está na ponta dessas reflexões. Porém, dentro da psicanálise a partir de Freud, faz-se necessário perguntarmos pelo inconsciente e pelas suas articulações, pois a psicanálise não pensa homem/mulher, masculino/feminino, como modalidades exclusivamente conscientes. “Entendemos que a elaboração psíquica recebe o nome de sujeito e entendemos que sujeito é uma construção ficcional e está atravessado pelo que é da dinâmica do inconsciente, que se manifesta na transferência”. (ALBRECHT, SOUZA, 2021, p.180). Assim, a constituição

⁷ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁸ Freud não trabalhava com a ideia de sujeito, mas sim indivíduo. Foi Lacan que na psicanálise passou a trabalhar com o conceito de sujeito.

subjetiva não está posta de forma transparente e unificada pela consciência, mas interpelada, aqui, segundo Laplanche, por um outro⁹ que nos constitui.

(...) mesmo na psicanálise, há uma considerável pluralidade de compreensões sobre o psiquismo: se o inconsciente é algo fundamental e estruturante dessa teoria/prática/metodologia, o conceito está em disputa, não havendo consenso sobre sua origem (Inato? Construído? O que o estrutura?). E é em meio às diversas compreensões do psiquismo em psicanálise que Laplanche emerge como uma potencialidade de compreensão da subjetividade de modo não ipsocentrista. (RODRIGUES, BELO, 2017, p.02)

Naturalmente não cabe aqui nem é pretensão neste trabalho, adentrar profundamente a obra laplancheana; portanto, aponto, de forma breve, a sua teoria da Sedução Generalizada, que contribui para compreendermos a concepção de sujeito e a importância da intersubjetividade na formação do psiquismo/inconsciente, sendo a alteridade um ponto importante nesse processo, afinal provoca uma duplicidade interessante, pois ao mesmo tempo que vem como algo inevitável, também fascina. A alteridade rompe com o discurso da identidade e da *mesmidade*, não se tratando apenas de uma oposição, mas da “constituição de uma subjetividade que tanto “incorpora” quanto se constitui com esse outro e como esse outro”. (ALBRECHT, SOUZA, 2021, p. 176).

Para Laplanche, a fundação do psiquismo e a formação do inconsciente estariam relacionadas com a situação antropológica fundamental. O ser humano-bebê nasce em um estado de desamparo fundamental, dependendo totalmente do ambiente humano para sua sobrevivência e da atenção da pessoa adulta. “A criança da qual se trata situa-se sempre num estado de imaturidade, de incapacidade, de insuficiência em relação à experiência que lhe acontece”, e “o parceiro obrigatório da sedução é o adulto.” (LAPLANCHE, 1988, p.109). Em outras palavras, o originário no humano é o desamparo de uma criança dependente do adulto para sua sobrevivência.

A situação antropológica fundamental é a reunião assimétrica de um adulto dotado de um inconsciente tão sexual quanto irredutível, dispondo de uma alteridade que faz dele um corpo estranho interno, e de um *infans* inteiramente voltado para a satisfação de suas necessidades elementares (fome, sede, calor, ternura) (...). O

⁹É importante aqui diferenciar a escrita desse “outro” de acordo com os autores que são apresentados. Entendemos que em Lacan, o Outro é apresentado com "o" maiúsculo, e não representa necessariamente um sujeito em específico, mas sim uma função subjetiva que pode ser encarnada pelos mais diversos outros. Já Laplanche, não adota em sua escrita esse “o” maiúsculo, diferentemente de Butler, que utiliza também. Portanto quando estivermos nos referindo a Laplanche será o “outro”, e, em Butler, o “Outro”, respeitando assim a forma adotada por cada teórico.

inconsciente do adulto, da mãe, se mistura, compromete o conjunto das mensagens (não somente languageiras) dirigidas ao recém-nascido. (ANDRÉ, 2012 p.762).

Os cuidados dispensados pelo adulto ao bebê, que além de dependente é inicialmente passivo, tornam-se responsáveis tanto pelas questões básicas de sobrevivência (nutrição, limpeza, alívio de dores e incômodos, etc.), quanto são vias de transmissão de algo que ainda não existe, mas irá se desenvolver nesse contato. Talvez seja essa a característica mais essencial na definição da própria sedução: “a passividade da criança em relação ao adulto. É este que toma a iniciativa, insinua-se por palavras ou gestos: a sedução é descrita como "agressão", irrupção, intrusão, violência.” (LAPLANCHE, 1988, p. 110).

Ainda segundo o autor, ocorre junto com esse cuidado pela autoconservação, a transmissão de um excesso, um “a mais”, sobre o qual nem mesmo o adulto tem controle e consciência. Essa passividade não é necessariamente comportamental, mas existe uma inadequação para compreender ou simbolizar essa mensagem (a mãe que leva o bebê ao seio). Segundo ele, “a passividade, a atividade não devem ser definidas nem pela iniciativa do gesto, nem pela penetração, nem por qualquer outro elemento comportamental. A passividade está toda inteira na inadequação para simbolizar o que ocorre em nós vindo de parte do outro”. (LAPLANCHE, 1988, p.90)

Para ele, não há inconsciente inato no recém-nascido, as fantasias originárias nascem de uma situação fundamental da relação inicial, e até incontornável, e não de uma hereditariedade. Sua teoria “se desdobra nesse espaço ao mesmo tempo empírico e originário; ela apoia o primado do outro adulto na constituição do sujeito humano e, no adulto, desse outro que é o inconsciente”, (ANDRÉ, 2012, p.763). Ele não nega a existência do instinto, pelo contrário, a especificidade do humano. Para Laplanche, trata-se de enfatizar a desqualificação instintiva daquilo que não se escapa (fome, sede etc.), por onde o adulto também vai infiltrando uma mensagem sexual. Em palavras mais simples, o *infan* necessita para sua sobrevivência, desse outro que se apresenta, mas não se apresenta neutro ou descarregado de desejos, e sim de maneira sedutora, atravessando o desenvolvimento da constituição subjetiva. O encontro desse ser desamparado que ao ser cuidado também é penetrado pelo adulto. A pulsão, por sua vez, estaria nesse encontro, e não anterior a ele, como propôs Freud.

Quando o adulto dispensa cuidados ao bebê, passa, através deles, além das mensagens enigmáticas, algumas que se apresentam como códigos sociais, dentre elas, inclusive, o gênero. Laplanche vai pensar esses códigos sociais que deixam ruídos na relação adulto/criança como uma nova forma de identificação, uma identificação “por” em vez de uma identificação “a”, ou seja, não tem o sujeito como centro, mas se concilia com o papel central que o outro desempenha. As atitudes dos pais endereçadas ao corpo da criança atravessam sua constituição subjetiva, dessa forma, somos, desde cedo, atravessados por esse outro que carrega a linguagem, o social.¹⁰ Com tal proposta, Laplanche sugere que troquemos a identificação primitiva, freudiana, pelo sócio da pré-história pessoal (RODRIGUES, BELO, 2017, p.10).

A associação da teoria da sedução generalizada com a gênese da tríade gênero-sexo-sexual aponta uma inovação na formação do psiquismo em psicanálise: a existência, metapsicológica, de uma relação de poder sócio-historicamente relevante para a organização social. Tal reconfiguração metapsicológica propõe aproximações psicossociais em que podemos compreender o psiquismo de forma articulada às relações sociais e as relações sociais articuladas ao psiquismo, não de forma binária (ou falamos do psiquismo e da subjetividade, ou falamos do *social*), mas de ambos ocorrendo simultaneamente e se retroalimentando. (RODRIGUES, BELO, 2017, p.10).

Para Laplanche, na teoria da sedução generalizada, além de traumática, a sedução é necessária e em toda ela há a intervenção de um “adulto” que endereça à criança mensagens que para ela são enigmáticas e contraditórias, inclusive para si mesmo “(...) Os primeiros movimentos constitutivos do psiquismo, os ‘significantes enigmáticos’ impregnados da sexualidade inconsciente do outro primordial, assumem um caráter traumático.” (CECCARELLI, 2016, p.186). Ele sustenta a ideia de que não somente um outro em si mesmo, mas um outro que se endereça à criança, e esse outro não é necessariamente concreto, ou sujeito, mas o agente sedutor pode ser o próprio mundo adulto que se endereça a criança desejando algo dela. Assim, a partir da relação bebê-adulto, da simultaneidade dessa relação, em que o primeiro não sucede o segundo e este não se lembra da criança que foi, temos a

¹⁰ Essa erogeneização feita pelos adultos ao bebê compõe o que Laplanche vai chamar de sedução originária, sendo responsável pelo início do processo de subjetivação e da constituição do psiquismo. “Pelo termo sedução originária qualificamos, portanto, esta situação fundamental na qual o adulto propõe à criança significantes não-verbais tanto quanto verbais, e até comportamentais, impregnados de significações sexuais inconscientes. Do que chamo significantes enigmáticos, não é necessário, não é necessário procurar longe para encontrar exemplos concretos. O próprio seio, órgão aparentemente natural da lactação: podemos negligenciar ainda seu investimento sexual e inconsciente maior pela mulher? Podemos supor que este investimento “perverso” não é percebido, suspeitado, pelo bebê, como fonte deste obscuro questionamento: que quer ele de mim? (LAPLANCHE, 1988, p. 119).

origem do aparelho psíquico em Laplanche. Enfim, o que podemos considerar é que “a sedução adquire um novo sentido – necessário e estruturante –, na medida em que, concebida como uma sedução precoce, constitui o aparelho psíquico da criança, desde os seus primeiros meses de vida”, (FAVERO, 2004, p.69).

Ao longo da vida, vamos tentando dar conta desse enigmático que nos habita e traduzir essas experiências em sua maioria recalcadas. Assim, compreendemos que o psíquico e o social coabitam e atravessam o desenvolvimento dos seres humanos, sendo interpelados pelo social posto nas relações inicialmente “familiares” e, posteriormente, nas diferentes relações que vão sendo estabelecidas ao longo da vida.

Para Laplanche, há duas formas de o adulto endereçar a sexualidade ao bebê, e essa mensagem enigmática pode ser implantada ou intrometida. Quando ela é implantada, ela vem com um auxiliar de tradução que ajuda o bebê a “dar conta”, o que não ocorre com a intrometida, que vem sem esse auxiliar. “A implantação é um processo comum, cotidiano, normal no neurótico. Ao lado dele, com sua variação violenta, tem lugar a intromissão” (LAPLANCHE, 1996, p. 106, tradução nossa). A implantação desse outro que marca, invade, mas, ao mesmo tempo, oferece possibilidades de elaboração diante disso propicia um desenvolvimento ao bebê que, *a posteriori*, pode traduzir essas mensagens enigmáticas; porém, há sempre um resto, uma sobra nisso. Quando a mensagem se intromete e não são oferecidas ao bebê possibilidades de elaboração, podemos considerar que essa mensagem se faz violenta. Para Laplanche, isso sempre será excessivo, pois a sedução, por si só, já é enigmática. O adulto invade inclusive o corpo da criança nos cuidados primordiais; assim, essa mensagem intrometida tem um caráter violento, uma impossibilidade de elaboração, um resto que impulsiona ao longo da vida.

Os destinos da violência seguiriam, portanto, uma escala de simbolização correlata à presença ou à ausência de elementos identificatórios e amorosos (mesmo que ambivalentes). Quanto maior a presença desses elementos, maior a capacidade de simbolização. Quanto mais faltar a possibilidade de identificação, quanto maior a privação, mais defesas que visem destruir o outro serão usadas. (BELO, 2004, p.87)

Na vida adulta, segue-se a tentativa de traduzir essas mensagens, e dentre as formas possíveis, a prática clínica/analítica é uma, pois propicia a reabertura dessa situação antropológica fundamental, na qual as tentativas de tradução vão ser acessadas/construídas, buscando possibilidades de elaboração na relação transferencial com o(a) analista.

Em diálogo com Laplanche, a filósofa Judith Butler (2015) apresenta os conceitos de despossessão e de vulnerabilidade, que vão nos guiando até culminarmos no complexo campo das violências. Ambos têm importantes contribuições acerca do processo de tornar-se sujeito, e Butler dialoga muito bem, entrelaçando a psicanálise e as teorias de gênero, fornecendo-nos subsídios para transitar nessas linhas tênues e orientar o leitor acerca das perspectivas que sustentam esse trabalho.

Butler retoma esse sujeito laplancheano e vai trabalhar suas concepções sobre pulsão, instinto, poder, etc., afinal:

O potencial laplancheano consistiria em ir além do binarismo natureza *versus* cultura, atualizado em psicanálise pelo binarismo instinto *versus* pulsão, e a explicitação do papel da alteridade para a constituição das pulsões e da formação do aparelho psíquico: o adulto, portador de inconsciente, será propulsor da constituição do psiquismo na criança. (RODRIGUES, BELO, 2017, p.11).

Para se constituir um “eu”, estamos, desde sempre, lidando com o excesso de alteridade do outro. Dessa forma, Butler (2015) vai pensar nessa interpelação do outro na constituição de um “eu”. O infante invariavelmente está sendo oprimido, “o que quer de mim esse adulto?”, “o que o analista quer de mim?”. Com isso, a autora adentra a ideia de submissão, próxima ao que apontamos em Laplanche como passividade, como uma possibilidade na nossa existência. Segundo ela, a dependência e a submissão são condições inerentes à experiência humana em sociedade, não estando localizadas apenas nas etapas iniciais da vida; porém, precisaram ser esquecidas, recalçadas ao longo do desenvolvimento dos sujeitos, assim como também a vulnerabilidade, afinal, é o que possibilita os cuidados do adulto. Esse conceito é o que especialmente nos interessa nesse trabalho, porém, passaremos diversas vezes pela autora, que nos serve como referência para sustentar o recorte da pesquisa, bem como para pensar a entrada pela vulnerabilidade e a incidência da heteronorma sob o campo clínico da psicanálise, além de ser uma referência importante para os entendimentos acerca do nosso tecido social e da sua implicação no nosso entender em dialogar e “renovar” o interesse das teóricas feministas pela/na psicanálise nos tempos atuais.

Em seu livro, *Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética* (2015), a autora apresenta uma importante discussão, passando por conceitos como vulnerabilidade, despossessão, governabilidade, opacidade do sujeito, ética e por diferentes autores, dentre eles, o diálogo que nos interessa com Laplanche, no qual a autora resgata e adentra na reflexão acerca do

desafio de relatar a si. “O outro é desde o início, demasiado para mim, enigmático e inescrutável. É preciso lidar e conter essa “demasia” para que surja algo chamado “eu” em seu distanciamento (BUTLER, 2015, p.45). Encontramos aqui um meio de campo em que Laplanche e Butler nos permitem transitar, pois, segundo eles, a crença de que estamos falando de um “eu” é um engano. Não sou “eu” quem falo, “nós” falamos. Estamos desde sempre atravessados por esse outro que fala em nós, e, posteriormente, no processo analítico, vai se apresentar em sessão. Quando (o)a analista escuta, quando o(a) analisando(a) fala, há um nós socialmente construído que participa desse cenário; assim, o que emerge na clínica é o discurso do nós, e esse sujeito que chega, naturalmente, também vai carregar em sua singularidade os discursos da rede social, o falologocentrismo, a heteronorma, a masculinidade, entre outros.

Dessa forma, num primeiro momento, precisamos nos perguntar quem somos nós e como nos constituímos, para, a partir disso, problematizarmos a rede social e as estruturas que nos compõem, seja enquanto sujeitos sociais, seja nas relações pessoais familiares, ou, no caso, enquanto profissionais da psicologia/psicanálise.

Butler trabalha essa ideia de que um eu precede de uma cadeia de nós, ou seja, não existe um eu isolado, ou um meu, somos produtos de coisas anteriores, um conjunto, e até uma consequência dos atravessamentos sociais, que nos compõem desde o nascimento, também para problematizar nossa posição ética e política, nossa vulnerabilidade e nossa existência enquanto corpos possuídos por esse discurso social. Assim, a vulnerabilidade pode ser pensada enquanto categoria crítica e/ou ética. Somos interpelados, e nisso há um duplo valor ético, pois, ao mesmo tempo em que falamos sobre nós mesmos e nos reconstruímos nesse processo, também agimos sobre nosso interlocutor.

Segundo Butler (2015), o sujeito não pode narrar a si mesmo sem se responsabilizar, e quando o faz já está sujeito à interpelação de um outro que o ouve. Quando contamos nossa história, ela já não é mais nossa, mas uma das nossas possíveis histórias. Assim, estaríamos fadados a um fracasso ético? Já que não posso me responsabilizar, pois, à medida que faço, também já estou isento? Em relação a isso, a autora propõe algo próximo à desconstrução derridiana, à afirmação e ao reconhecimento dessa opacidade do sujeito, que abrem caminho para outra disposição ética, na qual o caráter relacional da interpelação pode ser um possível deslocamento. Segundo ela, é impossível fazer um relato de si fora da interpelação, mesmo

que esse relato seja anônimo ou indefinido. “Nossa ‘incoerência’ define o modo como somos constituídos na relacionalidade: implicados, obrigados, derivados, sustentados por um mundo social além de nós e anterior a nós” (BUTLER, 2015, p. 87).

Assim, o reconhecimento da própria opacidade permite uma disposição para a desposseção de si. Haverá sempre uma incompletude, uma opacidade, pois as condições do meu surgimento não estão ao meu alcance, e o estabelecimento da minha singularidade é limitado pelos códigos que regem o humanamente reconhecível, com os quais devo negociar para falar de mim. De modo que “sou usada pela norma precisamente na medida em que a uso” (BUTLER, 2015, p. 51). Butler entende que somos sujeitos incompletos e que precisamos de reconhecimento, e esse reconhecimento só se dá pelo olhar do outro, que nos despossei. “É somente na desposseção que posso fazer e faço qualquer relato de mim mesma” (BUTLER, 2015, p.30). A autora compreende também que não há uma essência, não temos “algo pré-moldado”. Somos produto constantemente construído, a depender da linguagem que age socialmente sobre nós e a depender também das nossas relações sociais.

“Se tento dar um relato de mim mesma, e se tento me fazer reconhecível e compreensível, devo começar com um relato narrativo da minha vida. Mas essa narrativa será desorientada pelo que não é meu, ou não é só meu. E, até certo ponto, terei de me fazer substituível para me fazer reconhecível. (BUTLER, 2015, p.30)

Nossos corpos, vulneráveis, estão constantemente expostos desde o início da vida, às inúmeras formas que a violência pode assumir. Portanto, afirma a filósofa, isso significa que:

“(…) cada um de nós é constituído politicamente, em parte, em virtude da vulnerabilidade social dos nossos corpos – como um lugar de desejo e vulnerabilidade física, como um lugar de uma publicidade ao mesmo tempo assertiva e exposta. Perda e vulnerabilidade parecem decorrer dos nossos corpos socialmente constituídos, vinculados aos outros, correndo o risco de perder esses vínculos, expostos aos outros, sob o risco de violência em função dessa exposição” (BUTLER, 2004a, p. 20. Nossa tradução).

Esses corpos socialmente construídos levam a filósofa a considerar que estamos, portanto, sempre entregues às mãos dos outros. O outro atravessa diretamente nossa subjetividade desde a infância, e não há como contar um relato de si que também não seja atravessado por esse outro e pelo campo social, assim a desposseção se torna uma possibilidade para lidar com o que chega na clínica, inclusive a vulnerabilidade que “desde sempre” se faz presente, e com os enlaces entre transferência e violência que estão permeados de “nós” falologicêntricos e heteronormativos.

Pensar a vulnerabilidade como um campo complexo e crítico, que nos atravessa, significa considerá-la, “não apenas como uma questão ética ou ontológica, mas como uma questão política, deslocando para a esfera pública política os argumentos a respeito de seu abuso e de seu entrelaçamento com o poder e a violência”. (PETHERBRIDGE, 2017, p. 146). Assim, nessa pesquisa enfatizamos que não propomos pensar a vulnerabilidade associada exclusivamente às mulheres ou a um determinado grupo étnico racial, assim como não propomos pensar a violência de forma localizada, ou a transferência como uma “garantia” clínica.

Ainda, segundo alguns autores¹¹, a vulnerabilidade caracteriza-se por uma “ambivalência, no sentido de que não designa estados positivos nem negativos de ser ou formas de relacionalidade, mas antes contém a capacidade para cada um – ou ambos.” (PETHERBRIDGE, 2017, p.151). Em outras palavras e retomando Butler, a vulnerabilidade está conosco desde nosso nascimento, sendo uma condição que possibilita outras condições e se apresentando de forma diferente, para diferentes corpos.

O corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agência: a pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao toque e à violência, e os corpos também ameaçam nos transformar na agência e no instrumento de tudo isso. Embora lutemos por direitos sobre nossos próprios corpos, os próprios corpos pelos quais lutamos não são apenas nossos. O corpo tem sua dimensão invariavelmente pública. Constituído como um fenômeno social na esfera pública, meu corpo é e não é meu (BUTLER, 2019, 46).

Desse modo, pensar vulnerabilidade para a autora envolve não apenas uma associação com a noção de poder, e sim, na sua associação primária com a violência. Ou seja, considerando que isso que se apresenta na rede social falologocentrada e heternormativa atravessa de alguma forma a constituição de todos os sujeitos presentes nessa rede social, o espaço clínico, enquanto cenário de tradução, destradição e retradição, de transferência e despossessão desse todo que nos habita, também é palco de emergência desses discursos/práticas/desejos e atitudes.

¹¹A exemplo: Gilson, Erinn. 2011. “Vulnerability, ignorance, and oppression”. *Hypatia* 26 (2): 308–32. Murphy, Ann. 2012. *Violence and the philosophical imaginary*. Albany: SUNY Press.

3.2 A REDE SOCIAL – FALOLOGOCENTRISMO E HETERONORMA

*Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
(ADÉLIA PRADO, 1986)*

Adélia adentra a sala cautelosa, é a primeira vez que ela vai consultar com um (a) profissional da psicologia. Com 48 anos e diagnóstico de depressão, está medicada há pelo menos uns 20 anos. Seu médico disse que não tem jeito, vai ter que tomar para o resto da vida. Aceitou ir a uma consulta por insistência da filha, que faz terapia há alguns anos e percebeu que “ajuda a entender melhor os sentimentos”. De origem simples, Adélia foi ensinada que palavra de médico não se questiona. Quando entra na sala e se depara com uma profissional mulher e mais jovem, expressa; “Quando marquei, achei que a senhora era secretária”. Sua surpresa tem raiz em várias crenças falologocêntricas, que hierarquizam o papel da mulher na sociedade, afinal como pode essa jovem e mulher saber “tratar” suas dores?

Essa ótica falologocêntrica atravessou não só o contexto social e as relações familiares, como o meio acadêmico e as diferentes linhas teóricas que nos são transmitidas e atualmente tensionadas, visando produzir (re)leituras possíveis e quem sabe até “evoluções” nessas perspectivas. Adélia, sempre orientada e tratada por homens, pouco conhece sobre as possibilidades já conquistadas para as mulheres, e as constantes lutas para romper com as violências que envolvem o gênero em nossa sociedade.

Importante, inclusive, já salientar que em “Freud não encontraremos o termo “gênero”, pois, em alemão, uma só palavra designa sexo e gênero: *Geschlecht*.” (CECARELLI, 2010, p.273). E junto a isso, diferentemente do que Freud propôs quando expressa que “toda psicologia individual é, ao mesmo tempo, também psicologia social” (FREUD, 1921, p. 91), para alguns psicanalistas mesmo que os processos sociais possam interferir na constituição do Eu, essas interferências são sempre individuais e assim independentes, em sua grande maioria, do social. Dessa forma, o conceito de gênero não geraria grandes contribuições, sendo

suficiente o postulado de Freud sobre a sexualidade. Inclusive por trabalhar com o campo do simbólico.

“Para alguns, perturbar esta ordem simbólica ameaçaria a circulação dos signos e impediria a separação/alienação do sujeito e seu subsequente posicionamento na ordem simbólica - no Outro - na qual a metáfora paterna seria a única garantia possível. (CECARELLI, 2010, p.273).

Assim, compreendemos que alguns conceitos, tanto o de gênero, quanto outros propostos aqui, são interdisciplinares. Aparecem e são tensionados em diferentes áreas e diferentes momentos históricos e, principalmente, com diferentes valorações. A psicanálise e os estudos feministas representam e apresentam uma dança interessante, em campos envolvendo a sexualidade/sexo/gênero, ora compassada, ora dissociada, porém, diferente do que atualmente se imagina, não foram estranhas desde o início.

A psicanálise foi e ainda é atravessada pelas questões de gênero. Isso de uma maneira legítima, na medida em que são questões trazidas pela clínica psicanalítica, e de uma maneira ilegítima e indigna, quando psicanalistas adotam critérios de gênero (oriundos do discurso da ciência ou da religião) para os imiscuir na teoria psicanalítica e – pior ainda – na direção do tratamento de seus analisantes. Promovem aquilo contra o qual sempre Freud e Lacan lutaram, que é a adaptação do sujeito à realidade social da qual sofrem e se queixam. (QUINET, 2020, p.76)

Segundo Mara Lago, “Os feminismos e a psicanálise, como discursos que se articularam a partir dos finais do século XIX e se constituíram como movimentos (d)e pensamentos em diferentes momentos de elaboração e atuação por todo século XX” não foram desde sempre estranhas, “mesmo que suas relações tenham sido marcadas por desencontros, polêmicas, oposições. Relações ambivalentes que continuam se fazendo na atualidade”. (LAGO, 2012, p.3).

A psicanálise, este conhecimento que se arquitetou sobre a constituição das singularidades, estruturou-se na consideração das diferenças sexuais que transformam as crianças, a partir de sua bissexualidade psíquica inicial, em homens e mulheres posicionad@s, sem qualquer estabilidade, ao lado da feminilidade ou da masculinidade, desligadas ambas dos corpos biológicos. (LAGO, 2012, p.4).

Compreendemos que alguns campos de estudo que são importantes para o feminismo não tinham a atenção principal da psicanálise. Algumas teóricas feministas, entre elas Gayle Rubin (1975/1993) dissertam sobre os pontos de divergência das teorias (de gênero e

psicanálise) e questionam a postura falologocentrada que se apresenta nos escritos analíticos, apontando o falo como significante estrutural do psiquismo e um não posicionamento da psicanálise ante as questões que envolvem as mulheres. Nas palavras de Mara Lago lendo Rubin, é cobrado “o fato de, sendo teorias que trabalham com as diferenças masculino-feminino, com parentesco, família, sexualidade, subjetividades, não se terem posicionado em relação às estruturas que subjagam as mulheres em lugares sociais e familiares de opressão”. (LAGO, 2012, p.10).

Porém, com uma leitura delicada do trabalho de Freud é possível identificar o quão a frente do seu tempo ele já estava. A psicanálise dentro de sua época e do seu momento histórico foi ousada e revolucionária ao lidar com temas “perigosos”, social e academicamente, desconstruindo inclusive algumas leituras que se tinham acerca de feminino e masculino.

Embora trabalhe com categorias binárias, Freud acaba desconstruindo tais categorias ao mostrar que tanto a «masculinidade» quanto a «feminilidade» *são pontos de chegada e não de partida*; e que o ponto de chegada é sempre único, pois tributário da particularidade dos processos identificatórios de cada um. Ao chamar a atenção para o caráter incerto da masculinidade e da feminilidade, para a dificuldade em se definir masculino e feminino, Freud é revolucionário, pois recusa toda amarra na realidade anatômica: a significação dessas noções nada tem de natural e de convencional. Elas são resultados de processos bem mais complexos que as determinações instintuais. (CECARELLI, 2010, p.274)

Assim, quando amparamos nossa escuta, e no presente caso, a escrita, em linhas teóricas formuladas décadas e até séculos atrás, precisamos ter em perspectiva que o contexto sociocultural em que elas foram pensadas era outro, mas ainda assim é atravessado por ideais sociais atuantes também nos dias de hoje. Devido a isso, e pensando as linhas que esse trabalho margeou, consideramos importante utilizar, essencialmente, por abordarmos também o campo das violências, o conceito de falologocentrismo em vez de machismo, não por compreender que esses se sobreponham, mas entendendo que machismo é um conceito das primeiras ondas do feminismo¹², unilateral centrado no binarismo homem e mulher e também conceito comprometido com parâmetros modernos de essência e identidade.

¹²Alguns(mas) teórico(a)s já trabalham com a ideia de existir uma quarta onda do feminismo, caracterizada predominantemente pelo uso das tecnologias e redes sociais para organização, conscientização e propagação dos ideais feministas, porém ainda não há consenso sobre isso. Assim, “o feminismo pode ser didaticamente dividido em três grandes ondas: a primeira, intitulada “feminismo da igualdade” e que foi até meados do século XX,

Já na psicanálise, o inconsciente descentra e desloca esse raciocínio do movimento feminista das primeiras ondas, que trabalha exclusivamente com leituras sociológicas e pedagogizantes que recorrem ao sujeito moderno como exclusivo da identidade e da razão. Essa se coaduna melhor com movimentos posteriores do feminismo, já mais críticos e em diálogo com as teorias pós-estruturalistas e com a teoria *queer*. Essas teorias dialogam com referências da psicanálise e, particularmente, Judith Butler, produz um fecundo debate entre a psicanálise e os estudos de gênero, sendo talvez responsável até por uma releitura, uma renovação nos interesses envolvendo esses diálogos. A autora problematiza os conceitos de sexo, gênero e corpo e suas articulações com as ficções envolvendo os sujeitos e a produção da heteronormatividade como referência na constituição subjetiva, e nos orienta no trabalho de problematizar essas lógicas, as produções e as configurações subjetivas que se movimentam na rede social e se expressam na prática clínica.

Também, é importante ter a perspectiva que as áreas envolvendo o ensino superior foram por muito tempo predominantemente masculinas, pois sustentavam uma posição de poder e de conhecimento. Assim, quando a paciente se surpreende com uma profissional mulher, está evidenciando a “novidade” e o deslocamento dessas posições hierarquizadas historicamente. Afinal, como “ato contínuo, as hierarquias assim estabelecidas sustentam relações de poder e de dominação entre os supostos pares de opostos” (SOUZA, 2011, p. 77). E para a profissional que ali se apresenta para escutar e manejar esse estranhamento sem se “ofender”, se faz imprescindível o manejo da transferência. Afinal, os atravessadores da rede social transbordam em sessão. Segundo Butler, no seu livro *Problemas de gênero*, “as mulheres são o “sexo” que não é “uno”. Em uma linguagem difusamente masculinista, uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o *irrepresentável*.” (2003, p. 28). Com isso “conseguimos entender as relações entre a construção do feminino, produção do conhecimento e estabelecimento do poder”, (SOUZA, 2011, p. 76). Afinal, para o feminino

lutava por igualdade social e política com relação aos homens. A segunda onda feminista vige até a década 1980, o “feminismo das diferenças”. Desta vez a estratégia é focar a mulher em si mesma e exaltar suas especificidades — as peculiaridades de seu corpo são acentuadas, a refletir na esfera discursiva, jurídica, política e econômica. Por volta dos anos 1990, ganha profusão a terceira onda, que passa a contestar o mecanismo que promove a legitimação de certas manifestações da sexualidade, e o banimento daquelas que não correspondem à norma. A teoria *queer* adquire notoriedade e a própria noção de identidade é posta em xeque. Butler, Bell hooks, De Lauretis e, mais recentemente, Preciado, são grandes nomes deste momento. (COSSI, 2017, p.152).

ficam as representações de passividade e vazio, marcadas por uma ausência que culmina desqualificando, desvalorizando.

Nessa perspectiva, os casos clínicos juntamente com as entrevistas evidenciam isso, atualmente, mesmo com muitos avanços nesses estudos e novos terrenos conquistados, que isso ainda se apresenta. Vivemos dentro de uma rede social falologocêntrica e heteronormativa, que se direciona ao feminino como algo enigmático e conflituoso e em oposição ao masculino compreensível e visto como racional. Segundo a analista:

Adélia. Então assim pelo fato de ser uma mulher psicanalista, isso não parece que é algo como aceitável, digamos assim. Do nosso tipo de sociedade assim como é aceitável uma mulher ser uma professora né? Disse que as mulheres elas eh na nossa cultura elas acabam se direcionando mais pras profissões impossíveis, que é a de educar e psicanalisar. (informação verbal)¹³

E acrescentaria ainda o governar, que não entrou em cena para o feminino, tanto que escapa ao falar da analista, assim como escapa ao nosso contexto social. Afinal, uma mulher no poder mobiliza mais para o lado do *impeachment* do que para o lado de que tem possibilidade de governar. Como nos mostra Butler em seus estudos de Foucault (2001), as relações existentes entre poder, conhecimento e diferença sexual envolvem diretamente as tradições políticas, sociais e de poder, um poder hierárquico e binário.

Compreendemos que propor uma discussão que flerta com essas áreas, essencialmente nos dias atuais em que a relação entre movimento feminista e psicanálise encontra-se estremecida, é delicada e exige uma sutileza na apresentação dos conceitos e de onde eles estão sendo recortados. Porém, também consideramos imprescindível esse diálogo para refletir a problemática aqui proposta. Segundo Paulo Ceccarelli:

A partir do momento em que os psicanalistas começam a ouvir as variáveis presentes na determinação do gênero, sem teorizá-los como um desvio em relação ao discurso binário hegemônico, e sem se sentirem ameaçados pelo retorno de mensagens enigmáticas recalcadas, as designações de gênero, assim como as relações entre o gênero, o sexo e o sexual, ganham espaço na pesquisa psicanalítica. (CECCARELLI, 2016, p.188).

Enfim, uma dança perigosa e necessária. Pontuamos como visto acima, que nosso interesse nesta pesquisa não foi adentrar profundamente os estudos de gênero e as teorias feministas, pelo contrário, nossa escrita se norteou pela psicanálise, que oferece escuta aos

¹³ Adélia. Entrevista III. [Out. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

estudos de gênero e ao movimento feminista, permitindo-nos, assim, essa interface entre esses campos. Com isso, trazemos à crítica o falologocentrismo, que na argumentação derrideana, teria sustentado a metafísica do pensamento ocidental, ressoando no discurso filosófico tanto quanto no psicanalítico, e que diz respeito à referência hegemônica presente na tradição social do mundo contemporâneo e afeta a percepção do feminino/masculino, ressoando até hoje. Fizemos um caminho que retoma conceitos e (re)constrói, (re)lê com base em leituras mais atuais e críticas, buscando manter a pertinência dessas práticas e talvez seja ousado dizer, mas podemos melhorá-las, seja em diálogos entre si, ou na prática com o social, para que sejam referenciais teóricos sem tantos atravessamentos/reproduções de violências. Desse modo:

(...) podemos afirmar que o trabalho empreendido por Jacques Derrida e que recebeu, muitas vezes, o título de Desconstrução, vai muito além da Filosofia e da Literatura. É um incessante trabalho de investigação que coloca sob suspeita os discursos da Filosofia e das Ciências Humanas, da Literatura e da História, da Fenomenologia e da Psicanálise, ao questionar, inclusive, o próprio conceito clássico de ciência. (PEDROSO JÚNIOR, 2010, p. 10).

Assim, trabalhar tendo como plano de fundo uma perspectiva/estratégia de desconstrução pede que nos impliquemos nas problematizações acerca desses processos de expulsão e desqualificação pautados nas lógicas e práticas hegemônicas calcadas no par oposicional. Para isso, retomo e aprofundo a explanação do parágrafo posto na introdução, que brevemente apresenta o conceito de falologocentrismo. Entendemos que o *falo* é criticado como referência à adoção da hierarquia entre os denominados masculino e feminino, bem como por ser considerado/mantido como ponto de referência analítica para a sua compreensão. Este não faz referência propriamente ao órgão real, mas a um significante. Na psicanálise freudiana, o falo é problematizado como um dos operadores centrais da sexualidade, o que também se torna combustível para diversas críticas, por entenderem que ele é tomado como masculino e superior, produzindo assim, um encobrimento do feminino. O masculino, entendido como referência fálica, é posto como superior, dentro de uma posição de verdade e poder sobre o feminino. Assim, o *falo*, e o que é posto como referência a ele, é considerado completo e racional, enquanto o feminino fica na incompletude, na falta, “girando” em torno dele.

O *logos* é criticado quando pressupõe a razão plena e total como ponto de referência nos processos de subjetivação e de conhecimento. Assim, o logocentrismo:

Caracteriza-se como um conjunto de pressuposições em que se assenta a cultura do Ocidente. Bem de acordo com o percurso da lógica, o logocentrismo marca-se por um grupo de conceitos estabelecidos em categorias opostas como mente/corpo, essência/circunstância, verdade/mentira. Nessa atitude, procede-se a uma hierarquização que tem por objetivo afirmar a superioridade de um termo em relação ao outro. (GOULART, 2003, p. 12).

Dessa forma, o falologocentrismo diz sobre como ocorreriam os processos de subjetivar e de conhecer a partir das referências exclusivas do falo atribuído ao masculino e do logos atribuído à razão plena como domínio da consciência. Em outras palavras, o falo e a razão aceitos como único ponto de referência e de validação, olhando sempre a mulher com base na sua relação com o homem. Seja na linguagem fálica ou na logocêntrica, a característica predominante é a de que o homem é sempre o positivo/maior/superior, enquanto que a mulher é o negativo

A perspectiva desconstrucionista de Derrida também serve como problematização à essa lógica hierárquica e falologocêntrica.

A perspectiva da desconstrução pode, portanto, ancorar a proposta de problematizar a disjunção e a lógica falologocêntrica que sustentam os atributos designados às mulheres e aos homens (natureza e cultura, razão e afeto, ativo e passivo, dentre outros), problematizando binarismos que sustentam o par feminino e masculino; (...). Para tanto, a desconstrução demanda trabalhar o discurso e as práticas que as pessoas constroem e experimentam em seu cotidiano. (SOUZA; LANGARO, 2011, p. 577).

Assim, a escrita/fala, o lugar comum falologocêntrico, da linearidade, das verdades pré-existentes, das projeções e interpretações clássicas não se apresentam aqui, ainda que estejam. Pois quando optamos por pesquisar mulheres e entender como/se estas percebem os atravessamentos das violências e as “caronas” possíveis através das transferências, buscamos não o recorte por gênero, visando comparações ou medições acerca das violências, até por entendermos que os homens também são atravessados por estas. Em outras palavras, apontar a “modalidade de subjetivar e de conhecer calcada no modelo binário e identitário como produtora de violência” não nos leva a associá-lo a determinado grupo identitário, “em qualquer termo de relação de oposição entre vítima e agressor” (DA SILVA, 2011, p.78). Mas o protagonismo nessa pesquisa, na escrita, na fala e nas proposições, é feminino.

A mulher, aquele não-lugar do homem, aquele ser deslocado e desconhecido, pelos cantos inibido, tem em sua escrita o seu próprio corpo, mas esteve constantemente “dentro” do discurso do homem, um discurso que aniquila

sua energia específica, um discurso em que ela é o negativo, o torto, o mimético. (FERRARA, 2019,p. 148).

Exceder o discurso falologocêntrico, é uma tarefa difícil e desafiadora, mas extremamente necessária, e possível, enquanto desconstrução. Se considerarmos a trajetória de produções da própria psicanálise, é perceptível a invisibilidade de nomes femininos nos livros, nas referências, nas conversas na mesa do bar. Podemos considerar como algo muito atual, desde a retomada de nomes mais clássicos como Melanie Klein, ao surgimento de outros, (Vera Iaconelli, Maria Rita Kehl, Maria Homem, Caterina Koltai, Virginia Bicudo, entre outras), que ganharam visibilidade não apenas pelas suas produções, mas já como fruto das lutas e reivindicações feministas que se expandiram e se beneficiaram das redes sociais como veículo de propagação. Entretanto, importante salientar, que esse ganho feminista e essa expansão de vozes femininas no trabalho clínico continua a encontrar resistências considerando, dentre outras, a manutenção do discurso falologocêntrico e da heteronorma como poderosos aliados na hierarquização, dominação e silenciamento do feminino.

É muito arriscado precisar exatamente a origem de um termo, principalmente quando ele transita por diferentes áreas. Sociologia, história, psicologia, enfim, campos que tem o ser humano como “objeto” de interesse, que problematizam e podem construir de formas paralelas sobre alguns assuntos. A sexualidade é um exemplo de interesse em diferentes áreas. E nesse campo, o conceito que aqui nos interessa, de heteronormatividade passa por esses diálogos entrecruzados.

É de conhecimento que nossa ordem/rede social privilegia a heterossexualidade por meio de um dispositivo idealizado que a pensa como natural, e por sua vez, compulsória. Michel Foucault, inclusive, vai trabalhar a sexualidade enquanto dispositivo de poder e conseqüentemente dominação, que não apenas domina as subjetividades, mas também opera na sua construção. A Heteronormatividade, conforme Michel Warner, fala sobre esse binarismo hierárquico hetero/homo, pensando o comportamento e a existência social das pessoas dentro de um modelo heterossexual e binário.

“Por heteronormatividade entendemos aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade – mas também que seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa desapercebida como linguagem básica sobre aspectos sociais e

peçoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral.” (BERLANT e WARNER: 2002, p.230).

Com isso, percebe-se que a heteronormatividade, enquanto um conjunto de “normas” que orienta, regula, normatiza os processos sociais, vai além de uma heterossexualidade compulsória, pois marca inclusive aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto.

Assim, a heteronormatividade não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar a todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade. (MISKOLCI, 2009, p.06).

Segundo Butler (2006), sexo e gênero são tidos como normativos, pois repetem valores heterossexuais como sendo o normal, o ideal. Para a autora, diferente de Foucault, as formas de regulação de gênero não são apenas regulamentações de poder, mas compõem formas de regulação que tem efeitos na constituição da subjetividade, sendo o gênero em si, uma norma (2006, p.58). A autora também, ao longo do livro Problemas de Gênero (2003), em diálogo com diferentes autores acerca de identidade, heterossexualidade e outros, e cruzando com o campo da política, demonstra como se constroem esses princípios envolvendo as identidades de gênero. Para ela, lendo Wittig, “masculino” e “feminino”, “macho”, fêmea”, existem unicamente no âmbito da matriz heterossexual, e são esses os termos naturalizados que mantêm a matriz oculta, protegendo-a, inclusive, da crítica radical, e até social (2003, p. 162). Quando compreendemos que a matrix heterossexual é natural, ela passa a ser reguladora, e conseqüentemente controladora.

(...) a heterossexualidade apresenta posições sexuais normativas que são intrinsecamente impossíveis de incorporar, e a impossibilidade persiste do identificar-se plenamente e sem incoerências com essas posições, a revela não só como lei compulsória, mas como comédia inevitável. Aliás, eu ofereceria essa visão da heterossexualidade como um sistema compulsório e uma comédia intrínseca, paródia constante de si mesma (...) (BUTLER, 2003, p. 176).

Para Márcia Aran e Carlos A. Peixoto Júnior, (2007);

As regras que governam a identidade inteligível são parcialmente estruturadas a partir de uma matriz que estabelece a um só tempo uma hierarquia entre masculino e feminino e uma heterossexualidade compulsória. Nestes termos o gênero não é nem a expressão de uma essência

interna, nem mesmo um simples artefato de uma construção social. (ÁRAN; PEIXOTO, 2007, p. 133).

A socióloga brasileira Berenice Bento também aponta a heteronorma como um dispositivo de poder e normatização. Segundo ela;

Uma das formas para se reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes com aparências “naturais” e disposições heterossexuais naturais. A heterossexualidade constitui-se em uma matriz que conferirá sentido às diferenças entre os sexos” (BENTO, 2006, p. 87)

Quando o corpo é concebido como um lugar natural de significantes de gênero, é estranho, e diria “inevitável”, pensar que esse corpo esteja isento das marcas e atravessamentos culturais. Butler reconhece, por exemplo, que uma mulher é passível de normatizações em diferentes contextos e isso a coloca em condições mais vulneráveis do que um homem. E enfatiza que essa vulnerabilidade entre homens e mulheres também se difere pelo quanto esses corpos se aproximam ou não do ideal regulatório de masculinidade e feminilidade, pois, quanto mais um sujeito incorpora esse ideal heteronormativo, maiores também são as chances de ter sua existência reconhecida e amparada pelo social, pelas instituições ou simplesmente por outros sujeitos. “[...] o corpo, apesar de suas fronteiras claras, ou talvez precisamente em virtude dessas fronteiras, é definido pelas relações que fazem sua vida e ação possível.” (BUTLER, 2018, p. 165)

Quando a autora (BUTLER, 2003), questiona o binarismo homem/mulher ela não pretende enfatizar a condição precária atribuída às mulheres, ou levá-las a alguma posição puramente de vítimas, mas também não pretende negar que, em algum sentido, as mulheres estejam situadas em uma condição de maior vulnerabilidade, considerando inclusive a importância de repensarmos as concepções de gênero para melhor compreendermos os mecanismos de distribuição de vulnerabilidades pois, afinal um dos efeitos da heteronormatividade é a manutenção do binarismo consoante a inferiorização do feminino. Como já citado, o contexto histórico socio/cultural impõe estereótipos e padrões de existência para (sob) os corpos dentro de uma lógica binária e hierárquica, masculino e feminino, excluindo/oprimindo quem não se encaixa nesses padrões.

Nos limites desses termos, “o corpo” aparece como um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ou então como o instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado

cultural por si mesma. (...) Não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca do seu gênero; e emerge então a questão: em que medida pode o corpo vir a existir na(s) marca(s) do gênero e por meio delas? Como conceber novamente o corpo, não mais como um meio ou instrumento passivo à espera da capacidade vivificadora de uma vontade caracteristicamente imaterial. (BUTLER, 2003, p.27).

Segundo Butler, “a regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica” (2003, p. 41). A autora entende que essa forma de pensar e entender os corpos restringindo-os a identidades, não dá conta do processo de subjetivação humana e do investimento nos corpos. Assim, ela pensa na performatividade, entendendo que a relação com o corpo não é imposta de antemão a partir de referências preestabelecidas, mas, antes, essa relação com o corpo é construída.

[...] a performatividade deve ser compreendida não como um ato singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e situacional pela qual o discurso produz os discursos que ele nomeia. [...] as normas regulatórias do sexo trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (BUTLER 2003, p.154-156).

Assim, a autora denomina a heteronormatividade como sendo a norma vigente que procura formatar, organizar/definir os sujeitos e suas formas de viver, a partir de um modelo heterossexual, que culmina em movimentos de exclusão/violência destinados a quem escapa à essa norma. Para Butler, a partir da heteronorma, o gênero é imposto, seja ele construído pela lógica biológica ou pela cultural. E, rompendo com isso, ele deveria ser reconhecido como fluido, movimento, pois desloca-se e transforma-se em diferentes contextos e atravessamentos.

“O gênero não é inscrito no corpo passivamente, nem é determinado pela natureza, pela linguagem, pelo simbólico, ou pela história assoberbante do patriarcado. O gênero é aquilo que é assumido, invariavelmente, sob coação, diária e incessantemente, com inquietação e prazer. (BUTLER, 2011, p. 87).

Temos aqui dois importantes conceitos, falologocentrismo e heteronorma, que trazem críticas à lógica social hétero, binária, patriarcal e fálica (além de racial, europeia, classicista, entre outros), que dirige nosso pensamento e que nos possibilita identificar/nomear e, essencialmente, contrapor essa dinâmica social universalizante que está posta para os sujeitos

(as mulheres em primazia), ditando relações hierárquicas de poder, de existência, afinal, “ao diferenciar bebês do modo que fazemos, recapitulamos a heterossexualidade como uma condição prévia para a identidade humana e apresentamos essa norma constringente à guisa de fato natural”(BUTLER, 1987, p. 147).

A complexidade da relação que se estabelece entre as teorias de gênero e a psicanálise, assim como se apresentam na rede social falologocentrada e heteronormativa, atravessam o viver, o relacionar, o psicanalisar e o clínicar. As vivências recontadas e depositadas nesse espaço (clínico) são do sujeito que ali se apresenta no plano do singular, mas também do social que o constrói. Compreender os enlaces disso com a transferência é necessário, assim como problematizar o desejo, o poder, as pulsões, a rede social e simbólica de práticas e de linguagens, e as capturas pelas matrizes identitárias, que atravessam a vida humana e que estão presentes no campo analítico, mesmo que seja um espaço de escuta do inconsciente e como tal, possuindo o pressuposto de “não captura”.

Sabe-se que a psicanálise trabalha com identificações, porém, é inegável que as identidades aparecem como uma ficção para os sujeitos e que os mobiliza para a ação, sendo “ficção como categoria adscrita à ordem da realidade psíquica”, entendida como uma “representação verdadeira e eficiente para o psiquismo do sujeito”. (FREIRE COSTA, 1984, p. 85). Jurandir Freire Costa dedica um capítulo do seu livro, muito utilizado nessa dissertação, “Psicanálise e Violência”, para pensar na importância do binômio “violência x identidade”, entendendo que muitos autores defendem uma ideia de “identidade baseada em preliminares psicossociológicas, relegando a segundo plano a dinâmica intrapsíquica”. Para ele, em Freud, “a ideia de identificação questiona a solidez do conceito de identidade, em vez de estabilizá-lo”, (1984, p. 84).

Na teoria Freudiana, a identidade não é um fenômeno simples, mas um complexo produto de mecanismos identificatórios distintos em gênese, natureza e efeitos. (...) Para Freud, a identidade é um amálgama de afetos e representações que o sujeito experimenta e formula como sendo a natureza do Eu e do outro, do corpo-próprio e do mundo de coisas e objetos. Essas representações e afetos são transitivos, móveis e múltiplos. Mudam conforme a posição que o sujeito ocupa nas reações com os outros, posição constantemente cambiante e permutável. Só a força das identificações culturalmente normativas, impostas pelo princípio da realidade e pelos processos secundários impede o sujeito de derivar para o terreno imaginário, onde o sentido da identidade é absolutamente subalterno ao princípio do prazer e aos processos primários. (FREIRE COSTA, 1984, p. 85/86).

Dessa forma, reconheço que as pessoas se agregam às ficções identitárias, tornando assim, como uma parte importante do meu trabalho problematizar essa questão, tanto no sentido de reconhecer que as pessoas tendem a se agregar às referências identitárias, quanto no sentido de criticar os pressupostos epistêmicos e ontológicos que sustentam as identidades. Muitas vezes, as identidades entram como categorias analíticas e recebem em outras áreas do conhecimento a designação de marcadores sociais. No entanto, nessa pesquisa, não trabalhei com o conceito enquanto categoria analítica, e retomo, conforme já pontuado, que aqui foi problematizada a questão da mulher e do homem como referências identitárias que produzem a relação hierárquica e binária entre homens e mulheres.

Assim, ao problematizar essa questão, por um lado, reconheço a ação dessas ficções identitárias sobre as pessoas, como apontado por Freire Costa, porém, por outro caminho no enalço de Butler reconhecendo que a performatividade opera na elaboração dessas ficções identitárias, o que possibilita tanto a crítica dirigida às ficções identitárias como referência analítica -referência epistêmica e ontológica-, como também possibilita o reconhecimento da agregação das pessoas a elas. Com isso, nesta pesquisa, quando falo no universo da mulher e do feminino, bem como do homem e do masculino, procuro pontuar tanto o esforço das pessoas em se agruparem e se reconhecerem a partir dessas referências identitárias, quanto problematizar os efeitos singulares e sociais engendrados a partir dessas referências, sem contudo referendar a sua constituição, seja retomando Freud e seus escritos acerca das identificações, que apontam a visada do inconsciente na sua elaboração, bem como, autoras como Butler que mostram a ação da performatividade como operando na elaboração complexa dessas referências. No caso dessa pesquisa, e da análise empreendida tanto nela, quanto a análise clínica, a proposta foi de problematizar e desconstruir as referências identitárias, ou pelo menos, a rigidez e a densidade que as acompanha, bem como, problematizar e desconstruir os pressupostos epistêmicos e ontológicos que sustentam as elaborações de identidades em suas diversas modalidades (DERRIDA, 1971, 2001; DERRIDA E ROUDINESCO, 2004; BUTLER, 2003, 2004).

Assim, nessa ousadia de “escapar”, afinal como mulher que vive nesse momento histórico esses pressupostos também me atravessam, escutei, associei e escutei novamente as entrevistas, buscando, ou me permitindo encontrar o que as analistas percebem sobre o ser mulher na psicanálise, ou melhor, o ser mulher ocupando a posição de analista, afinal, como

propõe a poetiza Clarice, “Viver em sociedade é um desafio porque às vezes ficamos presos a determinadas normas que nos obrigam a seguir regras limitadoras do nosso ser ou do nosso não ser, (LISPECTOR, 1997, p.55). O intuito aqui foi fugir, o máximo possível dessas prisões, e quem sabe, encontrar além do discurso lógico e racional, o que afeta, o que transfere e o que extrapola.

3.3 PSICANÁLISE E MATRIZES IDENTITÁRIAS – REFLEXÕES ACERCA DAS CAPTURAS.

No decorrer de uma análise, seja de si ou do outro, é esperado que o que tange a consciência, vá sendo desconstruído, e pelo menos a(o) analista (por sorte o analisante também), vá se despidendo dos discursos que envolvem a lógica, a razão, a universalização, dentre esses, os discursos identitários. Ainda que seja importante questionar, como propõe Bourdieu,

...se o discurso do psicanalista não está atravessado, até em seus conceitos e em sua problemática, por um inconsciente não analisado que, exatamente como entre os analisados, o ludibria, graças principalmente a seus jogos de palavras teóricos; e se, em consequência, não extrai - *sem sabê-lo* - das regiões impensadas de seu inconsciente os instrumentos de pensamento que emprega para pensar o inconsciente. (BOURDIEU, 1995, p. 134)

Pois é preciso considerar, que os sentidos/ideias/percepções que as pessoas elaboram, sejam sobre si ou sobre os outros, passem pelas suas experiências e articulações advindas de referências universais e singulares. Analisando essas questões, Mériti de Souza e Fabiola Langaro afirmam que:

Os atravessamentos entre a cultura, a história e as experiências configuram a constituição de sujeitos marcados por pressupostos binários, hierárquicos e heteronormativos, definidores dos parâmetros das matrizes identitárias que remetem às figuras do homossexual e do heterossexual, do sexo e do gênero, do jovem e do velho, do ativo e do passivo, do branco e do negro, dentre outras. (SOUZA, LANGARO, 2011, p. 578)

Segundo Pierre Bourdieu, a própria psicanálise, porta uma ambiguidade, ao aceitar “sem exame os postulados fundamentais da visão masculina do mundo”, arriscando-se a funcionar inconscientemente como “ideologia justificadora”, assim como as teóricas

feministas, que até influenciadas (mesmo que negativamente) por ela, são confrontadas com o inconsciente masculino;

(...)tanto nelas mesmas quanto em seus instrumentos de análise, oscilam entre duas visões e dois usos opostos desta mensagem incerta: é difícil discernir se o que elas rejeitam é a mensagem, e a visão essencialista da condição feminina, naturalização de uma construção social, ou o que esta revela, apesar de tudo, da condição diminuída que o mundo social atribui objetivamente às mulheres. (BOURDIEU, 1995, p. 134)

Entendo que somos sujeitos que nos reconhecemos e somos constituídos como substância e presença, influenciados e afetados pela lógica formal, pela hierarquia, entre outros marcadores, e estamos posicionados dentro de matrizes identitárias que servem positivamente no âmbito do reconhecimento e posicionamento social (entre outros), mas que também essencializam e normatizam os sujeitos. Assim, escutar, problematizar, desconstruir e, se considerarmos a psicanálise, confrontar isso retomando a hipótese do inconsciente e as resistências às capturas “sociais”, faz-se um trabalho necessário. Afinal, como aponta a entrevistada, o ser mulher ainda carrega pressupostos estigmatizantes diferentes do ser homem.

Adélia. (...) Essa ahm dificuldade muito, muito maior esse trabalho psíquico, esse é o termo muito mais intenso que requer de uma mulher numa região como a nossa de se constituir como um sujeito de desejo, sabe? É uma luta muito maior do que uma pessoa que está orientada do lado masculino, né? Uma pessoa orientada do lado feminino eu estou extinguindo questão de gênero, pode estar orientado do lado feminino sendo um homossexual né, uh sei lá qual é a sua orientação sexual. Se a orientação ela é do lado feminina ela é dura. (informação verbal)¹⁴

Ainda lendo Mériti de Souza e Fabiola Langaro, elas trazem a estratégia da desconstrução como um caminho, “o gesto desconstrutor, portanto, envolve o fato de que a experiência da Justiça e da política deverá inevitavelmente enfrentar a condição do incalculável, endereçando-se ao singular” (2011, p. 579). Dessa mesma forma nos enveredamos pela psicanálise, apresentando e problematizando trechos das entrevistas e as capturas/escapes das analistas que vivenciam em suas singularidades conectadas com o universal, precavidadas pela hipótese do inconsciente, mas ainda assim são afetadas pelos

¹⁴ Adélia. Entrevista III. [Out. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

discursos de identidade, como aparece no seguinte trecho onde a analista conecta, o “mas atendendo homens” com o se “sentir frágil”;

Ana. (...) Me dediquei aí um tempo a pensar a violência, (pausa no pensamento), eu penso bom eu tenho uma série de, de, de ideias sobre a violência, pensando em questões sociais, políticas, culturais eh mas quando eu me penso como uma mulher, psicanalista mais mulher, estou aí atendendo outras mulheres, mas também atendendo homens em alguns momentos eu me senti frágil eh em houve alguns momentos muito pontuais do meu percurso que eu senti medo e aí em todos esses momentos eu levei isso pra minha análise pra tentar ver. (informação verbal)¹⁵

Seguindo sua explanação, quando levou para sua análise e supervisão um dos caminhos apresentados pelo seu supervisor, foi substituí-la por um analista;

Ana. (...) então vamos colocar o rapaz pra atendê-lo, ahhhm e aí ele não quis ser atendido pelo rapaz, fez algumas sessões e dizia que queria ser atendido por mim porque ele sabia me conduzir, ele tinha notado que ele ia poder me conduzir. (informação verbal)¹⁶

Para outra analista, que também relata uma situação onde a relação com o paciente teve como ponto na transferência o fato dela ser mulher, seria “ideal” ele buscar por um analista homem, ficando inclusive no seu imaginário esse passo;

Cora. Esse paciente foi o que foi o que mais me deixou apreensiva, né. Mas ele também não sustentou por muito tempo a análise e eu não sei depois quando ele encerrou por conta própria o, o processo, não sei se ele continuou, mas duvido que ele tenha continuado com uma mulher. Pra ele se sentir confortável talvez tenha procurado um homem, não sei. (informação verbal)¹⁷

Esses recortes nos apresentam uma perspectiva inicial, de que há um “risco” diferente associado a um corpo masculino e um feminino. E isso está posto no modo de funcionar subjetivo das pessoas a ponto de passar despercebido até mesmo por alguém precavido pela psicanálise (analista/supervisor). Primeiramente vamos problematizar a substituição proposta pelo supervisor, que não “escutou” a vulnerabilidade que a analista supervisionada estava apresentando, lendo simplesmente como uma dificuldade de manejo, e talvez uma

¹⁵ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

¹⁶ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

¹⁷ Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

sensibilidade feminina, algo que o masculino não teria e quem sabe poderia conduzir melhor o atendimento. Talvez, uma hipótese, é de que a orientação dele, supervisor, possa ter ficado restrita em termos da transferência negativa. Assim, tomando cuidado para não romantizar essa precaução, me questiono acerca dessas capturas, inclusive considerando o trabalhado por Freud como ativo-passivo, que propõe essa antítese como um dos caminhos opostos para a compreensão do amar, ou polaridades relativas aos modos de satisfação pulsional, junto com prazer-desprazer e sujeito (ego)- objeto (mundo externo).

Para Freud, ativo e passivo são os pares opositivos que dão base à vida psíquica. Segundo ele, atividade e passividade qualificam principalmente modalidades da vida pulsional, porém isso não implica em oposição e separação entre as pulsões ativas e passivas, muito pelo contrário, “Freud marcou, (...) que a própria definição de pulsão incluía ela ser ativa: ‘... cada pulsão é um fragmento de atividade.’” (LAPLANCHE E PONTALIS, p.42).

Isso, aplicado ao desenvolvimento do sujeito, confere importante função nessa oposição atividade-passividade, precedendo inclusive outros pares de opostos: fático-castrado e masculinidade-feminidade. Segundo Freud;

A antítese ativo- passivo funde-se depois com a antítese masculino-feminino a qual até que isso tenha ocorrido não possui qualquer significado psicológico. A junção da atividade com a masculinidade e da passividade com a feminilidade nos defronta, na realidade, com um fato biológico, mas não é de forma alguma tão invariavelmente completa e exclusiva como pretendemos presumir (FREUD, 1914-1916, p. 139).

Freud também não trabalha com a concepção de masculino e feminino diretamente associada a homem e mulher, propondo uma divisão baseada exclusivamente no biológico, mas sim a essa polaridade que diz respeito a finalidade pulsional. Freud (1905[1989], p.200) diz-nos em uma nota de 1915:

Es indispensable dejar en claro que los conceptos de "masculino" y femenino", cuyo contenido que tan unívocos parecen a la opinión corriente, en la ciencia se cuentan entre los más confusos y deben descomponerse al menos, en tres direcciones. Se los emplea en el sentido de actividad y pasividad, o en un sentido biológico, o en el sociológico. El primero de estos tres significados es el esencial, y el que casi siempre se aplica en el psicoanálisis.

Com isso, entendemos que conforme a psicanálise, a analista não desempenha uma posição passiva por ser mulher, e o analisante ativo por ser homem, porém, essa perspectiva

está muito pautada nos pressupostos falologocêntricos e heteronormativos, hegemônicos nos modos de subjetivar e nos modos de conhecer modernos, como vimos anteriormente. Afinal, na psicanálise, essas posições são mais fluidas do que fixas. Segundo Luciano Lima de Oliveira e Laéria Fontenele;

A problemática do masculino e do feminino, tal como Freud a aborda, demonstra que a relação entre os dois é menos de exclusão que de combinação. Isso nos possibilita pensar que um mesmo indivíduo pode ocupar uma posição masculina frente a um objeto e feminina em relação a outro; ou até questionarmos se em relação ao mesmo objeto, determinado sujeito não poderia transitar de uma posição masculina a uma feminina e vice-versa. (OLIVEIRA, FONTENELE, 2011, p.4)

Assim, trabalhar com essa concepção, considerando que as pulsões são ativas e estão presentes em todos os sujeitos, não geraria como pressuposto que posições ativas ou passivas estão vinculadas ao masculino ou ao feminino. Com isso, espera-se que o sujeito possa realizar deslocamentos entre essas polaridades ativo-passivo, para dar conta das exigências da satisfação libidinal, ou seja, o sujeito pode ocupar em determinados momentos, ou frente a uma relação com o objeto, ora uma posição masculina ora uma posição feminina, ora ativo, ora passivo. Dessa forma a analista, operando a partir de um não-saber, da transferência, dá espaço para as fantasias inconscientes, as associações, as projeções, e outros mecanismos que compõe o campo analítico.

Porém, quando temos a incidência da vulnerabilidade, do medo, e considerando a presença da rede social, onde o masculino é lido como ativo e o feminino passivo, percebemos os respingos disso na forma como a presença masculina desperta precauções “*a priori*”, e voltamos a nos questionar acerca dessas posições e do quanto cabe manejar dentro da transferência, pois retomando o que propõe Butler, vale considerar que em decorrência do falologocentrismo e da heteronorma, dentre outros aspectos, são produzidos corpos mais vulneráveis que outros.

No seguinte recorte, conseguimos perceber a presença desse masculino-ativo que invade o espaço clínico de forma a disputar posições de poder com a analista, transformando o que seria um trabalho de acompanhamento em um território hostil, que leva a analista a se questionar para além do percurso analítico, a se questionar enquanto mulher nessa posição¹⁸.

¹⁸ A partir desse recorte, surge uma dúvida intrigante e talvez provocativa, que me permito deixar em aberto para os leitores dessa dissertação que se reconhecem como homens, bem como, uma

Ana. Ehhh mas hoje eu atendo um homem de cinquenta e poucos anos ehh, e também foi, é a primeira vez que eu atendo um homem nessa faixa etária, atendo, já atendi muitos homens ahmm atendo, mas de faixa etária mais assim jovem até uns quarenta anos assim cinquenta, sessenta anos eu nunca tinha atendido o homem e aí nesse caso que eu atendo às vezes algumas intervenções ele fica muito irritado, tá. Ehhh, eh quando eu peço, ele, eu faço alguma pergunta e aí ao invés de responder o que eu digo ele vai falar outra coisa e eu volto porque é algo que eu quero que ele fale e aí ele se irrita ehhh e aí eu já já me perguntei se isso é porque eu sou mulher mais jovem ou se isso faria, ele faria com qualquer outro analista. Mas já me passou pela cabeça assim que é um homem ahm e aí ele fala né? Ele tem uma visão, ele é machista enfim ahm fala do que ele acha das mulheres, da das mulheres da vida dele eh e aí eu fico às vezes assim com muita muito cuidadosa de intervir, eu tô intervindo como analista eu tô intervindo como uma mulher feminista né? Eu, eu fico tentando fazer essa diferenciação com muito cuidado, tá? E aí, né? Então, eu não sei se isso que ele fica tão irritado, é porque eu sou uma mulher jovem, ou porque é uma é uma analista que tá questionando e aí pega né, quer escutar o que ele não quer falar. (informação verbal)¹⁹

Transferenciando com esses conteúdos envolvendo uma vulnerabilidade que está associada à presença desse masculino, escutando exemplos que tinham como protagonismo pacientes homens, levantei para as entrevistadas a seguinte questão; Você já se sentiu desconfortável, ou com medo em atendimentos com pacientes mulheres? E a reação, talvez a mais interessante em todas as entrevistas; uma surpresa, seguido de um silêncio interessante. Segundo Dunker, “a análise começa quando podemos ficar em silêncio”, e o vazio, “é esse espaço interno onde o silêncio age”, assim a “arte da escuta poderá ser comparada à arte da produção de um vazio” (2019, p. 102;103).

Não estava escutando e analisando, mas é inevitável não ser atingida por esse silêncio analiticamente. Pois ao perguntar, dei voz a uma questão que me atravessava, e que sutilmente permeia essa pesquisa, mas só surge explícita nas entrevistas associando livremente enquanto

possível problemática de pesquisas futuras: Será que os homens, seja em contexto clínico ou fora dele, se perguntam se estão vivendo determinada situação, ou sendo tratados de determinada maneira, por serem homens? Penso que essa questão emerge em consonância com os estudos e pesquisas sobre as masculinidades e sobre os estudos sobre a branquitude (Connell, R.; Messerschmidt, J. W., 2013; Castro, 2018; Grossi, 2004; Ware, 2004; Schucman, 2014). Ou seja, nos recentes estudos sobre gênero e raça, as pessoas que se reconhecem como homens e aquelas pessoas que se reconhecem como brancas estão sendo questionadas a se perguntarem sobre o lugar que elas ocupam e sobre a rede de pressupostos que acompanham esses lugares identitários.

¹⁹ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

escutava; porque não identificamos sentimentos de medo e vulnerabilidades associadas à pacientes mulheres? O pensamento das analistas vagou e mergulhou em memórias das sessões realizadas ao longo das suas trajetórias, enquanto o meu também fazia o mesmo percurso, até encontrar, um seguro e sonoro “não”. O silêncio analítico de quem escuta e se escuta, seguido do “não” unânime e reflexivo dado em resposta não é apenas o pensamento buscando memórias, ou a dúvida frente à negativa, mas também é o *insight*. Em recortes; “eu nunca tinha pensado que não existia”, “a gente não pensa nisso né. Você me trouxe uma percepção agora com sua pergunta, que eu nunca tinha tido”.

Ana. Não!!! Não!! Éééh, bom ehh, já presenciei ahm né. Já tive em sessões assim como mulheres muito irritadas, muito bravas às vezes, bravas até comigo ali, né. Endereçando a mim aquela raiva toda, mas eu nunca senti nenhum desconforto. Olha só, eu nunca pensei isso é transferência ou isso é violência, né? (informação verbal)²⁰

Para outra analista:

Cora. ... eh NÃO com mulheres não, não me senti vulnerável, alguma situação de medo ou qualquer coisa semelhante, né, ao caso ali que eu citei é não sei como é, não que não tenha, claro pode ter né. Se posicionamento machista né, porque mulher não vai ter algum posicionamento machista sobre. Eu acho que se aparece é de uma forma muito mais sutil e não me agride, não me põe em risco, que não são questões ali mais voltadas realmente pra elas pra vivências delas, vamos dizer que nenhuma né traz isso. Então, isso aparece, mas não a ponto de, de me incomodar ou soar algum alarme. (informação verbal)²¹

E a situação se repetiu com a Hilda; “Com as mulheres, interessante que eu nunca senti isso. Éh, é uma boa pergunta viu a sua, nunca me senti assim como mulheres...”. E com Adélia; “(Silêncio), não, até nem tinha pensado nisso, com analisantes mulheres não”.

Do *insight* ao vazio até o encontro do “não” já justifica a problemática dessa pesquisa, o recorte das mulheres e o diálogo necessário entre psicanálise e gênero, mas além disso, amplia nossas reflexões acerca do que escapa na escuta do inconsciente. Afinal, podemos dizer que segundo a visão idealizada da psicanálise teríamos essa leitura de que a(o) analista que consegue se posicionar bem, dar atenção a sua análise pessoal e a sua supervisão,

²⁰Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

²¹Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

consegue escapar tanto da transferência, quanto da contratransferência.²² O que podemos comprovar, é um equívoco, quando atravessadas pelo campo das violências, que sorrateiramente e por vezes silenciosamente se esparramam pelo *setting* clínico. Segundo Jurandir Freire Costa, a violência por muito tempo e em diferentes trabalhos era colocada em polos opostos, que a *sacralizavam* ou *banalizavam*, e a psicanálise se propôs, mesmo que tardiamente a falar dela, diminuindo assim seu horror.

A violência, nesse como em outros trabalhos do gênero, ou é tratada como um tabu, cercado e protegido pelo pensamento, ou por uma aura romântico pessimista, indicativa talvez, de “nobreza intelectual”; ou é considerada o zero e o infinito da existência do sujeito, tornando-se uma espécie de categoria *a priori* irreduzível a qualquer análise (COSTA, 1984, p.14)

Ao falar dela, essencialmente em contexto clínico, tiramos também à distância, que imaginariamente nos encobre, de que a violência está no outro, ela é exercida ou é sofrida apenas pelo outro, e que é algo perceptível pela forma como se apresenta.

Cora. Eh tem muita violência que a gente acaba não percebe né. Ali na hora porque ela vai acontecer de uma maneira velada, como você acabou citando quando tava com o, contextualizando ali né a tua pesquisa nesse sentido de do que que é velada, mas você não sente medo, né. O que que dá medo? O que é que num dá? Às vezes violência a gente tem essa, essa ideia sabe né. De algo que nossa que choca, que que é impactante e que né. Que causa algum dano já de prontidão e não, não é principalmente quando a gente tá falando aí de, de terapias, né. (informação verbal)²³

É perceptível o quanto repetidamente me questiono, ao longo dessa pesquisa, e na vida em geral, acerca dos meus/nossos limites, possibilidades, habilidades. É ou não violência, ou como propõe a entrevistada, dá ou não dá medo. Como identificar o que é excesso, o que é possível de ser trabalhado na transferência negativa e o que é da ordem de um “a mais” dirigido ao feminino e atravessado pelo falologocentrismo e pela heteronorma, e o que pode ser um efeito transferencial do processo analítico? Como nos mostra Lacan, “nenhum psicanalista pode pretender representar, ainda que da maneira mais reduzida, um saber absoluto”. (1988/1964, p. 220). É preciso um cuidado, pois a posição de suposto saber,

²² Aliás, dependendo da linha teórica em psicanálise, não se reconhece o conceito de contratransferência. A ideia é de que seria uma redundância.

²³ Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

necessária para a transferência e o início da análise, pode culminar em uma posição de impostor;

Deixemos por enquanto a hipótese cartesiana de que o psicanalista seja enganador. Ela não é para ser absolutamente excluída do contexto fenomenológico de certas entradas em análise. Mas a psicanálise nos mostra que, sobretudo na fase de saída, o que mais limita a confiança do paciente, seu abandono à regra analítica, é a ameaça de que o psicanalista seja, por ele, enganado. (LACAN, 1988/1964, p. 221).

Lacan segue, “Ora, é mesmo aí que está o limite. É em torno desse enganar-se que vige a gangorra, a balança, desse ponto sutil, infinitesimal, que quero marcar”. “É nesse ponto de encontro que o analista é esperado. Enquanto o analista é suposto saber, ele é suposto saber também partir ao encontro do desejo inconsciente” (1988/1964, p. 221), ou seja, segundo o autor, o desejo do homem é o desejo do Outro, e nesse emaranhado que se sustenta e se dissolve, é papel da (o) analista separar-se do desejo do paciente e da sustentação da posição de suposto saber, para identificar dentro daquele processo, os seus limites, ou contrariamente, os seus potenciais, antes que isso convirja de fato para uma enganação.

Talvez tenhamos já construído no imaginário social, ou no inconsciente a presença dessa visão idealizada da (o) analista, como aquele (a) que consegue sempre “dar conta” do que vem do paciente, e sustentar bem a posição de “poder/saber”, ou até daquele/a que deveria dar conta, manter a transferência, não escorregar para a contratransferência, não parar de escutar, e caso aconteça, reconhecer/admitir a importância de um encaminhamento, não como indicativo de falha na escuta, mas justamente de escuta. A analista Ana, relata, exemplificando com um recorte clínico, as múltiplas angústias, que ainda envolvem um encaminhamento;

Ana. Então esse foi o único caso que eu falei não, essa pessoa não vou atender, não tenho condições de atender esse sujeito. Eh. Olha eu me lembro de um de um rapaz que eu atendi nessa época que eu coordenei a, o, a clínica escola e atendia a comunidade interna, e tinha um rapaz, ele era aluno da, da faculdade que eu atendia e eu suspeitava que ele fosse eu não diria borderline, mas se ele tivesse uma estrutura assim limite, ele ahm, eu ficava em alguns momentos me perguntando isso é psicose, isso é neurose e, e não, não conseguia estabelecer, essa, seguia assim me questionando e aquele rapaz eu não tinha medo que ele pudesse produzir algo contra mim diretamente, mas eu cheguei a ter medo de que ele pudesse fazer algo contra outras pessoas, porque ele dizia. Era muito tímido e tal e aí ele tinha muita raiva dos rapazes que não eram tímidos. Então os rapazes em volta da faculdade tinham muitos bares então ele via né, as meninas ele quer namorar e ninguém, nem uma menina se aproxima, e ele também não tinha coragem de se aproximar e aí ele ficava com muita raiva dos rapazes e projetava muito, né. E eu cheguei assim, será que ele tem? Será que ele pode cometer? Ele disse que ia

matar, ele ia atirar neles, queria dizer destruir aqueles carros de som, né? Aquelas cenas mesmo de o rapaz abrir o carro e fica turminha em volta do carro, bebendo e conversando, aquela curtição, ele tinha um ódio disso. E aí quando eu sai do trabalho, né, pra pra começar o mestrado, eu estava atendendo esse rapaz e outros, né. E olha que interessante, agora eu tô pensando nisso, mas vários eu fiquei, mas foi aquela pena, aí os atendimentos tavam indo bem, gostaria de continuar acompanhando esse processo e ele não, ele assim tipo como um alívio, de não, de não atendê-lo mais. (informação verbal)²⁴

Nesse relato da entrevista escutamos algo muito interessante, uma certa diferenciação entre homens que “dão medo” e outros que não. Quando ela relata um alívio pelo encaminhamento, nos questionamos acerca do que pode ter gerado esse alívio? Será que não tinha ali uma percepção de uma violência mais subjetiva, não física ou explícita como somos condicionados a detectar. Para entender isso, levantamos a pergunta: Você acha que o fato de você ser mulher de alguma forma “autoriza” esse tipo de discurso? Para a analista Cora: “eu não sinto que autoriza, né. Mas eu acho que se sentem autorizados de alguma maneira, assim quando vem, né. Com essa invasão eu acho que aqui cabe.” (informação verbal).²⁵

De fato, o ser mulher não autoriza, o que autoriza é o ser homem na relação binária, hierárquica e falologocêntrica com a mulher. O interessante é o quanto essa relação violenta do binário, hierárquico, falologocentrado, está invisibilizado como violência, sendo inclusive justificada pelas próprias analistas.

Cora. É que na verdade eu acho que assim, não sei se tem relação ne com essa questão toda de gênero, deve ter, mas foram pouco os pacientes homens, na verdade que eu tive em clínica, né. A maioria sempre foi de mulheres e mesmo assim adolescentes e tal sempre uma uma procura feminina muito maior na clínica, né. Então fica mais, mais fácil, mais marcante lembrar né. Quando eu estou falando de pacientes homens das coisas que eles trazem porque são tão poucos assim. (informação verbal)²⁶

Para outra analista, em diálogo comigo, mas consigo mesma, o “estranho” acerca das violências, e talvez até o desconforto em detectá-las, produz associação e tenta, como tentamos em diferentes momentos localizá-las ou explicá-las.

²⁴ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

²⁵ Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

²⁶ Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

Hilda. E é muito interessante o que você tá falando e eu talvez, né isso tem a ver não querendo colocar alguma coisa no masculino e feminino. Talvez tenha a ver mesmo com isso do, do feminino mesmo, né? Como a mulher ela se posiciona, como ela sai desse complexo aí de Édipo né, como é como isso é feito pra ela, e tem uma diferença né que a gente não tem como negar, né. Estruturar o mesmo de como é a saída ehhh feminina, como é a saída masculina. Talvez tenha a ver com isso. Agora, pensando nessa questão também ehhh, acho que tá dá pra gente colocar um incômodo né? Partir duma, a gente possa pensar ehhh na questão das mulheres mas nessa coisa velada. De algo mais velado, né. Do que quando a questão é masculina, né. Acho que dá pra pensar numa coisa velada e que talvez apareça de outra forma, né. (informação verbal)²⁷

A entrevistada Adélia relatou que não sente que as violências tem alguma relação com o fato dela ser mulher. Para ela, há outras questões presentes no campo clínico que podem gerar esses “comportamentos”.

Adélia. Olha, não, eu nunca senti na clínica isso. Pelo fato de ser uma analista mulher. Não ehhh, é natural que na análises em algum momento haja uma, tem momentos de resistência, haja uma relação, um apaixonamento, digamos assim, é muito comum, né. Eh um pretenso apaixonamento pelo analista, assim como um analista homem, né. As mulheres em relação a eles, então isso é algo que meio que faz parte da clínica, mas eu por essa questão de gênero eu nunca vi dificuldade, pelo menos na minha clínica não, não é uma questão pra mim. (informação verbal)²⁸

Porém, quando questionada acerca do feminino, se já sentiu algum medo, ou desconforto com pacientes mulheres, fica em silêncio, e encontra, no refazer das suas memórias clínicas, novamente o não, que aparece tímido, já sendo contido por justificativas lógicas.

Adélia. (Silêncio) Não, até nem tinha pensado nisso, com analisantes mulheres não, não porque ehhh violência física, violência física, né? Se fosse, se for que seria o caso possível violência física ehh, as poucas raras pode se dizer, raras, que provavelmente aconteceriam, felizmente nunca me aconteceu, tá, ehhh situações eh nunca me aconteceu por algumas razões. Primeiro que hã eu dispensei também, dispensei, não acho que tem a gente é obrigada a tratar todo mundo. Existem as entrevistas iniciais ne. Eh já me aconteceu de ver uma altíssima nível de periculosidade, eu não deixei acontecer isso e ahm dispensei, então mas geralmente é, é uma agressão

²⁷ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

²⁸ Adélia. Entrevista III. [Out. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

física é do lado do, do masculino sim. (informação verbal)²⁹

Na sequência desses pensamentos, por meio da associação livre, a própria analista vai aprofundando em memórias e exemplos de situações vivenciadas no consultório, que a conduzem novamente a associar as situações de violências vivenciadas na clínica, com masculinos.

Adélia. Sim, houve uma época aqui em Londres, que a gente até se conversava, tinha uma pessoa que ela ia em vários consultórios era sempre o mesmo roteiro era um homem, isso aconteceu olha na minha vida profissional acho que me aconteceu umas três vezes isso que aconteceu comigo era a mesma pessoa com várias psicólogas, acho que tinha alguma tara, alguma fantasia, sabe? Ahm, porque o roteiro era o mesmo, a forma de começou a ficar famoso, o caso e porque a gente tem estudos, né? o caso e porque a gente tem estudos, né. Uh-huh. E era sempre a mesma a mesma coisa. Acabava falando as mesmas coisas e se masturbar queria se masturbar e tal, tal, tal, então provavelmente isso acontece. (informação verbal)³⁰

Conforme fui escutando esses trechos e transferenciando com eles, mergulhei nas minhas memórias clínicas, e também encontrei um vazio quando pensei em momentos que me senti vulnerável e tive essa vulnerabilidade invadida por pacientes mulheres. Isso não significa que não tenham existido essas situações, mas o fato de a memória não associar livremente, nem a minha, nem as das analistas entrevistadas, nos confirma o quanto, mesmo precavidas pela escuta do inconsciente, as questões que envolvem o corpo feminino e a associação com violências ainda é precária.

Entendemos que isso se deve tanto a manutenção dessa lógica binária e hierárquica, mas também entendemos que o enigmático envolvendo a figura feminina, que também culmina em uma desqualificação, um esvaziamento, colocando no masculino a “capacidade” inclusive associando ao corpo, forte e com condições de intimidar, dominar e amedrontar contribui para que “inocentemos” com mais facilidade os excessos produzidos por outra mulher.

Segundo Mériti de Souza, as “concepções de substância e vazio, bem como as incidências na elaboração de teorias sobre subjetividade e o conhecimento, atravessam praticamente toda a história ocidental e moderna” (2011, p. 81), e atualmente ainda

²⁹ Adélia. Entrevista III. [Out. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

³⁰ Adélia. Entrevista III. [Out. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

predominam como componentes da natureza e da subjetividade, e demandam outro olhar sobre o vazio e suas associações ao feminino. A partir de leituras baseadas em Jacques Derrida e em Judith Butler, a autora analisa a linguagem hegemônica e a produção de conceitos que supostamente carregam a verdade e a substantivação sobre o que buscam representar, incidindo em uma tradição languageira que carrega elementos de violência na própria operação de elaboração conceitual que procura suturar um sentido último a palavras. Conforme a autora, Derrida insiste na clausura metafísica que envolve necessariamente a clausura da palavra e, a partir dessa referência a autora analisa o conceito de vazio e de como ele se constitui no ocidente em torno do *horror vacui até* suas associações ao feminino em oposição binária e hierárquica que apontam o masculino como substantivo e pleno. Assim, essa operação da linguagem a partir dos pressupostos ocidentais carrega elementos de violência a partir da própria operação de elaboração dos conceitos e atravessa a constituição subjetiva e, entendo que se derrama dentro do contexto clínico.

Dessa forma, por um lado, o simbólico disponibilizado ao sujeito modula a constituição subjetiva à medida que oferece solo a singularização e à elaboração sobre o outro e à respeito da realidade. Por outro lado, o simbólico sustenta e acompanha políticas identitárias, pois referenda teorias e práticas que utilizam conceitos eivados por sentidos pré-estabelecidos e aprovados pela aura da verdade e do universal postulada pelo discurso científico. (SOUZA, 2011, p. 82)

Assim, tentar escapar também é se enveredar nas tramas que circulam pela rede social, e de forma criativa capturam e enlaçam os sujeitos. Reconhecer, nomear e contribuir para a identificação dessa complexa rede requer que identifiquemos esse simbólico também como espaço de manutenção dessas formas de relação. Desse modo, podemos identificar que a violência também está no próprio trabalho de formação conceitual “restrito aos pressupostos do representável e da metafísica da presença, que ancorados na substancia, na lógica causal e linear, na *mesmidade* restringem os sentidos agregados ao conceito e os sobrepõem a determinadas configurações sonoras e gráficas.” (SOUZA, 2011, p. 82)

As premissas dos autores apontados nessa pesquisa, a exemplo de Butler (2003), que propõe que as determinações culturais e sociais que sobrepõe e sustentam normas e pares que se opõem e regulam as subjetividades, condicionando as pessoas a se constituírem e de relacionarem a partir dessas oposições, e Freire Costa (1984), que nos esclarece o quanto a violência pode ser definida como toda experiência físico-psíquica que pela repetição e

intensidade, excede a capacidade de absorção do aparelho psíquico. O que escutamos nas entrevistas ainda apresenta um grande vazio, um espaço não nomeado e talvez não reconhecido na detecção dessas violências, mas também aponta na direção de que a violência, em suas distintas facetas, pode e é localizada na restrição de sentidos impostos que através das ordens sociais, econômicas e políticas, ganham hegemonia.

Essa restrição concerne ao modo de operar da linguagem na sua articulação a teoria da representação, que dentre outras modalidades, constrói figuras identitárias como o masculino e o feminino, recobertas por sentidos restritos. (...) Assim, aqueles que se identificam com o feminino tem de se ver com a possibilidade de constituírem um referencial identitário que venha a agregar atributos desqualificados. (DE SOUZA, 2011, p. 84).

Nesse percurso, nomear e reconhecer é um caminho vital para romper com a hegemonia desses discursos violentos, e não apenas do que se considera atos violentos. Nos relatos das entrevistas, muito do que é esse discurso violento é reconhecido como machismo, Cora; “olha tem uma, uma questão eh, ainda muito premente que eu continuo escutando surpreendentemente até nem deveria me surpreender mas ainda me surpreende. É um machismo extremamente intenso que se mantém.”

Para Cora;

É, não é que essa foi uma coisa muito direta, muito escancarada assim. Nossa, ele tinha pesquisado lá, né, o paciente, enfim, vai dar aquela procuradazinha no teu lattes pra saber de onde vem a profissional, né. Quem é você que está aí me atendendo e tal e aí ele já mais velho tinha mais de uns cinquenta por aí, no caso de uns cinquenta e tantos anos e aí ele foi falando, né. Da juventude, que não sei o que, não sei o que, aí começou a de certa forma atacar, né. Falar dessa questão de relacionar universidade pública, né. Com, com vadiagem, com não sei o que e já faz um tempo isso na verdade e em sessões anteriores ele já tinha falado não, porque né, eu pesquisei eu vi que você se formou em tal lugar que você fez não sei o que, que legal, dali algumas sessões né é isso porque aí é todo mundo né uma libertinagem, não sei o que, pra quem ser pessoal né que faz estadual e não sei o que, então foi uma forma de cutucar ali, depois a gente tentou focar nesse assunto de novo umas sessões depois voltava pra isso, né, mas foi uma coisa que eu fiquei, né, me sentia acuada, faz como vocês ficam, sabe, isso era lá no presencial, como faz tempo, mas cê vai se sentindo um pouco amedrontada, acho que eu fiquei e ficava olhando meio que em direção a porta qualquer coisa. Não sei, né, se me sentir desconfortável em torno da sessão, não, como é que faz? Porque eu realmente fiquei muito incomodada com esse rapaz. O que ele está querendo me dizer com isso, né? Pra mim, justamente eu, mulher, aqui falando sobre né? As estudantes de estadual que são assim que estão assim, que se vestem assim, citou a marcha das vadias que teve há alguns anos atrás

então né. Aquela coisa de Deus por que que cê tá falando isso tudo pra mim, que cê quer com isso? (informação verbal)³¹

As teorias centradas na primazia do falo e do logos, teorias falologocentradas, explicitam o simbólico no seu aspecto ideológico e violento, tendo nos conceitos hegemônicos sobre o vazio e o incompleto as marcas dessa diferença entre os sexos, que não só sustentam como são sustentadas ainda hoje pelas lógicas binárias e hierarquizadas. Assim, produzimos sujeitos ativos e sujeitos passivos, completos e vazios. Entretanto escutar os vazios, não visa preenche-los com algo, mas sim atravessá-los, e ser atravessados por eles, e nesses atravessamentos, produzir enlaces e ressonâncias para identificar e desconstruir, lançando mão da vulnerabilidade como algo natural, e da violência como uma ação a ser combatida.

³¹ Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

4. VIOLÊNCIAS: DO SOCIAL À CLÍNICA.

*Tenho tanto sentimento
Que é frequente persuadir-me
De que sou sentimental,
Mas reconheço, ao medir-me,
Que tudo isso é pensamento,
Que não senti afinal.*

*Temos, todos que vivemos,
Uma vida que é vivida
E outra vida que é pensada,
E a única vida que temos
É essa que é dividida
Entre a verdadeira e a errada.*

*Qual porém é a verdadeira
E qual errada, ninguém
Nos saberá explicar;
E vivemos de maneira
Que a vida que a gente tem
É a que tem que pensar.
(FERNANDO PESSOA, 1942/1995).*

Este é, especialmente, um capítulo delicado e caro para esta dissertação, pois entrelaça e discursa acerca das singularidades, das subjetividades, de um psicanalista que se faz fala e escuta, de um contexto social e cultural que compõe e (de)compõe os seres humanos; apresentamos relatos que compõem e expõem a prática da trajetória da pesquisadora, em transferência com as falas das entrevistadas, apresentando de forma mais explícita essa subjetividade que não é senhora de si. Dessa forma, como construído nos capítulos que compõem essa dissertação, precisamos questionar, como bem faz a psicanálise, esse lugar de consciência, de verdade, de linearidade e continuidade e, conseqüentemente, o lugar da transferência, da violência, do feminino. Segundo Mériti de Souza;

“A constituição da subjetividade representada como identidade cumpre amplo papel, produzindo subjetividades pautadas pela adaptação, facilmente capturáveis pelo discurso tecnocrático da competência e embaladas pela crença racionalista de que controlam a si a ao mundo. Assim temos a crença construída por uma subjetividade que se acredita senhora de si, dona dos seus atos, pensamentos e amores, palco do reinado da soberana consciência. (SOUZA, 2014, p.270).

Assim, compreendemos que a construção identitária contempla, ou deveria contemplar, mais interrogações do que verdades e, com isso, estendemos as interrogações ao campo das violências e, posteriormente, à transferência, para culminarmos nos perguntando novamente acerca do que é, como se apresenta e que relação de “autorização” estabelece quando o outro se apresenta enquanto sujeito feminino. Não é pretensão, propriamente, responder tudo acerca dos sujeitos e como elas (es) se percebem em sua vulnerabilidade, afinal, não desejamos aqui recair em leituras binárias e/ou estruturantes, mas sim ter um pouco mais de aporte para entender quando a linha que demarca o vulnerável e o violento foi ultrapassada.

Ao longo dos anos, muitos movimentos sociais e militantes que atuam nos campos das diversidades, gênero, raça, dentre outras categorias identitárias, vêm sendo convocados a, literal e simbolicamente, ocupar as ruas, as redes, as mídias e a contribuir ativamente, intelectualmente, academicamente, enfim, a serem as vozes à frente das lutas, e re(e)voluções. Considerando que as violências são um problema social complexo que requer atenção de várias áreas do conhecimento, seja por sua implicação social ou subjetiva, é cada vez mais importante que as pessoas que a vivenciam em sua existência, ou como no caso das mulheres que vivenciam simplesmente por existirem, possam falar sobre ela. Como propõe Hannah Arendt (1985, p.32), “A violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca.”. Assim para não correr o risco de justificar ou confundir com “outra coisa”, vamos trilhar caminhos para compreendê-la em diferentes leituras.

Esses “movimentos sociais” podem ser entendidos como importantes representações das inquietudes sociais e de formas de ocupar um lugar social de visibilidade, de voz, de escuta e de transformação. No caso específico da psicologia e da psicanálise, entendemos o quão importante é que profissionais dos diversos campos de intervenção tragam à tona falas sobre suas experiências e as relações com o entorno social, econômico, político, cultural, possibilitando, com isso, não só a evidenciação das diferentes realidades e práticas possíveis, como também contribuindo para a construção de “novos” ou talvez apenas “atualizados” saberes/fazer. Ao revisitar conceitos e colocá-los em diálogo com as construções teóricas e dinâmicas críticas, podemos extrapolar as influências exclusivamente eurocêtricas,

falologocentradas e heteronormativas postas na maioria das nossas teorias e práticas (DERRIDA, 1971, 2001; BUTLER, 2003).

Esses conceitos atravessam a forma como compreendemos as dinâmicas sociais e os processos de subjetivação e são aqui apresentados como orientação para a escrita/escuta, seja dos lugares que desejamos transitar ou para onde não queremos escorregar. São conceitos complexos, que colocam em diálogo à psicologia, psicanálise, sociologia, história, filosofia e outras áreas; assim, não almejamos um aprofundamento em cada um, mas um passeio por eles, com o intuito principal de que nos sirvam como norte e não destino, afinal, é necessário compreender a realidade como “complexa, com vários aspectos inter-relacionados, o que demanda teorias e métodos baseados em referenciais epistêmicos e ontológicos que não se restringem a uma única disciplina”. (SOUZA, 2021, p. 02).

Já sabemos que as violências podem se expressar de diferentes formas e ter diferentes leituras e que a psicanálise fornece diferentes conceitos e caminhos que podem ser entrelaçamentos possíveis para pensarmos acerca das violências. Com isso, aqui nos detemos à violência como um problema social, histórico e estrutural, não a considerando como algo inato ao ser humano. Ainda que Freud não tenha adentrado profundamente nela em seus escritos, sua “pincelada” e a contribuição dos pós-freudianos nos fornecem boas linhas para transitar, além do fato de ela ser questionadora acerca dos sintomas e do “mal-estar” social, levantando hipóteses e perspectivas acerca do inconsciente e das pulsões que podem nos lançar possibilidades na compreensão das violências no nosso cotidiano pessoal/profissional.

Conceitos como a agressividade, o par amor-ódio, o sadismo e o masoquismo, a passagem ao ato, o *acting out*, as pulsões de vida e de morte, o gozo, o desejo, o narcisismo, o trauma, entre outros, evocam, em sua obra, a dimensão da violência no humano. Entretanto, Freud não constitui a violência como um conceito propriamente psicanalítico, daí a dificuldade em circunscrevê-la neste campo. (SILVA JÚNIOR, BESSET, 2010, p. 324).

As filósofas Hannah Arendt (2019) e Marilena Chauí (2019) e o psicanalista Jurandir Freire Costa (1984) nos apresentam reflexões complexas no que tange ao campo das violências e são referências importantes nesse trabalho. Entendemos que, para as primeiras, a violência talvez ocupe um campo mais direcionado, com uma definição mais direta e “palpável”, assim, é importante partir destas para compreendermos as diferentes formas de percepção das violências; entretanto, dentro da perspectiva deste trabalho, e já mais próximo à escrita do Jurandir Freire Costa, o campo das violências adentra um lugar mais complexo,

menos direcionado ou palpável, diríamos um “entre lugar”, que também nos leva a dialogar com Judith Butler (2004) e os conceitos de vulnerabilidade e despossessão (além da heteronormatividade e do falologocentrismo) os quais, segundo a autora, podem nos levar a repensar e a realocar o lugar das violências.

A filósofa alemã Hannah Arendt dedicou grande parte dos seus escritos e estudos às problemáticas de natureza política. A autora discursa sobre violência e poder, contrapondo esses dois campos, e pensando a violência como um fenômeno cultural e instrumental. “(...) a violência – distintamente do poder, da força ou do vigor – sempre necessita de implementos (...)”. (ARENDR, 2020, p.18). Ainda segundo Arendt, “a forma extrema de poder é Todos contra Um; a forma extrema de violência é Um contra Todos. E essa última nunca é possível sem instrumentos” (2020, p.58). Ela não concebe a violência como mais do que um meio cujo emprego é possível e, por vezes, pode ser necessário. A violência é, por natureza, instrumental. Como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja (...). A violência, sendo instrumental por natureza, é racional, à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la. (ARENDR, 2020, p.68, p.99).

Assim, as reflexões sobre o “lugar de poder” do estado e da política fornecem paralelos importantes, e, por meio da diferenciação de poder e violência, podemos adentrar a clínica e pensar sobre o “lugar de suposto saber/poder” posto na posição do(a) analista, o “lugar de poder” posto sobre o masculino no nosso contexto histórico social e o “lugar de poder” posto sobre o campo transferencial que se apresenta como condição de existência do processo analítico, e, dentre esses campos, conduzir o diálogo essencialmente sobre o “lugar” de poder posto na rede social sob o masculino que autoriza este a se exceder em diferentes espaços na relação com um feminino, seja no social, na política, religião, academia e, por que não, na psicologia e na psicanálise.

Marilena Chauí, filósofa brasileira, por sua vez, traz reflexões sobre violência e ética, propondo pontos importantes para uma concepção mais ampliada destas como um referencial muito importante, também por ser brasileira e pensar nas formas de violência presentes no mesmo cenário da nossa pesquisa e no qual nossas entrevistadas transitam e somam as muitas outras mulheres que nos últimos tempos figuram no cenário analítico, como bem aponta uma das entrevistadas: “Olha, é, tu sabes que a maioria dos psicanalistas atualmente no Brasil são mulheres. Diferentemente da época do Freud”. (Adélia).

Ainda, segundo Chauí:

A palavra violência vem do latim *vis*, força, e significa: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. (CHAUÍ, 2011, p. 379).

Um cuidado que tivemos é o de reafirmar que estamos apresentando pontos de referência e de reflexão de diferentes autores(as) para pensarmos a complexa questão das violências. Porém, ressaltamos que nosso entendimento dela não se restringe à leitura acima, pois não pretendemos deslocá-la “para fora” da subjetividade no sentido de colocar apenas no outro a violência. O exercício constante da escrita e leitura desse projeto também passa pelo cuidado e pela consciência de que a nossa postura, a instituição, o programa de mestrado, os sujeitos com os quais dialogamos, a sociedade como um todo, enfim, estamos/somos permeados/atravessados de e por violências, e é constante o movimento de problematização desta, e, com isso, constante o movimento entre os parágrafos mais teóricos, alguns recortes das vivências, e o lembrete constante de que somos interpelados pelo Outro e, quando falamos, falamos desse “nós” que atravessa, e dessas violências que por nem sempre se expressarem onde se originam, fazem-se difíceis de identificar, reconhecer e desviar.

Em resumo, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas, porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência (...). (CHAUÍ, 2011, p. 383).

A autora discorre também sobre o mito da não violência no Brasil (2011), que consiste em admitir a violência e logo em seguida justificá-la, denegá-la, criando uma autoimagem de cordialidade, pacífica e acolhedora às diferenças justificando, minimizando e negando inclusive historicamente, as violências.

Há, no Brasil, um mito poderoso, o da não-violência brasileira, isto é, a imagem de um povo generoso, alegre, sensual, solidário, que desconhece o racismo, o sexismo, o machismo, que respeita as dificuldades étnicas,

religiosas e políticas, não discrimina as pessoas por suas escolhas sexuais, etc. (CHAUI, 2011, p. 381)

Esse movimento é percebido nitidamente nas relações sociais, principalmente, nos campos políticos, nos quais a violência é praticada com uma série de justificativas ante a necessidade dela, tornando-a, assim, como algo passível de categorização, boa e má, justa e injusta, necessária ou não. “O mito da não-violência permanece porque, graças a ele, admite-se a existência de fato da violência e pode-se, ao mesmo tempo, fabricar explicações para denegá-la no instante mesmo em que é admitida”. (CHAUI, 2011, p. 382). Porém, o que compreendemos é que a violência está para além dessas “necessidades sociais”; ela é também desejo, uma ferramenta de satisfação e gozo.

Quando Chauí propõe a definição de violência, ela também gera um enquadramento na percepção acerca de como se pratica e de como se recebe essa violência, com algo de substância que se apresenta no seu raciocínio. Como, por exemplo apresenta uma das entrevistadas, quando questionada se já se sentiu vulnerável em sessões, e na sua primeira resposta, associou um “perigo” relativo à pessoas que apresentam comportamentos perversos. Como se a violência estivesse localizada em pessoas com tendências a “outras violências”.

Adélia. (...) tem situações assim que a gente tem que ter muito muito claro o papel né. Eh então por exemplo situações de pedofilia de extorsão né? Pessoas perversas que, roubavam né. Mas em alto nível, eh tem situações assim que ahm inevitável se questionar né. E em casos especialmente como esse sempre é uma prática, ter uma supervisão, né, trocar ideias e ver exatamente qual que é o papel, não é aqui o papel do analista não é o papel moralizante nem sensor e nem de imputa o que seria o bem ou mal né. Não é isso, o objeto da psicanálise é a escuta do inconsciente. Mas, é a escuta do inconsciente, mas, em situações muito impactantes assim como essa é eu me eu me interrogo, eu me interrogo mas dentro do que eu já vivi pelo menos eh das pessoas que estavam aos meus cuidados, pessoas que passam por situações assim, eh mais de, de limite em termos de ato elas dificilmente mantém uma análise por muito tempo, né. Pessoas com um perfil mais perverso, ne elas não suportam muito o trabalho analítico por muito tempo, pelo menos é isso que eu tenho percebido. Mas são situações assim bem delicadas, bem delicadas. (informação verbal)³²

Assim, visando a ampliar essa conceituação, dialogamos sobre a violência a partir dos campos da psicanálise e do social, com o psicanalista Jurandir Freire Costa, que também teve influência de Hannah Arendt, e que discorre sobre violências a partir do viés psicanalítico.

³² Adélia. Entrevista III. [Out. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

Em *Psicanálise e Violência* (1984), o autor aponta que a “violência se tornou fermento da inquietação cotidiana” (1984, p.09). E é com essa, e por essa inquietação, que pulsa, que insiste, que incomoda e que desloca que transferenciamos ao longo deste trabalho.

É interessante pensar que não vivemos³³, atualmente, cenários de grandes guerras mundiais, e que, “apesar de vivermos um período marcado por guerrilhas e conflitos em várias partes do mundo, chama nossa atenção o fato de presenciarmos uma violência quase que diária e, poderíamos dizer, insistente. (SILVA JÚNIOR, BESSET, 2010, p. 326). Essas violências amplamente disseminadas, mesmo que em formas diferentes de apresentação, e talvez mais camufladas, mostram-nos o quanto ela se tornou “costumeira”, e até naturalizada, pois, afinal, todos os dias, as mídias nos entregam algo, no mínimo, estranho e desconfortável.

Compreendendo, portanto, que vivemos um contexto social atual no qual a violência se reatualiza como uma inquietação pulsante na sociedade, as constantes questões sobre o que pode ou o que não pode ser considerado violência e o que fazer com ela, mobilizam e implicam os sujeitos, as pesquisas e os debates, seja na relação com o outro, com a academia, com as instituições ou consigo mesmos. O que se altera, de fato, ao longo dos tempos, não é a incidência ou não da violência, mas as formas fenomênicas e até estruturais como ela se apresenta, pois isso passa pelos discursos presentes em determinadas épocas e como os sujeitos reagem a isso.

Com isso, explorar a percepção dos sujeitos sobre as violências, sejam recebidas ou praticadas, tendo como viés a teoria e a metodologia em psicanálise, parece-nos ser um caminho de interlocução essencial entre esses lugares, e, conseqüentemente, no combate às diferentes formas de violência, essencialmente, as que ainda permanecem inominadas como tal, e as talvez ainda praticadas dentro da própria psicanálise. Afinal, segundo Freire Costa, narcisicamente, flertamos com a violência: “como se vê, a violência não tem outra causa senão a satisfação dos impulsos e desejos destrutivos do homem. Os motivos "vis" ou "nobres" são racionalizações (no sentido psicanalítico), destinadas a justificar, perante a consciência, a existência desta destrutividade. (COSTA, 1984, p. 24)”. Podendo assim, inclusive passar despercebidas pelas analistas que tem em seus consultórios um fervilhar de demandas que envolvem violências (reconhecidas ou não). Esse cotidiano, costumeiro, se

³³ Durante a escrita dessa dissertação, em março de 2022, o mundo vive um episódio de guerra protagonizado pelos países Ucrânia x Rússia.

apresenta como via de mão dupla, naturalizando ou ressoando de forma identificatória nas analistas.

Hilda. olha há muito ehhh as da violência né. De você perceber que existe alguma colocação relacionada a questão da violência, eu acho que isso em algumas situações sim, né. Talvez não identificadas, né, pela, pelo próprio paciente como violência, né. Até mesmo que se a gente pensar aí eu num tô dizendo disso, né. Pensar na nossa cultura, né. Com a questão da do masculino, né. Como falar alto e algumas outras coisas assim, parece ser tão natural, né. E a mulher se submeter a algumas coisas, isso parece tão natural pra gente que às vezes essa violência ela não é nem percebida claramente como uma violência porque está tão colocado como algo natural dentro da cultura que a própria mulher não se dá conta às vezes. Aí eu tô indo masculino, né. Pra eu falar do discurso, às vezes a mulher tá relatando alguma coisa que acontece com ela que ela não percebe aquilo como uma violência e nesse sentido é uma violência pra gente assim tomando como pessoa e aí você pensa, mas como que eu vou colocar isso praquela pessoa que não percebe que isso é uma violência, né. Então, eu acho que é um assunto assim um tanto quanto delicado também, porque te levantar algo que pra aquela pessoa não é visto como uma violência, né? (informação verbal)³⁴

Assim, vale uma ressalva, também, dentro da psicanálise, uma crítica feita por Jurandir Freire Costa diante da postura negligente da psicanálise no Brasil quanto a esse tema (e diria não apenas no Brasil), considerando que ela ainda mantém uma presença “confusa e imprecisa” (1984, p.10), o que também é bem pertinente, pois previne nossas leituras para não escorregarmos para uma psicanálise aplicada ou utilitarista. Contudo, é importante ressaltar que o livro e os comentários do autor foram escritos na década de 1980 do século XX. Na atualidade, esse cenário vem mudando, e inúmeros pesquisadores e psicanalistas têm direcionado seus estudos e suas pesquisas à questão das violências, e identificado rastros dela, como apontado acima, inclusive, dialogando sobre o que a difere da agressividade, conceito mais trabalhado dentro de algumas linhas específicas.

Para Jurandir Freire Costa, ainda existe a tendência por alguns psicanalistas de entender a violência como algo natural, tendo a crença equivocada na primazia da violência na gênese da cultura. Nas palavras do autor:

Só assim pode-se entender que linguagem, desejo ou sexualidade do adulto violentam o psiquismo infantil. É porque os autores partem do postulado de uma suposta naturalidade do psiquismo infantil, que segue um curso supostamente natural, que podem qualificar de violenta a ação do ambiente ou do mundo externo sobre este psiquismo (COSTA, 1984, p. 16).

³⁴ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

Talvez seja uma tendência social associada ao liberalismo o movimento constante de justificar e naturalizar a violência, seja em nível macro, pelos diferentes espaços de poder (Estado, religiões, instituições), seja em nível micro, nas relações familiares, amorosas, pessoais. Isso se apresenta, muitas vezes, minimizando o que o outro sente como violência: “Você exagera!”, “você que é muito sensível!”; ou justificando, “Eu não tinha a intenção!”, “Eu não sabia que...!” etc. Ou até relativizar a violência, como menciona a analista Hilda, “algo que pra aquela pessoa não é visto como uma violência, né”. Dessa forma, corremos o risco de “inocentar” a violência, como sendo algo irracional, reativo, ou até uma consequência inevitável nas formas de convivência/sobrevivência. Segundo Freire Costa, “A violência irracional é o segundo tempo de uma violência que, inicialmente, teve origem na razão, e não na manifestação desordenada do instinto”. (COSTA, 1984, p. 27). Assim, não podemos (psicanaliticamente) ignorar o fato de que a violência porta a marca de um desejo, sendo, inclusive, o que diferencia a violência humana da animal que é puro instinto.

Dessa forma, é importante apontar que se apresenta uma diferença também entre agressividade e violência. Inclusive, como já apontado, a violência não ganhou contornos de conceito na obra Freudiana. Lacan (1996), por sua vez, buscou agregá-la ao campo do simbólico. Para Freud (1974[1929-1930]), em “O mal-estar na civilização”, a agressividade aparenta ser a via privilegiada acessada pelo sujeito para reintroduzir na cultura a impossibilidade de se fazer cumprir o ideal social. E, para Lacan, a agressividade precisa ser compreendida de forma mais subjetiva, pois seria uma reação à castração, e a violência estaria voltada a essa entrada na linguagem. Em outras palavras, a agressividade é tida como uma manifestação estruturada pela linguagem; já a violência se manifesta na ruptura com a linguagem e, conseqüentemente, no rompimento também com o laço social.

Enquanto o verbete “agressividade” encontra-se presente nos vocabulários e dicionários de psicanálise, “violência” está curiosamente ausente. Acreditamos que isto se deva ao fato de que a da violência não se releve diretamente do pulsional, como é o caso da agressividade. (CECCARELLI, 2020, p.214).

Para Freire Costa, não existe um “impulso da violência”, pois ela é “uma ação destrutiva que porta a marca de um desejo”, “é o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional” (1984, p. 30). Dessa forma, ele também diferencia violência de agressividade:

O emprego desejado da agressividade com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional, e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional(...). Só existe violência no contexto da interação humana, onde a agressividade é desejo de um instrumento de destruição. Quando a ação agressiva é pura expressão do instinto ou quando não exprime um desejo de destruição não é traduzida nem pelo sujeito, nem pelo observador como uma ação violenta. (COSTA, 1984, p.30)

Segundo o autor (1984) em um primeiro tempo a violência se entrelaça à coerção e intimidação por meio da força física ou moral, havendo assim, um desequilíbrio na relação de poder entre as partes envolvidas no conflito. Em um segundo tempo ela se associaria à primeira, na ideia de um decidido rompimento de normas/acordos. Dessa forma, a violência se encontraria em um uso de força arbitrária e gratuita entre o mais forte e o mais fraco, desrespeitando e até rompendo o contrato social. A violência desfaz acordos sociais, e deixa um excesso enigmático sobre o sujeito, impedindo elaborações. “A violência é, antes de tudo, abuso de força, abuso de poder” (COSTA, 1984, p.95). Esse sujeito violentado, descobrirá apenas *a posteriori* que foi submetido a uma intimidação, uma submissão além do necessário.

Assim, seja o objetivo da agressão direto ou deslocado, seja consciente ou inconsciente, seja racional ou não, o fato é que a violência no ser humano é uma ação possível, pulsional, marcada por desejos e só posteriormente à sua identificação é possível “escolher” de fato o que fazer com ela. Freire Costa propõe essa leitura mais ampla sobre as violências, singularizando-as; afinal, violência é o nome que damos depois inicialmente, é um desconforto, um estranhamento. E é isso que chega inicialmente como algo que inquieta a analista, aranha a escuta, e que nos perguntamos sobre. Para a entrevistada Cora:

Então quanto que isso vai ficando e vai repercutindo e a gente percebe lá na frente o quanto foi uma violência, né. Não sei na escuta, as coisas que vão agredindo, eu tenho tô pensando, tô falando aqui com você e pensando muitas vezes nos pacientes que eu já atendi e principalmente por os homens, eu acho que isso ficam um pouco mais escancarado, né. De falas mesmo, né. Extremamente machistas, que aqui iam aparecendo, mas assim o quanto isso, né. Ali não fosse terapia pessoal justamente a supervisão eu ficaria travada, né. Porque estou eu ali num papel de analista, mulher escutando aquele homem com palavras extremamente machista sobre as mulheres com quem ele convive, enfim. Então, eram coisas bem marcantes que realmente. Tiveram alguns pacientes nesse sentido, então acho que foram violências que foram ficando, sabe? Que vão que vão repercutindo depois. (informação verbal)³⁵

³⁵ Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

Sigmund Freud (1919) usa o termo “*Das Unheimliche*”, traduzido como “O Estranho”, “O inquietante³⁶”, “O infamiliar³⁷”, para falar sobre os conteúdos inconscientes que nos causam uma inquietante estranheza, um profundo desconforto e que tendemos a projetar no outro. “Relaciona-se indubitavelmente com o que é assustador – com o que provoca medo e horror;” (FREUD, [1919] 1996, p. 235). Segundo o autor, “[...] o elemento angustiante é algo reprimido que retorna [...] não é realmente algo novo ou alheio, mas algo há muito familiar à psique, que apenas mediante o processo de repressão alheou-se dela” (FREUD, [1919] 2010, p. 360). Considerando isso, problematizamos o contexto sociocultural no qual nos constituímos como sujeitos, dentro da estrutura falologocentrada e heteronormativa, esse estranho, que pode transitar inclusive pelo campo das pulsões e dos desejos, reinscrever-se em sessão (clínica) e, por meio da transferência pode ser depositado na figura da analista. Uma construção social “familiar” reprimida, que retorna, inquietando, e possivelmente invadindo.

Cora; Eh tem muita violência que a gente acaba não percebe né. Ali na hora porque ela vai acontecer de uma maneira velada, como você acabou citando quando estava com o, contextualizando ali né a tua pesquisa nesse sentido de do que que é velada, mas você não sente medo, né. O que que dá medo? O que é que num dá? Às vezes violência a gente tem essa, essa ideia sabe né. De algo que nossa que choca, que que é impactante e que né. Que causa algum dano já de prontidão e não, não é principalmente quando a gente tá falando aí de, de terapias, né. Então quanto que isso vai ficando e vai repercutindo e a gente percebe lá na frente o quanto foi uma violência, né. (informação verbal)³⁸

Interligando esses autores, compreendemos, em resumo, que o bebê vulnerável é atravessado pelo Outro enquanto agente sedutor, e esse atravessamento é sempre excessivo e enigmático. A vulnerabilidade desse corpo, que se apresenta para o social, e a impossibilidade de tradução dessas mensagens, deixa em aberto um campo para a incidência de violências. Essas não se resumem a um ato específico, mas à sedução, essa marca inconsciente do Outro que se intromete, diferenciando, assim, a submissão e seu caráter necessário, da violência e sua gratuidade.

“O sujeito violentado é o sujeito que sabe ou virá a saber, sente ou vira a sentir, que foi submetido a uma coerção e a um desprazer absolutamente desnecessários ao seu

³⁶ Em uma tradução mais recente das Obras Completas de Sigmund Freud, para a Companhia das Letras (2010, Volume 14 [1917-1920]), o tradutor Paulo César de Souza intitula este texto de “O Inquietante”.

³⁷ Na edição comemorativa bilingue 1919-2019, da Editora Autêntica, o livro ganha o título, “O infamiliar”. Com tradução de Ernani Chaves, Pedro H. Tavares e Romero Freitas.

³⁸ Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

crescimento, desenvolvimento e manutenção de seu bem-estar, enquanto ser psíquico. (COSTA, 1984, p.96).

A partir disso, várias perguntas nos inquietam e nos mobilizam e incidem necessariamente na pesquisa e na escrita. Retomamos o que escrevemos anteriormente, e relembremos que desde Voltaire temos a frase “um homem deve ser julgado mais pelas suas perguntas do que por suas respostas”. Também temos Deleuze, que afirma que importante como as respostas que se fecham sobre si mesmas, são perguntas que abrem possibilidades. Assim, considerando essas ponderações, nos animamos e nos sentimos estimuladas a levantar perguntas. Primeiramente, nos lembramos da famosa questão do trauma em Freud, da questão sobre a sedução, que Freud remeteu para a realidade psíquica. Nesse caso, podemos estabelecer a analogia de que a analista vulnerável também é atravessada pelo paciente Outro sedutor e esse atravessamento é sempre excessivo e enigmático? Estaríamos retomando aqui a questão da sedução e do trauma em Freud para reeditá-la em termos da realidade psíquica e da transferência negativa? Não gostaríamos, como afirmado anteriormente, de ficar enclausuradas nessa questão de remeter exclusivamente à realidade psíquica e trabalhar no sentido de manter a transferência e sustentar necessariamente o devido lugar do(a) analista como aquele(a) que sustenta a transferência negativa, bem como, a transferência da sedução edípica do(a) analisante. Pensamos e sentimos que nos mobiliza esse “a mais” da violência de gênero a partir do falologocentrismo e da heteronorma que atravessa a vida das pessoas e atravessa a prática clínica. Ainda, também pensamos em trazer essa questão para mais próxima da concepção de Laplanche, pois o autor nos fala sobre a impossibilidade de tradução por parte do infans dessas mensagens sedutoras que chegam via o adulto. Podemos pensar que essa questão aponta à possibilidade de que fica em aberto um campo subjetivo para a incidência de violências nesse “a mais”? Porém, novamente nos perguntamos, o que podemos entender como necessário no trabalho analítico? Ressaltar a singularidade da analista pode contribuir com essa questão? Ressaltar a violência binária e hierárquica posta na generificação da analista também pode contribuir?

Talvez e provavelmente seja essa a questão que me mobiliza nessa pesquisa, a partir da minha prática clínica e também da minha vida e experiências cotidianas nos desafiamos à tentar problematizar o que entendo como a violência do Outro sedutor na constituição psíquica do bebê vulnerável e sem recursos para lidar com a tradução das mensagens que lhe

chegam, assim como com a violência no trabalho clínico que incide na subjetividade que entendemos como vulnerável da analista. Pensando que no caso do bebê, esse outro sedutor que se apresenta repleto de cuidados e mensagens enigmáticas é necessário tanto para sua sobrevivência quanto para seu desenvolvimento, o que não ocorre no processo analítico. Afinal nem o analisante e nem a analista se colocam nessa relação como necessários a algum tipo de desenvolvimento ou sobrevivência, mas sim por desejo. O analisante munido de desejo pela análise, e a analista sustentando o desejo de analisar.

Assim, esse “a mais” se apresenta em sessão e ele vem como desnecessário e, portanto excessivo/violento. Em outras palavras, não aproximamos a constituição psíquica do bebê com a condição psíquica da analista, o que seria risível e esdrúxulo, porém, acreditamos que a vulnerabilidade proposta por Butler pode nos trazer apoio para pensarmos tanto na atribuição hegemônica ao feminino da vulnerabilidade, quanto essa aproximação diz respeito a infantilização do feminino que grassa nos discursos hegemônicos e nas práticas hegemônicas que transitam nos modos de subjetivar e nos modos de conhecer. Nossa ousadia, e entendemos como ousadia, é pensar na possibilidade dessas leituras abrirem possibilidades para perguntarmos sobre a relação entre a infantilização da mulher e a atribuição da vulnerabilidade à ela. Possivelmente, essas questões continuarão a nos acompanhar e pretendemos, quem sabe, trabalhá-las em novas pesquisas. Por enquanto, elas nos estimulam a pensar, a continuar e a problematizar nossa questão de pesquisa. Muito mais perguntas, do que necessariamente algumas respostas nos acompanham...

Para encorpar esses questionamentos, considerando essas diferentes formas de pensar/olhar o campo das violências, e tendo em vista os discursos que permearam minha prática clínica na região oeste de Santa Catarina, é possível apontar algumas frases que chegam por pacientes ou por colegas profissionais que apresentam formas naturalizadas de violências, como “Fulano foi mais bruto (violento), mas não é por mal, é coisa de colono”. Ante alguma frase racista/machista: “Ah, não é racismo, é coisa de italiano”. “Ele não foi machista, só estava preocupado com o que iam falar dela”, entre outras que circulam pelo cotidiano. Essa naturalização da violência como cultura, tradição/costume, ou academicamente falando, como estrutura ou até singularidade, propaga-se, e até de forma inconsciente, enreda-se pelas relações e espaços, incluindo o consultório.

Considerando isso, e somando-se à minha trajetória enquanto psicóloga clínica e às vivências que me conduziram até esses temas, além das frases soltas, alguns casos clínicos são apresentados para exemplificar as discussões aqui propostas. Algumas são histórias compartilhadas por colegas de profissão, outras vieram nos grupos de supervisão e outras são experiências vividas dentro do consultório. Nesses nove anos de prática clínica, muitas histórias passaram pelo consultório, e, dentre elas, o âmbito dos relacionamentos é um tema presente e, muitas vezes, o motivo da demanda inicial. Escrever esses relatos tem a múltipla tarefa de exemplificar e justificar a pergunta de pesquisa, dialogar com as entrevistas, bem como a de aproximar o(a) leitor(a) do interior da clínica, que, além de sigiloso para o paciente, é também solitário para a(o) analista. A título de esclarecimento, como feito com as entrevistas, aqui também foram alteradas informações que pudessem identificar as pessoas.

Y³⁹. ligou para agendar uma sessão. Homem, branco, cerca de 40 anos, residente em uma cidade vizinha de pequeno porte, com ensino superior e apresentando uma gama grande de leituras nas áreas de humanas. Já ao telefone, seus questionamentos iniciais foram acerca da minha idade, da instituição de formação e do referencial utilizado. Relatou que pesquisou sobre mim na internet, pois havia recebido muitas recomendações, mas queria saber se eu podia “tratá-lo”, pois ninguém havia tido sucesso até então. Apresentava demandas nos campos de ansiedade, pânico e dificuldade em reconhecer o que é real, ou “fenômeno espiritual”, segundo suas palavras. Na semana seguinte, veio para a primeira sessão. Postura firme, desafiador; inicialmente, já se apresentou como parapsicólogo e foram lançadas várias perguntas sobre psicanálise e sobre a minha escuta. Seu discurso trazia um pressuposto de que eu não conseguiria ouvi-lo. Ora desafiador, ora sedutor, sua postura transitava entre dominar a sessão e me envolver em suas histórias fantasiosas. Foram apresentados, ao longo das sessões, vários indicativos que tentavam me “deslocar” do lugar de analista. Exemplos clássicos, como o de tentar se sentar na minha cadeira, tentar controlar o tempo de sessão, lançar várias perguntas pessoais e demonstrar um profundo interesse pela minha juventude e pela reputação profissional. Em suas palavras, “Você tem muito prestígio para uma mulher tão jovem”. Após cerca de quatro encontros, ele começou questionar novamente o fato de eu ser uma profissional jovem. Seu discurso foi ficando mais direto diante do pressuposto de

³⁹ Diferente da apresentação das analistas entrevistadas, mantive nesses relatos clínicos apenas uma letra inicial, e não o nome todo, diferenciando assim quando apresento um caso clínico, e quando apresento falas das analistas.

incapacidade e tornando-se perceptível que a variável camuflada em seus questionamentos também passava pelo fato de eu ser mulher. Dentro das suas crenças tradicionais, uma mulher não pode estar na “posição de poder”, não seria capaz de auxiliá-lo e, em algum momento, iria desenvolver algum interesse pelas suas habilidades paranormais.

Na tentativa de me deslocar e de “dominar”, a psicologia tornou-se sua ferramenta de disputa. Nesse caso, a experiência e os estudos foram essenciais para manter a posição analítica e levantar a hipótese de que o analisando desafiava justamente a posição da analista, uma posição específica em relação à figura feminina e que transbordou na sessão analítica, na qual esse paciente não buscava ajuda, mas sim a conquista de um lugar e a “dominação” de uma profissional/mulher. A partir dessas percepções, algumas questões começaram a emergir: O paciente está reinscrevendo o Édipo? É parte do processo dele? É transferência? Quais os limites? Quanto é preciso “suportar” nessa relação transferencial para não “perder” a escuta? .

Nesse caso, quando o excesso do paciente se apresenta por meio de olhares, frases e insinuações acerca de uma vulnerabilidade feminina da analista, entre outros, quando aparece de forma intensa e constante em sessão, o processo é encerrado e um encaminhamento é realizado. Quando a percepção sobre uma vulnerabilidade emerge, antes de recair nos questionamentos do manejo da transferência, recorreremos à Judith Butler. Em *Precarious Life* (2004), a autora sugere que existem diferentes maneiras de “distribuir vulnerabilidades”, o que faz com que algumas populações estejam mais sujeitas a violências opressivas que outras. Considerando isso, entendo que, para o leitor, principalmente um leitor precavido pela psicanálise, há uma tendência ao realizar a leitura desse caso clínico de entrar em interpretações acerca do manejo, porém gostaria de ressaltar que, além do manejo clínico, o “inquietante” que se apresenta em sessão e faz o corpo feminino que escuta se sentir em risco, escapa à exclusividade das competências analíticas. Como propõe o psicanalista Christian Dunker, criem descontinuidades na leitura dos casos, “respire fundo, espere um instante de silêncio ou introduza uma pequena pausa para pensar antes de reagir ao que o outro diz” (2019, p. 213). Talvez assim, seja possível identificar, que é nesse “a mais” que transborda a transferência, e, por ser ainda inominado, torna-se tão difícil de ser explicado/relatado e até sustentado que, assim, no momento apresentamos como vulnerabilidade.

Y. foi uma experiência que me marcou muito, pois foi a primeira vez que senti o atravessamento da intimidação em uma sessão de terapia e visualizei as vulnerabilidades em

estar em uma sala, à noite, em um prédio vazio com um “outro”. O *medo*, ou, novamente, a intimidação, não é necessariamente voltada a uma agressão física, e sim à possibilidade de assédio, de aproximação física não autorizada, a um excesso do outro. Butler (2004), ainda em *Precarious life*, aponta que somos corpos politicamente construídos, também a partir da vulnerabilidade dos nossos corpos e, assim, estamos de alguma forma sempre sujeitos às mãos do outro, ou seja, ainda que reivindicamos o pertencimento a nós e aos nossos corpos, eles, ainda assim, não são inteiramente nossos, e com isso compreendo que o “sentir vulnerável” nesse espaço clínico passa por esses atravessamentos sócio-históricos depositados sobre os corpos femininos e a uma autorização de “intromissão” sobre eles.

Segundo Butler (2004), precisamos repensar o lugar da violência quando reunimos as demandas por autonomia sem descartar uma dependência fundamental do outro. Para a autora, há uma vulnerabilidade comum, própria do corpo humano, que está sujeita às interpelações do outro, mas é preciso um reconhecimento para que se dê a sua existência, nos levando a pensar em uma ética da vulnerabilidade. Quando o sujeito narra a si mesmo, ele traz a percepção de uma trama histórica, uma temporalidade para esse eu, amparado no contexto social que o constitui. “Aqui o sentido de ‘narrar-se’ é diretamente vinculado à ideia de ‘responsabilizar-se’, de se implicar numa possibilidade de discursividade na comunidade ética dos seres da linguagem.” (DEMETRI, 2018, p. 100). A violência, por sua vez, seria um abuso, um aproveitamento dessa vulnerabilidade. Quando a vulnerabilidade do outro é reconhecida/explicitada, isso demanda que a violência cesse, pois negar isso a eleva para níveis irrealistas. Aqui, podemos propor que a leve para níveis desejantes, e não apenas no campo da reprodução das singularidades sociais que podem estar inconscientes ou ainda desconhecidas.

Assim, quando Y. se apresenta para terapia trazendo um discurso sobre si como alguém que não seria passível de análise por uma profissional mulher e jovem, ele reverbera não apenas suas angústias singulares, mas o discurso presente na sociedade acerca da insuficiência feminina em posições de poder/fala, tanto que o analisando não narra sobre si, não se responsabiliza, mas limita-se a questionar sobre a mulher psicanalista. Novamente, a hipótese inicial pode escorregar para a ideia de que a profissional precisa implicar o paciente em seu discurso, e novamente nos perguntamos: até onde? Será que o excesso do outro, em

sua alteridade, invade a psicanalista e pode levá-la a sentir sua vulnerabilidade, e o excesso desta, a sentir uma violência?

Outros relatos podem auxiliar a pensar sobre as questões abordadas. C. mandou mensagem via WhatsApp, um longo áudio explicando o estado atual do seu relacionamento e que buscava atendimento para sua mulher, mas antes desejava vir a uma sessão “contar a real situação” da parceira. Homem, 37 anos, pardo, classe média baixa, profissional do campo de vendas e em um relacionamento cheio de idas e vindas. Seu discurso, realizado em pé e andando agressivamente pela sala, foi só sobre a parceira; ele apresentou uma mulher desequilibrada, rebelde e muito ciumenta. Disse estar tendo dificuldades para controlá-la e precisava de ajuda para isso. Suas palavras explícitas, “eu não quero mudar nada em mim, só que você me ajude a contê-la e acalmá-la, mas você é mulher também, então não sei se isso aqui vai funcionar”. “Vocês, mulheres, existem só para enlouquecer os homens; todas merecem uma lição”. Esse caso, a princípio, é um relato “comum”, de um marido que, por meio do controle e contenção, tenta tocar sua relação. A postura agressiva da fala, do olhar e das reações levaram a psicóloga que fez a sessão inicial a se sentir vulnerável dentro da sala fechada.

R., homem, branco, cerca de 27 anos, estudante e paciente de uma colega profissional que relatou o caso e a dúvida sobre o “manejo ideal” nessa situação de desconforto diante das insinuações do paciente. Demandas envolvendo a sua construção profissional. Com uma postura sedutora, envolvente e sempre muito atencioso. Processo analítico fluido, com reflexões, *insights*, paciente aberto e disposto ao trabalho. Após meses de trabalho, iniciaram algumas mensagens fora da sessão, com perguntas pontuais, pertinentes ao seu processo. Passaram a mensagens mais “abertas” sobre a vida. R. passou a fazer perguntas mais pessoais no meio da sessão e a demonstrar preocupações com a segurança da profissional. Seu atendimento era o último da noite, às 21h. Começou a demonstrar interesse em “fechar” a sala junto com a profissional. Tudo isso foi sendo trabalhado dentro da transferência, porém o paciente passou rapidamente da insinuação para a ação, esperando a psicóloga no fim dos atendimentos nas escadas do prédio e, cada vez com mais ousadia, passou a buscar aproximações físicas. O manejo da transferência e o “não”, que é o limite social, foram sendo ultrapassados pelo paciente, que, para além do movimento sedutor, passou a buscar o ato.

Acima, foram descritas algumas cenas vivenciadas/escutadas em diálogo com trechos das entrevistas, e que apesar de resumidas, exemplificam experiências em que os campos da psicologia/psicanálise/transferência/vulnerabilidade/violência se cruzam, e, dentre os pontos que se repetem, a relação que o paciente masculino estabelece com a profissional feminina e que nos intriga acerca de como esses marcadores envolvendo o falologocentrismo e a heteronorma adentram o espaço clínico. Quando o(a) paciente se apresenta para a análise, atravessado por esses conteúdos sociais, que podem ser inconscientes, mas são presentes desde sempre no seu processo de subjetivação, esse “nós” que adentra a sessão e a relação transferencial encontra um corpo, um corpo feminino que também é composto por esses “nós”.

É importante aqui lembrar que quando apontamos esses masculinos, não significa que não possa ser uma analisanda mulher que apresente essa modalidade de funcionamento, também carregada ao longo de seu processo de subjetivação por essas informações acerca do feminino/masculino e das possibilidades para cada um. Segundo o psicanalista Joel Birman a psicanálise não escuta homens ou mulheres, e sim o outro, o sujeito do inconsciente, ela;

“pretende ser uma interpretação do psiquismo que transcenda o ser da consciência e do eu, destacando a dimensão inconsciente da subjetividade. Pretende ser uma leitura do psiquismo que vá mais "além" da consciência, em direção ao registro do inconsciente e das pulsões. (...) Enfim, como crítica a psicologia da consciência e da metafísica centrada na consciência, a psicanálise pretende ser uma interpretação do psiquismo fundada no inconsciente e nas pulsões, que coloque em questão as certezas do eu e a consciência como verdade. (BIRMAN, 1994, p.166)

Para o discurso freudiano, o psiquismo é um diálogo com o Outro, uma interlocução entre os registros internos e externos, “encontrando na ordem da linguagem o campo para a sua produção e reprodução. Assim, “a psicanálise como todo se funda no falar e no escutar, que balizam a experiência psicanalítica, pois é mediante o diálogo e os efeitos do sujeito sobre os outros sujeitos que se constituem as marcas de sua verdade”. (BIRMAN, 1994, p. 166). E nesse efeito, os discursos que se apresentam a partir do outro, encontram nas reproduções os pressupostos sociais as questões do masculino e do feminino, pegando carona na hierarquia, binarismo, etc. Por isso, reiteramos que nos interessa nesta pesquisa a questão do discurso

sobre o masculino que carrega a ideia de que o masculino pode e deve ser incisivo, direto e, mais ainda, agressivo no exercício e na exposição da sua masculinidade⁴⁰.

Escrever esses trechos já revela um grande desafio do “ser analista feminina” dentro do nosso contexto social, pois os questionamentos de “Será que teve violência?” “Será que fiz um manejo adequado da situação?”, “Será que não escutei?”, entre muitos outros “serás”, vêm acompanhados pela sensação de exagero e são também material importante na construção desta pesquisa, afinal, somos ensinadas sobre o exagero, sobre o “mi mi mi” quando alguma forma de violência é apontada e estamos sempre condicionadas a nos questionar se de fato aquilo existiu, ou “era para tanto”, e, na prática da psicologia clínica, essas dúvidas também se apresentam e se somam “Eu deixei escapar algo?”, “Agi/reagi de forma precipitada?” “Projetei algo no(a) paciente?”, entre outras. Assim, retomamos novamente o que pode ser entendido (é entendido?) como violência?

Esses exemplos, a princípio, parecem envoltos em sedução, e isso atravessa a transferência clássica, porém aqui problematizamos os elementos da transferência atravessados pela cultura (falocentrismo/poder), e não ela em si, como violenta. Demetri, em sua leitura de Butler, apresenta

A psicanálise, para Butler, demonstra como se pode praticar uma interpelação sem incorrer em algum tipo de violência ética; *a transferência psicanalítica é não-violenta porque não pressupõe uma unidade ou coerência do discurso*. Isso só é possível por conta da diferença no modo de compreender o sujeito. (DEMETRI, 2018, p.105).

Assim, apresentamos o quanto o modo de compreender os sujeitos, sua constituição psíquica e suas singularidades podem ser base importante no amparo ao desenvolvimento do problema da presente pesquisa. Retomando Butler (2015) (em diálogo com Laplanche), ao dizer “eu”, ao articular um discurso, o sujeito já foi interpelado por outros. Há, para ela, um confronto primário com o Outro, e isso, na psicanálise, faz com que não seja esperado do analisando um discurso ordenado, coerente, porém, também não é esperado que esse discurso se torne excedente e invada além da linguagem o corpo da profissional. Assim, entendemos que, nessa interpelação do outro, presente inicialmente por meio do discurso, as estruturas sociais/culturais talvez autorizem esses masculinos (e femininos também) a exceder na

⁴⁰Vale a pena lembrar que temos um campo de estudos cada vez mais produtivo sobre as masculinidades, sendo que esse campo de estudos demonstra as exigências e as dificuldades sobre a subjetividade daquelas pessoas que se reconhecem como masculinas. Para alguns autores, a exemplo de Pierre Bourdieu (1995) e Daniel Welzer-Lang (2001), pensar as violências contra as mulheres exige pensar a construção das masculinidades.

relação com o outro e a carregar esse excesso na transferência. E mesmo que isso se apresente de forma inconsciente, ainda expõe a profissional a uma situação de vulnerabilidade que pode culminar em formas de violência, e isso precisa/merece ser escutado e analisado em profundidade.

4.1 VIOLÊNCIAS – PODER E CORPO

*Quando eu morder
a palavra, por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas.
(CONCEIÇÃO EVARISTO, 2008).*

Perguntei repetidamente ao longo dessa pesquisa, acerca do que está e se está, sendo entendido como violência pelas profissionais analistas. Essa pergunta fermenta a escuta, a transferência e o sentir da analista pesquisadora. E ao cruzar com os relatos das entrevistadas somamos mais e mais questionamentos. Entendo que não há como fugir das linhas litorâneas e/ou fronteiras estabelecidas pela história, filosofia, pela sociedade, pela linguagem e pelas visões de mundo possíveis/desejáveis num dado espaço/tempo cultural/social. Assim, evitamos trabalhar exclusivamente com o universal, mas com a precaução de escutar o que essas profissionais estão vivenciando como violências, em sua singularidade, e como está conectada também com o universal.

A sociedade moderna se apresenta repleta de pressupostos ancorados na “metafísica da presença”, que dizem respeito à “qualificação da substância, do contínuo, da presença, da razão, do binarismo, da lógica causal, concomitante com a desqualificação do vazio, do descontínuo, da ausência, do afeto” (SOUZA, 2011, p. 75). Por sua vez, o contexto clínico analítico possui particularidades, que, dentre outros aspectos, o diferenciam da hegemonia presente nas sociedades modernas, e dessa forma, seria de se esperar que na prática clínica o(a) profissional conseguisse lidar com esses pressupostos modernos que atravessam os

modos de subjetivar e os modos de conhecer e, assim, conseguisse lidar com o inconsciente e com a leitura sobre o inconsciente, para além desses pressupostos. Em outras palavras, quando a(o) analista recebe um(a) paciente em seu consultório, há uma posição de poder, baseada no “suposto saber” que está depositada sob a(o) analista, independente se este for homem ou mulher. Entretanto, considerando nossa rede social hierárquica, binária, heteronormativa e falologicêntrica, assim como esses pressupostos hegemônicos no Ocidente moderno, nos questionamos se essa posição de poder está de fato posta na(o) analista, especialmente se for uma analista mulher. Aliás, podemos considerar que está, também, porém, como está? Afinal quando envolve o par masculino e feminino, vale se questionar.

Na prática clínica isso por vezes aparece associado à ideia de que mesmo nessa posição de poder, a analista por ser mulher ainda pode ser vista como inferior. Cora nos conta sobre uma experiência onde atendia um homem que estabelecia uma relação machista com as mulheres de sua casa (companheira e filhas), e traz esse comportamento também para a relação com ela.

Cora. Sim, sempre aparecia. Então, assim, e assim, em todas as relações, quando tava falando da mãe dele né. Do que que ele entende que tem que ser a mãe, paga um filho, né. Então tá aqui porque ele era filho homem, né. O único homem já era mulher, então ele vai trazendo muitos femininos na história dele e ainda assim ele tá lá todo feminino a compreensão que ele tem ficava ali e aí ele vai procurar porque né? Ninguém te obriga a ir a uma terapeuta mulher né, então ele vai e busca naquele momento justamente um outro feminino pra ele continuar, sabe, manter aquela posição tanto que é uma coisa que a gente vai devolvendo e não sustenta, ele vai embora da relação que dá pra ir embora, né relação mãe e filho já não dá. Aí estão outras relações. Até ali não sustentou (informação verbal)⁴¹

A insuportabilidade frente à posição da analista mulher, encerra a análise.

Cora. Sim, ali aparece bastante ali, NE (no atendimento). Da ali pra ver isso ne, e pá, toda a noção que ele tem de feminino e de inferioridade pra ele, entendendo isso como uma parceria tá junto se tá, se dar inferior. A partir do momento que quer tá aqui a ombro, uma relação mais horizontal, então não vai dar. (informação verbal)⁴²

Lendo assim à primeira vista, podemos pressupor que é um manejo comum no cenário clínico, um paciente que se apresenta sem desejo de análise, disputa poder e encerra o

⁴¹ Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

⁴² Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

processo. Porém ao lermos o que Jurandir Freire Costa propõe no capítulo *A identidade da violência*;

Quando na vida corrente empregamos a palavra violência, duas ideias no ocorrem de imediato. Primeiro, a ideia de coerção ou intimidação pela força de alguém em situação de inferioridade física ou constrangimento moral. Violência aqui está associada a desigualdade de poder entre os atores do conflito. A segunda ideia complementa a primeira introduzindo um elemento – a referência a lei ou a justiça. Violência nesse sentido, evoca ruptura de um contrato ou de uma de suas cláusulas, por alguém que os conhece mas que deliberadamente os infringe, abusando da força que detém. (COSTA, 1964, p. 92)

Assim, entendemos que a ideia de poder está diretamente atrelada ao que será entendido ou não como violência, e para seguirmos nessa discussão, precisamos minimamente flertar com esse conceito. Nas entrevistas, tanto poder quanto violência apareceram com uma associação inicial envolvendo o corpo, em específico o corpo masculino. Isso de antemão já evidencia a incidência dos pressupostos falologicocêntricos na coletividade e na subjetividade, pois, como propõe Freire Costa (1984), há uma violência que é gerada a partir do emprego desnivelado do poder, e segundo Hannah Arendt, “nada é mais comum do que a combinação de violência e poder”, (2020, p. 63).

Porém, conceituar poder é deveras uma tarefa muito ousada considerando a multiplicidade de posicionamentos e a ampla gama de aplicações que este pode ter dentro das estruturas sociais, e talvez uma tarefa para além dessa dissertação. Assim, para não ultrapassar os objetivos dessa pesquisa, utilizaremos o que propõe Hannah Arendt quando nos esclarece que poder está sempre associado a fatores sociais, nunca individuais, “pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido”, (ARENDR, 2020, p.60), pois envolve uma relação entre desejos/ideias, onde um se sobrepõe ao outro. Nem sempre ele é visível, ou facilmente detectável, pois circula e pode mudar de posição.

Assim, mesmo que no consultório essa ideia de grupo, de pertencimento a uma rede, transfere para o *setting* a concepção de poder que pode autorizar os/as pacientes a uma tentativa de deslocar a profissional do seu lugar de poder, e tomá-lo para si, inclusive direcionando o andamento do trabalho:

Hilda. Eu, eu passei sim, eu vi, teve uma situação de um pai, de um paciente que, pai de uma criança inclusive que queria que eu fizesse uma avaliação da criança, é claro, eu fiz, e quando eu fui dar o feedback, eu fui me colocar, fui falar sobre uma questão que enfim não dava pra fazer do jeito que queria.

Ele falou que tudo bem você pode até falar isso mas eu não concordo com você porque eu acho que você não sabe, não sabe disso, porque as coisas não funcionam assim, enfim. Então, né. Eu entendi isso como uma violência, então assim, não, não só pela minha pessoa mulher, né? Mas se a gente pensar na, na questão ehhh do todo, da cultura, saber de dizer pra você é claro que ele tava encharcado disso também quando ele falou, você não sabe é porque era uma questão onde ele queria que eu naturalizasse a relação dele com a criança e uma a pessoa que entrou na vida dele lá também dessa criança e dizer que tudo aquilo era muito natural, enfim, né. (informação verbal)⁴³

Nesse trecho, temos elementos de ordem, de poder, de hierarquia, e como a própria profissional reconhece, a incidência da cultura. Para a analista Ana, o poder aparece associado diretamente ao corpo e à força física, quando seu supervisor, após insistir que ela atendesse um paciente, perante o qual ela se sentia desconfortável, reconhece que isso poderia significar um risco físico.

Ana: É, e o que me fez muito, me fez-me sentir muito mal, é, e violentada por ele, tanto que depois eu falei não, eu não vou mais atender esse homem, aí ele me conta, ele passa assim mais de uma hora me contando muitos episódios, é e aí ele fecha dizendo; bom, você não teria a menor chance. Porque daí, o Álvaro que era o outro rapaz né, que foi atendê-lo, ele perguntou pro Álvaro como é que ele era, fisicamente, aí o Álvaro disse, é um rapaz alto, forte e aí o Olavo falou, a Ana com aquele tamanho, não teria a menor chance. (informação verbal)⁴⁴

Para a analista Cora, poder aparece associado à hierarquia entre masculino e feminino, mas também à idade⁴⁵;

Cora. (...) acho que sim porque fica discrepante, né. Ter uma mulher ali até você conseguir desconstruir isso de fato naquela relação terapêutica, né. E fica ainda uma barreira principalmente, né. Nesse caso que eu tô falando, então vem um homem, né, que é mais velho e se depara ali com a psicóloga tão nova, uma mulher mais nova que ele. Como é que ele vai me falar sobre as questões dele, né. Como é que ele entra em contato, foi realmente, era sempre com umas agressões assim, ne.

⁴³ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁴⁴ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁴⁵ Dentre as questões que emergiram no decorrer das entrevistas, e que pode ser um problema a ser investigado em outras pesquisas futuras, esta, segundo a experiência das analistas, a baixa procura de homens, especificamente adultos e/ou mais velhos. Elas relatam que atenderam poucos homens adultos mais velhos, em relação a mulheres adultas mais velhas. E na escuta das entrevistas, me questiono o porquê. Será que quando homens adultos mais velhos procuram análise, eles procuraram com homens? Ou será de fato baixa essa procura? Parece interessante pensar se há dados sobre o perfil do percentual da população que procura análises, considerando o gênero como um elemento de reflexão.

Era soco porrada e bomba, vamos lá ele tinha uma maneira mais agressiva e combate jogar na treta vamos dizer assim e aí daquilo a gente tentava destrinchar e trabalhar o que que ele tá querendo dizer com essa fala tão agressiva, falando de maneira agressiva de alguma outra pessoa e tal. Então, mas eu acho que essa diferença pelo menos nesse caso que eu pensei agora, né. Que é diferença de gênero, né. Fez com que ele se sentisse então a nossa condição de poder bom, então né. Vamos. Estamos completamente diferentes, o papel é completamente diferente eu aqui homem você é em mulher, então vou falar sobre essas coisas todas, o que eu penso sobre. (informação verbal)⁴⁶

Assim, escutamos diferentes formas de manifestação do poder, envolvendo idade, forma física, linguagem e coerção as quais às profissionais são submetidas ao longo do seu trabalho e que transbordam a questão do manejo transferencial. Segundo Freire Costa, o “poder em si não tem como finalidade a dominação” (2020, p. 59), mas sim permitir que as pessoas ajam em comum acordo visando alcançar interesses e objetivos em comum. O que também propõe Arendt (2020), definindo poder como a capacidade de agir em conjunto e diferenciando de violência que justamente apareceria da desintegração do poder. Porém, quando escutamos esses relatos, retomamos a questão da linguagem, e do vazio depositado sobre o feminino e nos perguntamos se o que essas profissionais entendem como violência está vinculado ao físico, à presença, à substância. Não teríamos ali um segundo tempo da violência, que visa rapidamente encobrir, justificar, explicar o vazio, ao invés de permitir que esse emerja e se atravesse?

No trajeto que se anuncia as dúvidas são muitas. Entretanto, reconhecer o vazio e lançar o olhar sobre ele não implica necessariamente o trabalho de preenche-lo, mas antes demanda o seu atravessamento. As relações perigosas entre os modos de produzir conhecimento e o fazer-se da vida cotidiana explicitam o emaranhado entre corpos subjetivados, passionais e sexualizados, borram os limites entre masculino e feminino, e perturbam os crenes na pureza e na assepsia das classificações. Assim, lançar o olhar sobre o feminino, o incompleto, o vazio, o indecível, demanda contemplar o excluído e os restos produzidos pelo/no saber ocidental, bem como suportar o contato com o que nessa dimensão fascina e amedronta. Algo escapa no denominado feminino e no vazio e desestabiliza as referências conhecidas e estabilizadas. (SOUZA, 2011, p. 87)

Em outro trecho narrado pela analista Hilda, escutamos relatos de atos mais explícitos dos analisantes;

⁴⁶ Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

Hilda; Querendo que eu colocasse o que que eu queria que eu colocasse, né. E assim foi muito desagradável, acho que trinta anos de profissão e eu nunca tinha vivenciado algo assim que eu tive que me confrontou como pessoa, eu tive que pedir pra ele; Então, olha, você vai me dar licença, eu acho que você não tem mais o que fazer aqui, né, você vai procurar um outro profissional que possa te dar esse laudo porque, eu tô falando da, no caso e convidei ele pra sair da sala assim foi eu acho que foi único episódio nesse sentido, né. (informação verbal)⁴⁷

Envolvendo inclusive o campo sexual, como conta a analista Adélia;

Sim já aconteceu por exemplo ahm de um analisante estar na cadeira ou no divã ne, e de dizer que vai se masturbar e tal. Eu disse não, você aí coloca as coisas no lugar, né? Uhum, mas são mas são situações assim que tem que ver caso por caso que significa isso, a estrutura que está ali e não é uma coisa que possa dizer ehh que tem uma interpretação pra todos os casos, todas as situações, né? (informação verbal)⁴⁸

Depois de apresentarem esses relatos, é comum escutarmos das analistas um retorno à dúvida; Hilda; “Essas colocações que que as vezes eu até questiono se a pessoa realmente tem ideia do que ela tá colocando de uma ordem agressiva vamos dizer assim, nesse sentido...”. Esse questionamento frente a consciência da violência, demonstra como é difícil não escorregar para a objetificação dela.

É importante problematizar justamente a violência “presente no processo que produz os pressupostos que qualificam o denominado masculino ao associá-lo à presença e a substância e desqualificam o denominado feminino ao associá-lo à ausência e vazio” (SOUZA, 2011, p.75).

Há exemplos, como no recorte da entrevista;

Ana. cê sabe que neste nesse momento né? Nesse período ahm que tava acontecendo e logo após ehhe eu me lembrei muito de quando eu ainda estava na graduação e recém-formada eu me lembrei muito de um amigo que dizia ele falava assim pra gente, na sala de aula, né. Na porta de sala dizia assim, “a poltrona do analista, do psicólogo tem que tá sempre mais perto da porta do que do paciente” porque se ele foi tentar alguma coisa o psicólogo consegue levantar e sair. Isso pra mim não fazia o menor sentido na época e aí quando isso tudo aconteceu eu me lembro aquela fala do meu amigo voltou com muita força e, e voltou com, com frequência e sim eu comecei a pensar ehhe atendia outros homens presencialmente mas eu cuidava de

⁴⁷ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁴⁸ Adélia. Entrevista III. [Out. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

colocar em horários que eu não estivesse sozinha na sala, né. No consultório, isso teve efeitos. (informação verbal)⁴⁹

Dentre as questões que nos chamaram a atenção nas entrevistas, uma delas é a presença explícita da palavra medo. Quando iniciamos a escrita dessa dissertação, um dos pontos de embate era acerca da dúvida de utilizar o conceito de medo como categoria analítica. Com a realização das entrevistas entendemos que ele de fato ganhou esse *status*, e tem como seu ponto de embate o corpo masculino. Entendíamos como duvidoso se as entrevistadas identificavam esse tipo de sentimento, especificamente esse conceito, associado à prática clínica, principalmente considerando que eles não aparecem nos discursos acadêmicos (aulas de psicanálise) e nas formações analíticas. Porém quando questionadas, foi unânime o “sim” acerca da prevalência desse sentimento, mesmo que o sentimento não tenha vindo de uma experiência própria.

Ana. (...) eu penso bom eu tenho uma série de dede ideias sobre a violência, pensando em questões sociais, políticas, culturais eh mas quando eu me penso como uma mulher, psicanalista mais mulher, estou aí atendendo outras mulheres, mas também atendendo homens em alguns momentos eu me senti frágil eh em houve alguns momentos muito pontuais do meu percurso que eu senti medo e aí em todos esses momentos eu levei isso pra minha análise pra tentar ver. (informação verbal)⁵⁰

A ressalva que a analista faz com a frase, “mas também atendendo homens”, ressalta o quanto esse sentimento de fragilidade está mais associado à vinda de pacientes homens. E se repete nas falas de outras analistas. Freire Costa, aponta que “a identidade da violência não é determinada pelo peso da mão dos genitores, nem pela frequência do gesto de bater, (1984, p.94), e diria mais, a imprevisibilidade da violência, ou o desconhecimento sobre ela, também é uma forma de expressão desta. Como aponta a analista, ao se imaginar sendo perseguida;

Ana. (...) teve o caso especificamente que eu parei de atender que eu não, não levei o atendimento adiante, e, e esse foi um que eu sentia medo, inclusive quando eu estava indo pro consultório, quando eu estava voltando eu passei meses, eu saia do metrô eu olhava pra todos os lados da estação porque eu tinha a impressão de que ele podia tá à espreita. Não, nunca

⁴⁹ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁵⁰ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

aconteceu. Nunca mais tive notícias mas, mas eu passei um tempo assim com medo. (informação verbal)⁵¹

Considerando a presença do medo nos discursos, nos perguntamos acerca de como essas analistas estão entendendo as violências, ou o que elas estão vivenciando enquanto violência, pois ao entendermos que o medo está de forma mais explícita associado ao corpo, estamos pensando em uma violência que também trabalha com o pressuposto da presença. Coadunamos com o que propõe Berenice Bento, quando diz acerca da inscrição discursiva que o corpo recebe antes mesmo de nascer, quando se é ainda uma expectativa, um desejo, uma “promessa”, “um devir há um conjunto de expectativas estruturadas numa complexa rede de pressuposições, sobre comportamentos, gostos, e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa.” (BENTO, 2006, p.87). E entendemos que nessas inscrições discursivas o corpo feminino é posto como frágil e dominável e o masculino como forte e dominante, recebendo assim também as inscrições de poderoso e violento. Porém como não trabalhamos com esses pressupostos, questionamos as analistas acerca do que elas entendem como violência. Uma pergunta que visualmente as levou a uma profunda reflexão interna, onde apenas uma trouxe uma definição mais pontual e explícita;

Ana. Eu penso que violência é tentar destituir o outro do seu lugar humano, do seu lugar de sujeito de dignidade. Então qualquer maneira de tirar o outro de sua dignidade eu entendo como violência e aí isso das infinitas maneiras de isso acontecer. Então, eu acho que sinal de alerta ele pelo menos na minha a clínica, eles sempre tá presente, eles sempre me acompanha, né? Porque é algo que vamos dizer assim, não dá pra dizer, eu tô trabalhando com caso X Y logo de início né. Um é um diagnóstico que não dá pra você fazer logo de cara, né. Ele é um, um eu pelo menos penso assim que um diagnóstico ele é ao longo do todos os seus atendimentos, né. (informação verbal)⁵²

Para outra, a violência pode assumir diferentes categorias;

Adélia. (...) Mas a violência ela, ela pode ser simbólica e pode ser real e pode ser imaginária tá? Ela sempre com ahm muitos fenômenos né, tem essas, tem esses três registros intrincados. Um pode ser mais evidente do que o outro. Né. Mas eh o que eu entendo dentro do, do meu entendimento do que eh eh eu me escuto como uma violência é quando há um submetimento do sujeito ao outro sem ele poder se defender sem ele conseguir sem ele

⁵¹ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁵² Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

conseguir tá? Sem ele ter resistência pra isso e isso não é algo que claro uma violência física, né. A violência real ela fica mais tangível, ela é mais tangível, ela fica mais gritante pra mim o que eu entendo como a pior violência não são essas, é aquela insidiosa, que a pessoa não se dá conta que ela está inserida e daí ela não consegue se defender porque quando é uma violência física ok, tu pode ser contido, por uma pessoa mas você vai tentar fugir. Né. E, e eu sempre algo que vem físico não passa batido. Vai ter repercussões psíquicas e tal. Mas, eh é algo traumático que eu vejo que, ahm pela, pelas defesas que mobilizam no primeiro momento, mobiliza defesas né. Eu acredito até que eh, menos complicado no meu entendimento dentro do tempo de cada um pra isso ser revisto. Agora tem as violências pra mim as mais perigosas e isso ahm um psicanalista, um psicanalista com o qual eu estudei durante muitos anos que foi o Aluísio de Azevedo, eh uma vez ele deu uma conferência pra nós que dizia assim, as mais perigosas são as feridas que não doem. Eu entendo que as mais perigosas são as violências que tu não sente dor. Consciente, consciente. Mas nada passa sem uma inscrição, quando de alguma forma isso, isso toca, né? Então isso eu vejo assim como uma coisa bem, bem terrível. (informação verbal)⁵³

Cora, de uma forma risonha, apresenta esse grande desafio que é defini-la; “*é uma boa pra levar pra minha terapia né*”. O fato é que mesmo tendo muitos conteúdos definindo violências, categorizando, e apresentando diferentes formas de detectá-las, no campo clínico pelo menos isso ainda é muito enigmático, estranho, desconhecido, ainda que como propõe Freud, secretamente familiar (1919 – 1996).

Para Jurandir Freire Costa, “a violência, diz-se, é produzida quando uma representação gera um estímulo cuja amplitude supera a capacidade de absorção do psiquismo” (1984, p. 95). E quando perguntamos o que é uma representação apta a provocar violência, “a resposta é novamente a intensidade afetiva que ela pode desencadear” (1984, p. 95). Quando pensamos em intensidade afetiva, precisamos retomar o quanto o *setting* clínico reabre a situação antropológica fundamental e é um potencializador de emoções e afetos. Assim, quando questionadas, se consideram que o fato de serem analistas mulheres possa ter contribuído para essas sensações de medo e vulnerabilidade, o sim aparece.

Ana. Eu penso que sim, eu, esse caso sim. Eh esse caso. Bom, eu eu estava nessa clínica escola e lá tinha uma coordenadora pra agendar as sessões conforme a agenda do analisante, né, do candidato a analisante e do analista disponível. Então era meio sempre meio às cegas e e aí naquele naquela clínica a clínica ficava, não tinha secretária então tinha uma sala onde aconteciam os estudos, os grupos, uma biblioteca, né. Que era uma recepção e a sala de atendimento. Então, assim, eu poderia tá num, num momento que

⁵³ Adélia. Entrevista III. [Out. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

tinha outras pessoas circulando pela, pelo consultório e podia tá no momento que eu tava completamente sozinha, né, dependia muito do, do horário e aí esse rapaz, como eu trabalhei por muitos anos a noite eu tinha decidido que eu não atenderia mais a noite, ia trabalhar só de manhã e de tarde. Então, eu atendia, não me lembro se era de manhã, o começo da tarde, mas era um horário assim de dia. E eu eu atendia e eu eu sempre gostava de anotar o nome do sujeito e o telefone dele e eu não gostava de entrar na sala com meu celular, então eu levava um bloco de anotações que eu colocava na primeira sessão só o nome e o telefone. E aí ele começa a me contar porque que ele procura análise, começa a falar do sofrimento dele e aí no momento ele diz ehhh ele aponta pro meu bloco de anotações e pergunta o que que eu escrevo. E aí eu respondi só um nome, só que o teu nome e seu telefone e aí tá ficou meio pensativo e segue, segue o fluxo dele e diz que num determinado momento da vida dele, ele prestou serviço militar, né, participou lá e ele queria sair do do lá da corporação, mas não queria perder os direitos que ele tinha, porque ele já tava seguindo uma carreira e aí então o que ele ahmm resolveu foi forjar uma doença mental e aí ele conta que forjou uma doença mental, mas teve um profissional, eu não me lembro, olha agora eu acho que eu não tava escutando muito bem ele, teve um profissional da equipe que avaliava que fez algumas anotações e que disse a ele que ele tava fingindo que ele tinha notado e aí ele bom se isso fosse pro meu prontuário eu poderia perder todos os tudo que eu tava garantindo, e eu queria saber o que que tava escrito naquele prontuário. Então, eu invadi e pra não deixar provas eu queimei, botei fogo e aí quando ele me disse isso eu bom, então se ele quiser saber o que que tá escrito aqui, né? Também vai poder invadir e bota fogo e eu fiquei com isso ahmm, fui pra supervisão e e aí essa é uma outra questão que ainda estou às voltas com isso. (informação verbal)⁵⁴

Para nós, em consonância com o que propõe Freire Costa, foi importante escutar e reconhecer a presença do singular da violência nas falas das entrevistadas. Quando questionadas se percebiam dificuldades nas pessoas em nomear as violências, Hilda explana; “Tem coisas que não passam por algumas pessoas como uma violência, né. E, é assim.”. Porém, também é inevitável o social, que oferece contornos para esse singular e mantém o universal.

Hilda. Como é que eu poderia dar um exemplo? Vamos dizer assim, uma alguém que relata uma situação que viveu, por exemplo, em casa, com um pai que mandava em tudo, não, mas ele sempre que mandou mesmo, ele que faz a gente, né, obedece por exemplo, né. E tá posto aí que de algum minuto existia uma violência, a gente a que preço é esse que aquela pessoa pagava por não obedecer, né? E colocado também uma coisa natural, né. Porque assim ele sempre foi assim, entendeu? Tô dando um exemplo, né, bobo até,

⁵⁴ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

pra dizer que eh pode parecer uma violência né, para mim que faço essa leitura, mas como é que eu vou respeitar também, né? (informação verbal)⁵⁵

O Brasil, cenário principal da nossa pesquisa, é um país com uma rede simbólica muito violenta, porém muito “relativizada”, direcionada principalmente para uma parcela da população, e lida como quase inexistente em outras, o que pelo âmbito positivo, ajuda a detectar as populações mais vulneráveis, pelo negativo, camufla e até anula a vivenciada por outras populações. Nesse movimento de essencializar e localizá-la, determinados perfis da população são considerados potencialmente perigosos, em detrimento de outros, que a priori não seriam. Podemos ver como isso adentra ao espaço clínico, pela fala da analista.

Adélia. Sim, já, já, de pessoas que a gente vê pelos atos ne, de potencialmente estupradores, pessoas sem noção de limite, né. Em relação ao outro, ahm tem já ocorreu algumas vezes de ahm, pessoas perversas, né. De procurar um analista, não é pra fazer análise, tem toda uma fantasia assim ahm, e então há situações em que ahm, eu, por exemplo, pacientes assim de periculosidade que eu já atendi, né. Já atendi eh por algumas sessões, por algumas sessões. Eu por, por conseguir através da minha escuta né, através de formas indiretas observar possibilidades de talvez um risco maior, pra mim eu já me prevenia por exemplo de poder marcar num horário que eu sabia que teria mais uma outra profissional atendendo, nós, nós temos várias salas juntas ali, atendendo no mesmo horário, entende? Pra não estar sozinha, não, não marcar a sessão no horário em que a clínica está vazia. Algumas medidas assim de proteção eu já, já tive que ter sim. (informação verbal)⁵⁶

O campo clínico, a psicanálise, são exemplos de lugares que “não seriam” espaços de propagação e expressão de violências, o que pode inclusive contribuir na dificuldade das analistas em nomearem e afirmarem sobre elas. O polêmico sociólogo Jessé de Souza⁵⁷ (2000, 2003), tem levantado nos últimos anos, críticas e apontamentos sobre como os brasileiros veem a si mesmos e uma intensa dominação simbólica, forjada de tal forma, que poucos conseguiram desvelar adequadamente. O autor faz reflexões sobre essa violência localizada, e totalizadora, resultado das relações de poder metodicamente legitimadas por um acúmulo de

⁵⁵ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁵⁶ Adélia. Entrevista III. [Out. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

⁵⁷ Não é objetivo da dissertação adentrar ao pensamento do sociólogo, mas considero imprescindível que o/a leitor/a esteja atento a essas questões, assim, deixo um texto instigante do Professor José Fernando Andrade Costa (2019), “Por que ler Jessé Souza?”, para os que assim como eu, são curiosos/as frente as dinâmicas sociais brasileiras.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3510205/2020>

práticas errôneas, que se constroem desde os tempo da escravidão. Se a violência está lá, na favela, nas classes pobres, negras, etc., como podemos chamar o que as analistas vivem nos seus consultórios? Em consonância com Freire Costa, Marilena Chauí e tantos outros que discutem esses temas, e que expomos nessa dissertação, entendo as violências como ações não capturadas, restritas ou localizadas, mas atravessadoras. Elas vazam, esparramam, invadem, transbordam. Pegam carona na transferência, nos afetos, nas crenças, na presença, na virtualidade.

A preservação da lógica binária, hierárquica, localizada, substantivada, quando aplicada ao campo nas violências, só fermenta ainda mais e se instala como constante nas relações, independentemente de onde se estabeleçam. O inusitado em pesquisar os entrelaçamentos dela com a transferência e o campo analítico, foi não só a identificação das analistas como atravessadas pelo medo, poder e corpo, associados à presença do masculino, como também com a ascensão do vírus Sars-Cov-2, o vírus que produz a Covid, e a presença do virtual como novo cenário clínico. É posto que a história do “corpo não pode ser separada ou deslocada dos dispositivos de construção do biopoder. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história...” (BENTO, 2006, p.87)”, porém entendemos que as violências não estão direcionadas exclusivamente à uma parcela da população, como não precisam de corpo, de presença para se expressarem, ainda que sejam mais praticadas em determinados corpos e em determinada parcela da população, (ponto esse que dialogaremos melhor no próximo capítulo). Por hora, retomamos o quão caro foi esse capítulo nessa dissertação, apontando que a psicanálise pode contribuir para que possamos explicitar as diferentes manifestações e expressões da violência, para ampliar nosso instrumental na luta contra elas.

5 PSICANALISANDO – ESCUTA E TRANSFERÊNCIA

*Ando de um lado para outro, dentro de mim.
Estou bastante acostumada a estar só,
mesmo junto dos outros.
(CLARICE LISPECTOR, 2002).*

Clarice sobe as escadas cautelosa, é a terceira tentativa de iniciar um processo de terapia nos últimos anos. As experiências anteriores não foram bem sucedidas, ainda que não tinha conseguido se sentir à vontade em sessão para expor suas demandas. Subia as escadas pensando na sua história, e o que contaria primeiro, será que conseguiria falar sobre o que considera ser seu grande trauma? Na recepção um marca páginas com alguns indicativos de violência psicológica chamou sua atenção. Livros de poesia dividiam espaço com publicações diversas sobre psicologia, filosofia, sociologia. Na parede pintada com tom suave de azul, alguns quadros que traziam palavras soltas e leves. A profissional a chama pontualmente e abre uma sala grande, com uma janela que ocupava a parede toda, deixando brechas para o sol entrar. Ao sentar, ouve a indagação, “Clarice, o que gostaria de me contar sobre você?”

A história já ensaiada sobre si, de repente escorrega e Clarice se percebe falando sobre o abuso sexual que viveu na infância e a persegue nas diferentes relações que tenta estabelecer. Em meio ao choro e as palavras que pulam dos seus lábios, uma pausa chocada e a percepção; “Eu nunca tinha conseguido contar isso pra ninguém”.

Sigmund Freud, o pai da psicanálise escreveu sobre a cura pelo amor. O que acontece que de repente algo se instala e “tchan”, as palavras transbordam diante de um desconhecido. Foi a poesia da recepção, a pontualidade, o sol que adentra a sala? A pergunta aberta, a escuta atenta? Enfim, como a transferência acontece?

Mariana toda vez que adentrava a sala de recepção do consultório fazia comentários sobre o “cheiro”, que, imagino, só ela sentia daquela forma, pois, em sua definição, remetia-lhe a “cheiro de paz”, e isso a deixava leve para compartilhar em sessão suas emoções e os *insights* que o cotidiano fermentava e a remetia às memórias de infância. Já Paulo, ao deitar-se no divã, tocava o tecido que o remetia à colcha que a avó jogava sobre o sofá. Paula, se sentia identificada quando viu que a analista não usava salto alto e não mantinha um ambiente sofisticado para atendimento, pelo contrário, os tons simples e alegres, nas palavras dela, a

acolhiam e lhe davam a sensação de pertencer, e não de apenas passar por aquele espaço. Esses recortes clínicos demonstram como a transferência se apresenta além da busca por um determinado perfil de analista, ou por uma linha teórica, ou até por algum esforço por parte do(a) analista/analizando(a) para que essa ocorra.

Dessa forma, quando alguém busca um(a) analista, mesmo que haja um interesse inicial por uma linha ou outra, não é propriamente a teoria que conquista. No fim, as conexões ocorrem entre pessoas, é a transferência com a pessoa que ali se apresenta disponível para a escuta que engaja o sujeito a se escutar e mergulhar em seu sintoma, sua demanda. Uma “tela em branco” que a(o) analista representa, na qual a(o) paciente pode ler e apresentar seus afetos, recebendo a escuta neutra da(o) analista, que, por sua vez, sabe que esses afetos e projeções não são para ele(a), mas sim fruto das repetições e elaborações do(a) paciente. Essa é tanto a dificuldade quanto a importância do manejo transferencial, reconhecer e sustentar a função/posição, entendendo que aquilo que emerge não é seu, ou para si. O que o outro diz/remete não tem o “nós” como destinatário, “é por isso que digo que o psicanalista é como um carteiro que toma as cartas embaralhadas, as cartas do nosso destino, ajuda a entregar as que podem ser entregues e reenviar as que estão sem destinatário”, (DUNKER, 2019, p.41).

Ainda segundo Freud, o mais difícil da psicanálise não se encontra nos estudos da teoria como pensam alguns, mas no “manejo da transferência”, que se apresenta como simples e complexa ao mesmo tempo.

“Não se discute que controlar os fenômenos da transferência representa para o psicanalista as maiores dificuldades; mas não se deve esquecer que são precisamente eles que nos prestam o inestimável serviço de tornar imediatos e manifestos os impulsos eróticos ocultos e esquecidos do paciente.” (FREUD, 1912-1996, p.119).

É amor, repetição, é a reatualização da história dos nossos antigos amores com os nossos novos encontros. “Na origem, a transferência não passa, pelo menos no plano teórico, de um caso particular de deslocamento do afeto de uma representação para outra” (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, p.516). Repetimos as demandas que formavam nossas experiências de amor, agora com novos personagens, novas identificações e nesse processo resistimos a admitir o outro. Nessas relações atualizadas se infiltram padrões antigos, projetamos e condensamos afetos e memórias, assim, toda vez que nos dirigimos a um outro espontaneamente a transferência tende a acontecer, afinal a transferência está em todas as nossas relações, como a constante demanda de amar e ser amado.

As peculiaridades da transferência para o médico, graças as quais ela excede, em quantidade e natureza, tudo que se possa justificar em fundamentos sensatos ou racionais, tornam-se inteligíveis se tivermos em mente que essa transferência foi precisamente estabelecida não apenas pelas ideias antecipadas conscientes, mas também por aquelas que foram retidas ou que são inconscientes. (FREUD, 1912-1996, p.112)

A transferência, essa manifestação do inconsciente, talvez seja, assim, um dos conceitos mais importantes da teoria freudiana, sendo “classicamente reconhecida como o terreno em que se dá a problemática de um tratamento psicanalítico, pois são a sua instalação, as suas modalidades, a sua interpretação e a sua resolução que caracterizam este” (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, p.514). Dito de outra forma, ela compreende uma tentativa de recriar os padrões infantis, novas edições e repetições, com novas pessoas e novas situações. Seria “o processo pelo qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida com eles. Trata-se aqui de uma repetição de protótipos infantis vivida com um sentimento de atualidade acentuada.” (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, p.514). Transferir é conceder novos sentidos ao objeto de desejo.

Em *A Dinâmica da Transferência* (1912/1996), Freud apontou dois comportamentos básicos do analisando, que estão incluídos na transferência, a cooperação e a resistência. Ele vê como enigmática a razão dela ser um admirável e dos mais poderosos meios de resistência ao tratamento, ao passo que fora dela pode ser encarada como “veículo de cura e condição do sucesso”. (p. 112). Existem elementos que contribuem para essa resistência na transferência, como a intensidade e a persistência. Segundo ele, há três tipos de transferência: a positiva (que favorece o tratamento, com sentimentos amistosos do analisante para o analista), a negativa (com sentimentos hostis) e a erótica (excessivamente positiva).

Esses diferentes tipos de transferência, e segundo alguns autores a contratransferência, além de diferentes formas de expressão nas diferentes estruturas, que mereceriam análises pormenorizadas, (as quais muitos autores inclusive já realizaram), porém aqui, dentro dos limites desse trabalho não poderão ser feitas e nem foi o objetivo. Independentemente das formas, o fato é que a transferência é uma das condições de um processo analítico bem-sucedido, ou da falha deste. Segundo Lacan;

A transferência é um fenômeno em que estão incluídos, juntos, o sujeito o psicanalista. Dividi-la nos termos de transferência contratransferência,

qualquer que seja a sagacidade, a desenvoltura das proposições que a gente se permita sobre este tema, nunca é mais que um modo de eludir o de que se trata. (1988/1964, pp. 219)⁵⁸.

Assim, enfatizamos que ela está no campo do desejo, e podemos considerá-la essencialmente, uma modalidade amorosa que começa como um “mistério” e cuja implantação se dá de forma enigmática e não totalmente captável pelas explicações científicas. Talvez o jeito de dizer “oi” do(a) analista, ou o cheiro do consultório, a decoração, enfim, algo conecta para que o “tchan” aconteça instalando-se assim a transferência. Segundo Manoel Antônio dos Santos (1994, p. 20), “não há por que se preocupar, enquanto a transferência age a favor do trabalho.”

Com isso, é perceptível que a transferência extrapola o campo analítico; no cotidiano também vivemos situações transferenciais diversas. Em essência, transferir é uma habilidade humana que serve a várias situações e relações. “Por meio do processo de transferência o desejo se manifesta, revelando a característica mais notável do inconsciente: sua extrema mobilidade” (BARATTO, 2010, p.238). Para Freud, a psicanálise não cria a transferência, mas a revela. Os “fenômenos da transferência [...] prestam o inestimável serviço de tornar imediatos e manifestos os impulsos eróticos ocultos e esquecidos do paciente” (1912/1996, p. 119). O que Freud orgulhosamente conseguiu fazer foi descobrir como usar a transferência, como atravessar a fantasia fundamental, furar o sintoma, permitir que os vazios aflorem e se apresentem. Ela acontece fora do tratamento, mas dentro dele ela não só serve como caminho, como vai sendo levada à sua auto dissolução o que seria o fim (daquela) análise. Assim, a(o) psicanalista precisa ter como orientador da sua ética, do seu desejo de trabalho a finitude das análises, tornando assim o mecanismo transferencial o início e o fim de um processo analítico.

Para a filósofa Judith Butler, a transferência é a prova viva de que o passado não é passado, pois a forma que ele assume agora faz parte da orquestração presente da relação com o outro:

A transferência é nada mais que a cena de interpelação carregada de emoções, que lembra o outro e seu peso opressor e reencaminha o

⁵⁸ Como já exposto em outra nota, reconhecemos nesse trabalho que o conceito de contratransferência é alvo de embates e debates no meio psicanalítico. Relembro que Lacan não o utiliza, por isso a citação proposta acima que coaduna com a visão dessa pesquisa, assim como reconheço que em Freud fala-se em transferência negativa, e que há outros autores que optam por utilizá-lo. Porém ressalto que nesse trabalho o que interessa é o processo transferencial, e que a menção do conceito se deve justamente ao fato de expor sua existência para abandoná-lo.

inconsciente por meio de uma exterioridade da qual ele é devolvido de alguma maneira. (...) Se a transferência recapitula o inconsciente, experimento uma despossessão de mim mesma na cena da interpelação. Isso não quer dizer que sou possuída pelo outro, pois o outro também é despossuído, chama e é chamado, em uma relação que por essa razão, não é recíproca. (BUTLER, 2015, p.46).

Dessa forma, o passado está aqui e agora, dando vida a essa relacionalidade, dando vida à transferência e dando vida ao uso do(a) analista, orquestrando essa cena proposta por Butler de interpelação. Quando o(a) analista escuta a história narrada pelo(a) paciente, ele(a) escuta um relato de si, um atravessamento do(s) outro(s) existente(s) em sua trajetória, assim como escuta os atravessamentos socioculturais. Por meio da linguagem, tenta produzir uma constituição do sujeito. “No momento em que digo “eu”, não estou citando o lugar pronominal do “eu” na linguagem, mas sim testando uma invasão primária e ao mesmo tempo tomando distância dela” (BUTLER, 2015, p.56).

Assim, escutar se torna um desafio imprescindível para o bom manejo da transferência e compreende inclusive suspender o exercício de poder. Não é o(a) profissional que analisa o paciente, mas sim quem ajuda o analisante a “se analisar”, a se escutar, a encontrar os ruídos na sua comunicação. “*Ouvir* é uma faculdade sensorial e passiva, *escutar* exige receptividade, mas é sobretudo uma atividade” (DUNKER, 2019, p.59). Com isso podemos considerar que a escuta envolve vários detalhes, dentre eles um contrato, no qual, segundo Christian Dunker, uma das primeiras cláusulas é o acolhimento.

Sentir o que o outro sente, assumir a perspectiva dele, segundo sua própria língua e suas próprias razões. Se não houver empatia (*einfullung*) entre analista e analisante, é melhor procurar outro. Para criar empatia, nessa situação, dependemos de uma autoridade suposta mas principalmente da confiança que se estabelecerá nos primeiros momentos do tratamento. Isso nunca é certo ou controlável, sendo nossa tarefa trabalhar para criar condições favoráveis para que isso aconteça. (DUNKER, 2019, p.58)

Como é possível perceber nos casos clínicos relatados, o acolhimento também acontece nos detalhes, no “bom dia” do(a) analista, no livro da recepção, na luminosidade da sala. Não é possível prever tudo de antemão, assim como não é possível atingir a todos que buscam o(a) analista com a mesma assertividade, mas é preciso se atentar que o manejo da transferência entra em cena antes mesmo da sessão, e que o trabalho transformador da análise acontece inclusive, “fora dela”, com os insights, as associações, o “trabalho sobre/através de si” que ressoa para muito além dos 50 minutos na poltrona, no divã.

O trabalho analítico pode ser comparado a uma grande viagem, onde não somos os condutores. “Como convidados é importante levarmos mínima bagagem possível, se não quisermos definir o roteiro ou estabelecer nossos próprios interesses quanto a ele”. (DUNKER, 2019, p. 51). Nessa viagem não só afetamos, como somos afetados, pelo roteiro, pelos cenários, pelas estradas esburacadas que surgem pelo caminho, mesclando o movimento leve do voar, com os solavancos e batidas possíveis. Mergulhar com alguém na sua história é retomar a consciência da vulnerabilidade que nos habita desde sempre. Aqui o arsenal conquistado ao longo do percurso do “permitir-se” ser analista contribui para que o(a) profissional não altere a rota ou coloque expectativas e velocidades suas sobre a viagem.

Nesse movimento, do embarque ao desembarque, além de toda trama pessoal do paciente é possível se deparar com os emaranhados da rede social e os atravessadores socioculturais que de forma intromissora (incessante) foram produzindo cenas e trajetos na história de vida do paciente e influenciando suas percepções acerca de si e do outro. Para o(a) analista já está posto no seu percurso de formação, estratégias, estudos e principalmente a implicação com a sua análise pessoal para evitar, o máximo possível, que ocorram desvios na sua escuta, ou diria que ocorra uma “não escuta”, proveniente de contratransferências, moralismos, pressupostos sociais entre outros. O conhecimento acerca das projeções, identificações, deslocamentos, e outros aspectos, colabora para que quem escuta esteja atento aos transbordos. Porém o (a) paciente não tem esse percurso e nem está precavido acerca do que pode exceder, isso será (ou é o desejo que seja) construído dentro do processo, justamente no manejo da transferência.

Porém, enquanto analistas podemos nos deparar com o que escapa, arranha, invade. No campo clínico, acessamos representações, e essas representações que vêm do social carregam as relações binárias e hierárquicas do masculino com o feminino, e entendendo que a transferência se sustenta na construção subjetiva de cada um e que essa construção passa pela linguagem, pelo atravessamento desse outro, pelas práticas e costumes sociais, é difícil pensarmos que ela não atravesse também o espaço clínico. Assim, sustento a pergunta dessa pesquisa, refletindo constantemente acerca de como isso se apresenta e como é recebido pela profissional psicóloga.

Considerando as temáticas desse trabalho, é importante ressaltar e inclusive se tem afirmado em vários momentos da escrita que nem Freud, nem nós pensamos que a

transferência é violenta, ou que existe violência nesse processo. Mas, se considerarmos que nesse processo transferencial muitos conteúdos opressores construídos social e historicamente por espaços/formas de poder e autorizados por movimentos estruturais como o falologocentrismo e a heteronorma, podem emergir, teríamos também um campo fértil, e quem sabe um veículo condutor para propagação de violências.

Assim, quando pensamos em transferência e propomos o conceito de transferência em diálogo com o campo das violências, pensando nas linhas, nas margens, nas distâncias que talvez existam entre eles, pensamos não só no campo da linguagem, do processo analítico enquanto fala/escuta, mas no que acontece no campo da expressão daquele corpo que se apresenta para análise e do corpo que se coloca para analisar. Compreendendo que a clínica é apenas outro espaço de expressão e existência dentro de um contexto social maior, pode parecer óbvio que também transbordam ali dentro os binarismos, a hierarquia, o falologocentrismo, a heteronorma, entre outras formas de violências. Porém, o óbvio também é relativo e se faz necessário no diálogo com os sujeitos, e a partir do que nomeamos como violência nesta pesquisa, identificar se está sendo assim recebido também pelas profissionais. Afinal, como aponta Jurandir Freire Costa, "(...) não existe algo que decida sobre a violência. A saber: não existe nem responsável nem causa objetiva da violência. Mesmo se a violência concerne o indivíduo, não é por isto que ela pode ser localizada" (1984, p. 11).

Amparados no pensamento psicanalítico, podemos entender que os sentimentos podem existir, inclusive por parte do(a) analista, afinal, ser analista é uma função, e não um corpo "vazio" e desprovido de emoções e percepções, porém, é importante que haja clareza de que essas emoções que podem emergir não fazem parte da análise do(a) analisante, e sim da análise do(a) analista (ou da supervisão). Sabemos, como aponta Calligaris (2004), que a confiança é muito importante para que as curas funcionem, e isso vale para todas as profissões da área da saúde, essencialmente as psicoterapias, e diria que vale nos dois lados da sessão, pois a transferência não se dá apenas do paciente para a/o analista. Assim, não é proibido sentir, ou ter expectativas, mas é preciso manejo para direcionar ao local adequado e não devolver ao analisando(a) ou misturar as "posições" ali ocupadas. Escutar a si é pré-requisito para escuta do outro, afinal, embarcar em uma viagem sem saber minimamente contemplar a paisagem, nos tornaria companhias no mínimo incômodas.

Mas quem, como analista, desdenhou a precaução de analisar a si mesmo, não apenas se vê castigado com a incapacidade de aprender

mais que uma certa medida de seus pacientes, corre também perigo mais sério e que pode se tornar perigo para os outros. Ele facilmente cairá na tentação de projetar sobre a ciência, como teoria de validade geral, aquilo que em obscura percepção, ele enxerga das peculiaridades de sua própria pessoa, carreando descrédito para o método psicanalítico e desencaminhando os inexperientes. (FREUD, 1912/2010, p.158)

Com essa escuta atenta, acrescentamos a essa pesquisa um capítulo não planejado inicialmente, mas que atravessou não só o momento histórico que vivemos, como a psicanálise e a atuação das analistas que participaram dessa pesquisa, pois ao conversarmos sobre transferências e violências, e a presença do corpo nesses enlances, o virtual se fez presente e apresentou outras formas de presença “além do corpo físico”, dando corpo também ao vírus mortal que transitou entre nós. Como aponta Mériti de Souza, ao considerarmos o contexto que a humanidade experimenta com o surgimento do COVID-19, “a reunião de todo conhecimento possível torna-se imprescindível para compreendermos a expansão dessa pandemia no planeta e analisarmos as suas reverberações nos mais distintos contextos regiões, situações e populações. (2021, p. 02).

Reverberações essas que deslocaram um certo “tradicionalismo” presente no *setting* analítico, e levaram as analistas a experienciar transferências e contratransferências não apenas com o(a) paciente em si, mas com o novo *setting*, a tecnologia, os programas e as plataformas, e outros componentes que agora fazem parte de uma sessão analítica. E com isso, talvez experimentar/detectar também outras formas de vulnerabilidade e violências que ainda estão no campo do estranho, do novo.

Enfatizo, que nesse momento ainda tenho, e finalizei essa pesquisa com mais perguntas do que respostas sobre esse enlace, e nem se tornou o objetivo responder, apontar caminhos, ou classificações acerca de possíveis violências nos atendimentos online, pois o que me interessava eram as perguntas. Como em toda dissertação, o enigma como motor propulsor que trouxe a fala sobre esse não-lugar, esse sentir, ainda tímido e borrado. O que proponho se tornou assim, mais um furo, um emaranhado de perguntas e questionamentos acerca do fazer analítico, do fazer no *setting* tradicional, do fazer online. Refletimos assim, no próximo item desse capítulo sobre a presença na virtualidade (não entendemos como uma ausência). A pandemia foi um evento que atravessou o mestrado, e deslocou as práticas clínicas. Assim, não foi possível negligenciá-la, afinal, está afetando como as psicanalistas

sentem suas atuações, e talvez até ressignificando como as violências chegam.

5.1 ESCUTA, TRANSFERÊNCIA E PANDEMIA – MOVIMENTOS E (TRANS)FORMAÇÕES?

Talvez esse momento da escrita nos pedisse todo um retorno à história da psicanálise. A construção do *setting*, passando da formação do(a) analista, ao ambiente do consultório. Reflexões envolvendo a psicanálise tradicional, até ortodoxa, em diálogo com outras práticas, mais atuais e críticas, como as que envolvem os projetos⁵⁹ que oferecem atendimentos clínicos nas ruas e outros espaços além das “quatro paredes” que visam além da popularização da psicanálise e de torná-la acessível à diferentes populações, problematizar o cenário habitualmente conhecido pelos/as analistas e os distanciamentos pelos quais a prática analítica é popularmente conhecida.

Entretanto, entendo que mesmo refletindo sobre as diferentes possibilidades para a psicanálise clínica, dificilmente incluiríamos os atendimentos online nisso. Já era possível e praticado, por exemplo, atender na praça, levar o divã para as ruas. Mas colocá-lo em uma ligação ou chamada virtual, ainda era pouco possível e arrisco dizer, pouco desejável, para os (as) analistas. Porém, com a ocorrência da pandemia de COVID-19, isso de fato atravessa a prática clínica, independente da abordagem, geração ou autorização do(a) analista. O consultório “invade” a sala de estar, o quarto de visitas, a cozinha. A mensagem do paciente chega para além das urgências. O telefone se mistura, entre as mensagens de familiares e amigos, um número desconhecido buscando informações sobre o trabalho clínico. Assim, o vírus desconhecido e inesperado que se alastrou rapidamente, pegando o mundo de surpresa e forçando uma pausa, forçou também um movimento e um enfrentamento na psicanálise, que não só ampliou as possibilidades de atendimento, como aumentou a busca por supervisão, e ganhou espaço nas análises pessoais.

Inicialmente, aquela conhecida frequência semanal ou quinzenal ficou solta no tempo, entramos em estado de espera. Mudanças e adaptações urgentes forçaram o mundo a (se) experimentar durante o percurso e ir adaptando o que não funcionava e criando estratégias

⁵⁹Ao digitar no google “Divã na praça”, é possível conhecer diferentes projetos, de instituições e/ou coletivos que oferecem a população essa experiência.

para contornar as dificuldades, no pessoal e no profissional. A exigência do distanciamento aproximou a tecnologia e induziu uma adaptação independente do desejo de cada um, afinal, usar a internet era a única possibilidade de continuar. Em meio a notícias trágicas e números de óbitos crescentes, que exigiram contornos e filtros no acesso as redes, conectar com o outro online se tornou uma possibilidade de amparo nessa solidude inesperada, e conseqüentemente, um cuidado á saúde mental.

A psicologia/psicanálise se viu frente a uma ampla demanda. Ansiedade, depressão e síndrome do pânico começaram a chegar aos montes nas mensagens de whatsapp. Esse cenário enigmático atropelou os planos e projetos de todos e escancarou nossa condição humana de desamparo, incompletude, e absoluta vulnerabilidade, pois junto com a pandemia, se evidenciaram muitos processos políticos societários que emergiram no contexto da crise, e evidenciaram furos e negligências governamentais a diferentes populações. Os vazios, mesmo que outrora já estivessem presentes, começaram a ganhar novos contornos. O vírus “escapou” do controle médico, político, religioso, psicológico, social. E nessa fuga, fomos colocados dentro de uma experiência traumática⁶⁰ coletiva.

... como cada sujeito pode reagir a essa situação traumática que vivemos é muito singular. Um estranho invisível que vem escancarar nossa condição humana, uma condição que não nos dá a garantia suposta de completude, de onipotência enquanto espécie. Um estranho invisível que carrega consigo um excesso, excesso daquilo que não podemos representar, excesso daquilo que nos escapa, como o irrepresentável da morte. (GUTIERRES 2021, p.03)

Questões acerca de “quanto tempo” estaremos em pausa contribuiram para conter as práticas presenciais e manter a relutância em alguns profissionais pelo online por um bom tempo, como aponta Ana;

Ana. Eu resisti bastante, não gostava eh, não queria, então ahm a pandemia chegou a quarentena foi estabelecida e eu disse, falei com os analisantes que eu atendia: vamos esperar, ficar em suspenso. Assim achava que fosse durar dois três meses né? Não imaginava que fosse, durasse essa loucura e aí quando vamos vendo qual é, que as notícias acontecem (...) (informação verbal)⁶¹

⁶⁰ Freud, no texto *Além do princípio do prazer*, onde inclui outras características e desenvolve melhor a noção de trauma, a saber, a vivência de grande intensidade/ ruptura pelo aparelho mental sem uma hipercatexia, em outras palavras, sem uma sobrecarga de energia psíquica num objeto, que o prepare para viver uma experiência tão intensa, sendo assaltado também por uma surpresa.

⁶¹ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

Já era conteúdo de diálogo pelo meio psicanalítico a possibilidade de atendimentos online no futuro, e se voltarmos a Freud (1917-1919/1987) e Lacan (1967/2003), estes já se mostravam acessíveis a prática da psicanálise em diferentes instituições e *settings* como forma de estender a clínica à população, afinal a análise pode acontecer onde há inconsciente, e o analista deve orientar seu trabalho a partir da ética da psicanálise, sendo um dos principais fatores a transferência e o desejo do sujeito em se implicar no seu próprio discurso, furos e enigmas, possibilitando através da sua fala, a escuta do seu inconsciente, e não propriamente de um *setting* rígido e “formal”, pois segundo Lacan, a transferência se dá com um significante e não com uma pessoa.

Porém, mesmo com isso conhecido, foi perceptível e se confirmou nas entrevistas, uma resistência por parte dos(as) profissionais frente à situação pandêmica e suas repercussões online. Essa situação de crise mundial exigiu de todos um grande trabalho psíquico e um processo de elaboração de um luto, individual e coletivo. Luto esse, que como sugere Freud, em *Luto e melancolia* (1917/1996), exige um “deixar ir”, pois quando o objeto amado não existe mais, o investimento libidinal precisa ser retirado e a ligação com aquele objeto, finalizada. “Essa exigência provoca a oposição compreensível – é fato notório que as pessoas nunca abandonam de bom grado uma posição libidinal, nem mesmo, na realidade, quando um substituto já lhes acena” (p. 250). Assim, é preciso efetuar o trabalho psíquico dessa perda, renunciando e permitindo a transformação dessa relação à medida que se vai identificando com algo desse objeto perdido.

Em meio a esse luto diverso e ao convívio sem prazo com o vírus, com as negligências políticas, as demandas psicológicas insistiram. O *setting*, outrora afastado de aparelhos eletrônicos, recebe um novo e indispensável item. O divã se atualiza na câmera fechada. A caixa de lencinhos é substituída pela manga da blusa. A lágrima cai solitária no outro lado da tela. A mensagem não chega, chega atrasada ou perde o tom, o timbre. O(a) analista é demandado, monitorado, “está online e não me respondeu?”. E assim, definido como caótico e desafiador, a transferência, a psicanálise e o online pedem atenção. Afinal as dinâmicas postas na rede social, também circulam pelas redes virtuais, e é inegável que a pandemia presente nesses últimos anos afetou as formas de relação/interação social. A ligação foi feita, a chamada de vídeo virou experiência e aos poucos a psicanálise foi ganhando novos cenários e *settings*. O online mesmo “estranho” se tornou necessidade.

Cora; O começo foi bastante caótico né, tive que mudar muitas coisas pra, pra que eu pudesse me sentir à vontade também, então eu tava nesse momento, na verdade teve um período que eu saí daqui de Dubai e eu voltei pra minha cidade, que era Berlim, mas que é muito pequenininha. Então, não tem como atender mesmo lá, cê não tem uma clínica lá a noite, é pequenininha, aquela coisa que todo mundo te conhece, enfim, complicado. Então, eu atendia em Chicago né, e viajava todo dia pra poder atender ali em Chicago e aí pá, veio pandemia e eu tava atendendo até bastante criança. Então, naquele momento muito caótico sem a gente saber como é que se organiza, né, acabei que não, não atendi mais, não tinha nem muito pra quem caminhar naquele momento, né? Meu Deus, encaminho pra quem, se tá todo mundo meio perdido, né? Então acabei mudando um pouco o público, fiquei essencialmente com adolescente e adultos, mas aí foi ficando menos caótico, né? A gente vai dominando tecnologia, como é que isso vai funciona, o que que é isso de sala virtual vai, vai se acolhendo aí vendo discutindo muito com outros colegas também vendo quem a gente tem de referência como é que todo mundo pode se virando né? E aí eu consegui me organizar de certa forma agora eu acho que eu me dou bem. (informação verbal)⁶²

Uma psicanalista apenas, dentre as entrevistadas não relatou grandes dificuldades, pois já estava experimentando a modalidade online antes da pandemia. Ela aponta que por residir em uma localidade com questões geográficas que dificultam o deslocamento, e a presença de poucos analistas, o online se apresenta inclusive como um facilitador;

Adélia. Olha eu sinceramente até me surpreendi eu não, eu não senti muito impacto porque eu já atendi alguns pacientes on-line de fora de Londres e com a pandemia meus pacientes presencias praticamente todos permaneceram online né porque, isso fica bem em mostra, bem claro, que o que sustenta uma análise é um outro tipo de presença, né? Claro que presencial ele sempre é mais, como é que eu vou dizer, mais impactante no envolver muitas outras dimensões né, mas o online ele não extingue a transferência que é o ponto essencial pra que uma análise possa acontecer porque mesmo se presencialmente não há essa transferência não acontece análise né. (informação verbal)⁶³

Existe pouca literatura já escrita sobre os atendimentos com uso de tecnologias de comunicação no Brasil. O psicanalista Fabio Belo lançou em 2020, cerca de dois meses antes do decreto oficial da pandemia no Brasil, um livro que propõe reflexões sobre o atendimento online, denominado “Clínica Psicanalítica On-line: Breves Apontamentos Sobre Atendimento Virtual” no qual aborda desde questões práticas envolvendo a não utilização do divã, a

⁶² Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

⁶³ Adélia. Entrevista IIII. [Out. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

manutenção do sigilo da sessão, a ausência do contato físico, uma metapsicologia da distância, entre outros, há questões mais complexas que analisam junto com outras referências apresentadas no livro essas transformações clínicas e nos apresenta um fato muito próximo ao que encontramos nas falas das analistas entrevistadas; uma grande resistência frente ao uso do online. Essas reflexões, mesmo sendo escritas em um período anterior a necessidade do atendimento online que vivemos hoje, ainda ressoa no discurso das analistas e nos entaves relatados acerca dessa modalidade. Debates atuais, em momentos históricos diferentes, repletos de ressonâncias, que segundo o autor, precisam ser debatidas, afinal, não são absolutamente novas. “Ora, se o próprio nascimento da psicanálise se nutriu da virtualidade, é razoável que possamos abrir espaço para análises à distância, cujo suporte não será a presença dos corpos, nem da analista, nem do paciente.” (BELO, 2020, p. 19).

É interessante como o enquadre rígido ocupava o inconsciente do(as) analistas e normatizou muito como a análise poderia acontecer, a ponto de gerar resistências na mudança disso, e a naturalização do corpo físico como presença/ implicação/condição analítica. Um recalçamento quase coletivo no meio analítico, que construiu no *setting* parte da sua “segurança” profissional. A vulnerabilidade presente nos corpos fechados dentro de uma mesma sala, não superou a vulnerabilidade do corpo solitário atrás da tela do computador. Vulneráveis à conexão, ao sigilo, à memória da sessão, à escuta do discurso sem a estética do corpo. Poderíamos nos questionar de onde isso vem e qual a função, mas essa já é uma pergunta para um próximo trabalho.

O caos, o susto, esse inesperado que se apresenta como possibilidade e vai invadindo sem pedir licença, trouxe um desconforto inicial relatado em todas as entrevistas e posso compartilhar, sentido em minha prática clínica também. Algumas analistas, eu inclusive, já estávamos pensando acerca dos atendimentos online, pois já circulava essa possibilidade, principalmente no campo da psicologia, e já estavam em estudo pelo CFP, maneiras tecnologicamente possíveis para que isso ocorresse de maneira alinhada ao código de ética profissional. Porém, isso estava envolto em um futuro, e relativo ao desejo/escolha do(a) profissional. A pandemia não só acelerou esse processo, como pediu criatividade e agilidade para que as sessões ocorressem, afinal a elaboração do luto e os caminhos para que isso transcorra de forma saudável, passam pelo reconhecimento da perda, mais especificamente do

que foi perdido, e pela ressignificação do que/como pode continuar. Levando pacientes e analistas a uma elaboração compartilhada.

Hilda. Eu desde um pouquinho antes de começar a pandemia ehnh existiam até algumas demandas pra atendimento online né. E eu sempre recusei porque assim acho que é o tempo de formação e aquilo que me tocava, eu achava que não seria possível. Enfim, eu acho que muitas pessoas, muitas, muitos profissionais tiveram que quebrar, eu chamo de fantasia, né, foi uma fantasia minha. Mas aí quando começou a pandemia, que o conselho liberou que eu sou psicanalista, mas eu sou formada em psicologia, o conselho liberou que a gente pudesse fazer os atendimentos eu fui tomada assim por um certo susto, nossa e agora como é que eu vou fazer né, como é e aí o *setting*, como é que eu faço com tudo isso né. E aí eu comecei a viver o online porque né? Muitos pacientes, ehnh ficaram um pouco assustados até com a nova modalidade, mas aos poucos foram aderindo, né. (informação verbal)⁶⁴

Para a analista Ana, a abertura do online e a construção foi se dando junto com o desejo da paciente,

Ana. Bom, isso foi em março, abril, maio, aí em abril uma mulher que eu atendi ahmm presencialmente lá na instituição tinha feito, tínhamos feito algumas sessões no final de 2019 ela interrompeu, ela, na verdade não era de Minas Gerais, era do Acre, estava aqui passando uma temporada na casa da filha e foi procurar a análise e aí decidiu voltar pra casa dela e fazer análise a distância era uma coisa impensável naquele momento, né? Nem ela demandou e nem eu pensei, então ela interrompeu e aí em abril de 2020, tinha acabado de fechar as coisas ela retorna contato comigo dizendo que precisava conversar, tava muito angustiada e se eu poderia escutá-la e isso foi por mensagem e aí nos falamos por telefone, ela tava muito angustiada, estava em vias, bem é, foi uma coisa bem interessante ela tava me disse com a corda na mão pra me suicidar, pra me, pra se suicidar, (risos), pra se suicidar (ato falho) e não, vou tentar falar com ela com ela e aí eu falei bom a mulher nessa situação, eu acho que eu vou escutar ali ver o que que dá pra fazer. E aí fiz uma primeira conversa por telefone e falei, bom falei com o meu supervisor na época e agendei uma sessão online. Vou experimentar, e ela morava no campo e o online não pegava e aí ela posso tentar por telefone? Vamos tentar. Pra mim era impensável, era impensável. E aí, bom? Vamos? Vamos, e foi? E aí nesse meio tempo, alguns analisantes fizeram essa demanda, será que você toparia fazer online? Vamos experimentar e outros não, tem alguns que ainda não quiseram e aí eu fui construindo juntos, sabe? Mas a primeira, num primeiro momento era não, impossível e fui, mas eu acho que eu fui me permitindo por isso, porque veio por uma demanda dos próprios analisantes e fui experimentando. (informação verbal)⁶⁵

⁶⁴ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁶⁵ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

Seja por telefone, por chamada de vídeo ou usando alguma plataforma adequada para isso, as analistas relatam desconfortos que iniciam nas dificuldades tecnológicas e de conexão e vão se expandindo para suas emoções, como se algo desse virtual pudesse limitar a escuta, as intervenções ou até os vazios que outrora preenchiam os consultórios e ali mesmo ganhavam contorno. Assim, quando escutamos as analistas falando da tecnologia, sabemos que tem tecnologia, mas também tem a presença desse estranho, desse enigma que se apresenta e já invade.

Ana. No começo era muito desconfortável pra mim, eu não me sentia à vontade, eu achava esquisito a tela. Mas fui, fui eu percebo alguns limites, eu percebo que tem coisas que pelo online não são possíveis, tem intervenções que deveriam ser feitas num momento exato e on-line dá aquele “delay”, a internet pipoca enfim eu eh tem coisas da presença que não são impossíveis né? O modo com o sujeito chega, o modo como ele levanta, enfim, tem coisas do presencial que que são perdidas, mas é o que é possível. (informação verbal)⁶⁶

Para Cora, o desconforto principal está nas questões práticas da tecnologia que “interrompem” literalmente a escuta, silenciando a voz do(a) paciente com falhas e desconexões.

Cora. Eu fico com raiva um pouco da tecnologia quando falha, quando trava, né? Essas repercussões toda no em sessão, né? Uma análise como é que fica isso de travar imagem, não conseguir escutar até o final pessoa, tem tudo isso, mas acho que a coisa que a gente vai vivendo e estudando ao mesmo tempo, não tem como, né? (...) Sobretudo aí não tem como num dar ênfase, né. Com essa questão toda de pandemia vem atravessando a gente, quanto das inseguranças, dos temores que a gente tem, né. E que vem de encontro com tudo que, né, que o paciente traz pra sessão. Pra mim assim, pra ficar atenta e vigilante esse tripé foi essencial conseguir ver aí uma, uma boa análise pessoal, esse tripé e supervisão porque isso se mistura, né? É tão é tão é tão sutil por vezes né? Que fica bastante frágil se você não tomar conta, né? Dessas relações, cuidar. (informação verbal)⁶⁷

Mas juntamente aos muitos desafios, o alcance e as possibilidades de escolher seu analista, independentemente de onde mora, e a facilidade de manter o horário independente de deslocamentos, são apontados como benefícios desse modelo, contribuindo para que ele permaneça mesmo com a retomada dos atendimentos presenciais.

Hilda; (...) E muitas pessoas eu atendo hoje eu nunca eh fiz um atendimento presencial, já chegaram online e é muito interessante que não só

⁶⁶ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁶⁷ Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

do estado de Minas Gerais, eu falei que a gente se abriu pro mundo, né? De certa forma. Isso facilitou até o nosso trabalho, não é, e então atualmente estou atendendo presencialmente e online, né. Eu poderia dizer que assim, cinquenta a cinquenta por cento. (informação verbal)⁶⁸

Na experiência da Adélia, a dinâmica presencial/online não só facilita, como para ela deve permanecer.

Adélia. Então atualmente eu atendo online e presencial, inclusive alguns pacientes que poderiam voltar presencial não quiseram mais. Em função de morarem aqui, de deslocamento, dificuldade de deslocamento, o que aconteceu é que está muito mais assim, por exemplo se as vezes ehh o paciente não consegue vir naquele dia combinado ele solicita um outro horário se pode ser online, é interessante a coisa está assim mais natural digamos assim. É uma possibilidade mais presente pras pessoas. (informação verbal)⁶⁹

Com essa abertura, e a globalização de informações pessoais através das redes sociais, a forma como o(a) paciente escolhe e acessa o(a) analista, como é despertado o desejo pela análise, e o que é esperado desse(a) profissional também ganham novos contornos.

Ana; (...) Eu não sei se só do online mas eu percebo o o modo como analisante chega é diferente ahm eu tava até, discutindo isso com a minha supervisora recentemente, um grupo de colegas que parece que o WhatsApp, por exemplo, as redes sociais trazem uma, uma suposta facilidade, uma suposta aproximação e parece que o lugar que se dá a análise, pelo menos nesses primeiro tempo de análise é algo como se fosse qualquer outra coisa... Hãh do que que eu tô falando? A pessoa entra em contato e primeiro pergunta se qual é o preço, se posso atender no horário que ela pode, ela já quer falar do da demanda dela e se eu tô me, me parece assim é é um jeito diferente do que era. É que é sujeito telefonava e perguntava e marcava se uma sessão e aí ele vinha com todas as questões. Eu não sei se isso é exatamente do online da do atendimento online ou se isso é de algo sei lá as relações estão mais imediatizadas né? (informação verbal)⁷⁰

Escutando essas nuances nas entrevistas, é possível perceber que algumas questões do online que estão associadas ao imprevisível, ao acaso, ao indecível, e conseqüentemente ao desconhecido, ao que escapa do controle, mesmo que um controle ilusório, pode ter afetado tão intensamente a prática, a escuta da psicanálise no online. O vírus carrega não apenas

⁶⁸ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁶⁹ Adélia. Entrevista III. [Out. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

⁷⁰ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

efeitos e sintomas que afetam o corpo biológico, mas metaforicamente, como aponta Mériti de Souza, carrega e exige para o trabalho com ele, com o cotidiano e com o on-line, uma modalidade de conhecimento e de subjetivação para além das modalidades hegemônicas nas quais predominam os pressupostos da substância; lógica formal, não contradição, linearidade, dentre outros. O vírus que faz do corpo humano hospedeiro, também descentra as lógicas hierárquicas, de causa e efeito.

Entendemos que o vírus opera a partir de referências que descentram o modelo moderno que sustenta os modos de subjetivas e de conhecer hegemônicos no mundo ocidental. Ou seja, os pressupostos modernos da lógica causal e linear; da substância; matriz identitária; definem o sujeito e o conhecimento, entrelaçando-os em um trajeto que supostamente possibilita ao sujeito conhecer de forma plena a realidade e a si mesmo e, dessa forma, exercer o controle a partir do cálculo da causa e do efeito e da execução da ação. Por seu turno, o vírus opera com o indecível, o acaso, o descontínuo, ou seja, temos ações perpetradas por esses “códigos”, porém, não somos capazes de prever os seus padrões de propagação, mutação, sequencia, continuidade, e ficamos com dificuldade para fazer o cálculo da sua trajetória e ações. (SOUZA, 2021, p. 66)

Dessa forma, os modos de lidar com o vírus, que sofre mutações com agilidade e imprevisibilidade, exige de nós e do social novas e diferentes maneiras de circular, relacionar, comunicar, inclusive descentradas dos pressupostos utilizados pelas teorias hegemônicas modernas. Quando questionamos teorias, estruturas e práticas, também precisamos nos haver com as capturas “de pessoas que reconhecem a si mesmas, ao outro, a realidade, exclusivamente a partir da plenitude, continuidade e estabilidade” (SOUZA, 2001, p. 81). E reconhecer isso também implica em lidar com angústias que emergem quando nos deparamos (os que reconhecem e os que são capturados), com a instabilidade, o novo, a mudança.

Encarar as mudanças de cenário, lidar com as dúvidas e inseguranças, captar o que “arranha” a escuta e problematizar os “limites podem demandar posições e modelos de reconhecer que descentrem os parâmetros estabilizados nas/pelas certezas substantivadas nas ontologias e nas epistemologias formais e hegemônicas” (SOUZA, 2001, p.84). E no caso da psicanálise, com as perspectivas de *setting*, enquadre, e conseqüentemente, de transferência. Assim, além de lidar com novos contextos nos atendimentos, novas formas de acesso, também fervilham novas demandas nos conteúdos das sessões que se expandem do trabalho arqueológico em torno de si, para um campo mais político/social;

Adélia. Olha, o que eu acho que mudou mais, são algumas problemáticas, né. Por exemplo, nunca anteriormente era muito raro ahm, eh virem questões

políticas do consultório, né. Eh claro que qualquer temática que o analisante traz no consultório ela está representando sempre outra coisa né? Nunca é exatamente aquilo mas é, é muito chamou muito a atenção, me chama muito a atenção nisso eh que uma problemática assim muito contundente atual que é o que a gente vive, né no nosso país ahm ela é acaba sendo um meio, um meio assim que ahm traz outros elementos está relacionado com outros elementos pessoais das pessoas mas também traz, eu acho uma questão social de cidadania, porque não tem como a gente separar, né, os sintomas eles são resultado de um momento histórico cultural, econômico, tecnológico, né? Então não tem como separar as coisas, claro que a, a, o psiquismo ele se utiliza das, ele se relaciona as problemáticas contemporâneas, né. Se se move através dos, dos referenciais das problemáticas contemporâneas... Então ãhn também um outro aspecto muito premente que não era tão, tão comum há muitos anos atrás são as mais diversas dependências. Dependência química de objetos, de objetos num sentido geral. Isso é realmente uma problemática contemporânea, assim como a síndromes de angústia, depressão, né. São as três problemáticas contemporâneas e que na clínica isso se confirma muito, mas muito, né? Eh, essa, essa parece uma é que o estatuto do sofrimento ele muda também, ele mudou. (informação verbal)⁷¹

Com isso, a transferência, ponto indispensável para a análise, também é afetada. Afinal, a forma como a procura é feita, e a escolha do analista, que já vinha sofrendo alterações desde antes da pandemia, ganha um contorno diferente nesse momento histórico, onde o tempo perde alguns “limites” e a mensagem pode ser enviada a qualquer hora, e com qualquer demanda, o “contrato” é feito e desfeito de acordo com imprevistos que antes não pertenciam à análise, a busca do(a) profissional nas redes sociais com o intuito de conhecer mais sobre ele/a e sua intimidade, entre outros, se tornam práticas possíveis. A aceleração da demanda, que chega por mensagem junto com a perspectiva de que a escuta ocorra para além dos “50 minutos”. Na minha experiência clínica, consigo também exemplificar com o whatsapp que entra como “bloco de recados”, onde o(a) paciente usa para colocar o que quer falar em sessão. O monitoramento do tempo da analista, “Está online e não me respondeu?”, as solicitações constantes por amizade nas redes sociais. O uso da rede do(a) paciente como conteúdo, “Você viu meus stories?”, entre outros que ainda estamos vivenciando e nomeando. Assim, pensando sobre os enlaces entre a transferência e os atendimentos online, talvez ainda tenhamos mais perguntas que respostas, mas considerando o diálogo proposto nessa pesquisa, as reflexões acerca da violência em associação com o corpo que apareceu nos relatos das

⁷¹ Adélia. Entrevista III. [Out. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

entrevistadas, assim como as leituras e a própria experiência clínica, me permite propor que esse “novo” *setting* clínico também carrega violências postas na rede social presencial, para a virtual, e talvez reatualize ações violentas que ainda se encontram não nomeadas.

Ana. Eu acho que a transferência, eu acho que isso que eu falava agora, né? Desse do modo como os sujeito procuram como as pessoas tem me procurado, chegam né? Até o analista, quando chegam até mim eh aqueles que resolvem fazer uma primeira sessão, uma entrevista e segue, eu acho que esse primeiro momento tem um tanto disso também, de que eu vou fazer esse vou fazer esse teste, eu tô cheia de compromisso então se o horário da sessão ehh eu tiver na rua, ou eu faço por telefone aqui do carro mesmo ou eu vou atrasar ou eu nem faço, outra hora, me parece que eh num primeiro momento a análise fica nesse lugar de mais um nesse nessa coisa de que tudo deve caber e se põe a fazer tudo. A gente tem que fazer tudo. Mas me parece que quando eles realmente se põe a se questionar quando sabe aquela virada a gente chama né, de retificação subjetiva quando cê começa a se questionar, a sair da queixa e olhar pra si eu tenho a impressão que a transferência acontece ele começa a demandar, e a transferência também é é singular, é de cada sujeito, né? Então eu fico, agora você me perguntando, eu não sei se esse sujeito que chega hoje, se ele chegasse há sete anos se a transferência seria do mesmo jeito, ou não porque é inédito. Né? Pensando em cada um, eu penso que que tem no começo, principalmente tem, é isso, mas análise ser mais um, mais qualquer outro. Mas quando eles se põem a se questionar, percebe aí que tem algo que o causa ehh eu acho que ele vai se comprometendo e a análise vai inflamando pra ele no lugar importante. Mesmo que seja online. (informação verbal)⁷²

Interessante, como aponta a entrevistada, que essa forma do paciente chegar para análise, pode enveredar para os campos da negligência com a(o) profissional, sendo formas de descaso, invasão, entre outros, mas não foi apontado pela profissional como violência. O tempo anterior à implicação, as resistências, etc., também estão presentes no presencial, porém, quando a sessão pode ser feita de qualquer forma/em qualquer lugar/em qualquer horário, tendo o pressuposto de disponibilidade absoluta, tem algo que precisa ser escutado, inicialmente dentro do processo, posteriormente em supervisão e/ou análise pessoal, e posterior a isso, como um questionamento acerca de uma possível violência com a profissional que se apresenta para a escuta desse paciente.

Como aponta Cora, ainda estamos iniciando nessas reflexões;

Haamm é coisa que eu ainda, né? Eu acho que ainda tá tá fomentando aqui pra até pra pra pensar se tem tido, né? (falando sobre transferência) Dessa transição se tem tido alguma diferença ou como é que as coisas se dão, né. Já que muda tudo, muda *setting*, muda a forma, né? Dos contratos, não se fala,

⁷² Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

né. E como é que são as relações, né. Mediadas por uma tela, como é que tudo isso vai acontecendo, mas eu tenho sentido, eu acho que agora vai ficando um pouco mais fácil porque já faz tempo que eu to nisso mas lá no começo tava muito mais truncado, sabe. Eu acho que a gente tava eu me sentia muito mais pisando em ovos eu acho que essa questão de transferência e contra transferência também comprometida lá no começo com essa transição, né? Se eu tiver enfocando muito a transição, muito o online você avisa, mas é porque foi uma ruptura assim, foi um marco, não tem como não pontuar ne e fazer esse antes e depois, né. Pensando muitas coisas e trazendo esse caos, mas então foi muito mais truncado, eu acho que eu conseguia perceber bem mais, né. Um movimento ali contratransferencial até, né. Quando a gente tava num, lá no presencial, não no online. Presencial era uma coisa que eu conseguia, eu tava numa zona de conforto de certa forma e eu conseguia perceber mais esses movimentos. A partir do momento que teve então uma tela mediando todas essas relações tão íntimas, isso ficou um pouco mais truncado, eu acho que demorou pra, pra ter aquela percepção de novo do que que é meu, o que que é do paciente, né. Como é que eu, quando é que eu tô sendo muito contratransferencial aqui, o que que é insegurança minha com relação a essa nova modalidade nesse contexto então deu mais trabalho perceber essas coisas. (informação verbal)⁷³

Essa percepção de uma dificuldade maior, um estranho presente na sessão, pode abrir espaço para violências invisibilizadas? Temos um outro ali, mas agora um outro sem corpo presencial, e quem/o que é esse outro que nos ouve?

Hilda. Pra mim mesmo os conceitos de transferência, eu acho que isso é um assunto que a gente vai ter muito o que pensar, né. Nos próximos encontros aí psi da vida, né porque isso eu acho que teve uma mudança muito significativa, né. Dessa relação nossa com o outro, como é que a gente vê isso. Como como se faz essa, essa transferência em si, como que a palavra circula, enfim, né, é muito interessante. Eu tenho, não tenho achado fácil, né. Porque eu falei pra você, tem a questão da tecnologia também que eu tive que romper muito com isso, mas a palavra é interessante como ela circula em todos os meios. (informação verbal)⁷⁴

Esse ponto da fala acima, “dessa relação nossa com o outro, como é que a gente vê isso”, nos ressoa como importante pois apresenta esses rastros, os detalhes que buscamos para pensar tanto nessa mutação (viral) invisível que nos atravessa e altera as perspectivas profissionais e pessoais, mas também entra como ponto de transmutação do outro, o que obriga aos analistas a questionarem pressupostos já estabelecidos, como a transferência, as práticas hegemônicas, o atendimento presencial com *setting* fixo (e rígido), entre outros.

⁷³ Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

⁷⁴ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

Segundo Mériti de Souza, “o vírus, no seu modo de funcionar, extrapola os parâmetros modernos; situa-se para além da linha e da fronteira que demarcam o dentro e o fora” (2021, p. 67), já que o vírus é entendido em abordagens da biologia como um vivo-morto questionando a constituição do sujeito pleno, e operando inclusive mutações que extrapolam os limites de cálculo e previsões matematizados, ou seja, o vírus quebra a lógica binária, hierárquica, universal, ele escapa à nossa lógica hegemônica. Da mesma forma, entendo que a modalidade de atendimento no virtual também nos escapa e nessa reflexão, essencialmente a escuta online, que tem de se haver com uma série de variáveis outras, como, a conexão que oscila, o sigilo, o silêncio, as invasões virtuais, vírus e hackers, vizinhos fazendo obra, cachorro latindo, criança chorando, etc.

Porém, entendendo que a transferência tem muito mais a ver com a condição subjetiva do paciente do que propriamente com o *setting*. Para Lacan, ela é um fenômeno essencial, ligado ao desejo como fenômeno nodal do ser humano (1988/1964, p. 219), ou seja, precisa haver desejo, e não necessariamente um corpo físico.

Hilda. Bom, primeiro ela é a mola fundamental, né? Da psicanálise. Então, se a gente for levar a transferência e da e dá pra pensar transferência sob diversos aspectos. Então, eu colocando aqui a transferência, né, sobre uma questão é, do daquilo que o paciente precisa se implicar, né, então ele, ele precisa trazer uma questão, né? Que é o que eu vou chamar de implicar pra ele poder trabalhar. Então isso surge tanto no online quanto no presencial, né. É claro que o paciente não vai falar o tempo todo daquele do que do sintoma, né. Do, do que ele tava sofrendo pra justificar a, a sua procura por uma análise, mas a palavra, né, vai circular em torno da questão que o fez procurar uma análise, isso eu acho que tanto na questão presencial, quanto na questão online, ela tá posta. Eu acho que, (pausa), eu acho que é algo bem assim que marcado, né. (informação verbal)⁷⁵

E além da condição subjetiva, precisa haver uma suposição, o suposto saber, que segundo Lacan, é a base do que se apresenta em termos de transferência analítica: “Desde que haja em algum lugar o sujeito suposto saber (...) há transferência” (Lacan 1988/1964, p. 220). Se tem saber, tem transferência, tem análise, seja presencial, seja on-line;

Adélia. A transferência ela é isso Lacan ajudou ampliar mais ainda do que Freud eh não há análise sem transferência no sentido assim de que uma transferência é uma suposição de saber no outro, né. Alguém vai procurar um psicanalista porque supõe que ali vai resolver o seu problema. Tem que

⁷⁵ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

haver essa suposição. Então nesse sentido a psicanálise ela heroicamente se mantém com todas as controvérsias que possam haver com todos os questionamentos, ahm que necessário que existam, né. Pra que possa avançar. Mas o fato de ela se manter mais viva do que nunca, né? Há mais de um século eu acho que isso mostra da sua consistência, da, da, da consistência da sua transferência, sabe. Porque o que eu acho que quando um discurso ele passa de uma geração pra outra, né. É o discurso psicanalítico é um discurso que está para além da clínica, é um discurso que ahm, se mesclou na cultura né, tanto que a gente tem os senso comum, o jargão da linguagem, né. Muitas expressões psicanalíticas, “ah que tua libido ta não sei o que lá”, “teu Édipo ta mal resolvido”, “putz que histérica, né”. Que não sei o que. Então isso mostra assim a força da psicanálise, né. A força. Apesar disso que é o interessante, ela está sempre na contramão, ela é, eu entendo dessa maneira, ela é um foco de resistência. E resistência como um significante da linguística, que representa muitas coisas, essa resistência, resistência no sentido assim de força, de resistir, né. De ter tenacidade e resistência também no sentido da sobrevivência de que ela sobrevive e se sobrevive é porque tem assim elementos eu entendo na sua raiz né. É né, que são evidenciados pela clínica, que é especialmente a questão do inconsciente que se sustenta e que sustenta o mesmo de uma forma muito impressionante. (informação verbal)⁷⁶

Essa resistência apontada pela analista, encontra e ressoa a pesquisadora analista que aqui escreve, pois diz muito sobre a prática clínica da psicanálise, diz sobre o momento histórico que estamos vivendo, diz sobre o fazer na universidade, e diz sobre os limites entre transferência e violência. Pois resistir não é suportar, o que me leva a entender que quando a analista está suportando a escuta, após ter buscado diferentes formas de manejo, tanto a escuta, quanto a transferência já se perderam, e a partir daí, temos a incidência de possíveis violências.

Os desconfortos e estranhamentos frente a esse cenário, não foram sentidos apenas do lado profissional, é perceptível, tantos nos relatos, como na minha própria experiência clínica que para os(as) pacientes também há uma transferência colocada no espaço do consultório, que constitui não apenas uma memória afetiva, como um colocar o “corpo” em análise. Segundo a analista Hilda; “Tu falou tudo, acho que vai bem por aí, né. A memória do espaço, né. Eu acho que que é o que é o que marca”. O espaço marca, ou a presença de um corpo no espaço marca, e marca o que? Dentro de uma leitura hegemônica talvez, mas quebrando esses pressupostos, nos questionamos acerca dessa substantivação do corpo em análise, afinal que corpo é esse que se coloca em análise? Teríamos um corpo exclusivamente presencial? A

⁷⁶ Adélia. Entrevista III. [Out. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

presentificação e a substantivação do corpo como formas de ver e sentir o corpo, também acompanha o ver e sentir das violências, da transferência, pois também são atravessados pelas formas hegemônicas de pensar presença e ausência, real e virtual, causa e efeito, e culminam no entendimento da violência como substância, como física, como visível.

Hilda. Então, eu acho sim quem eh, na, quem era meu paciente vamos dizer assim é presencial e veio pro online a gente, o que eu percebi é que as pessoas quando conseguem voltar um pouquinho presencial elas ficam mais confortáveis, tá. Isso é algo que me parece no presencial, assim, nossa que bom que eu consegui vir hoje de presencial, eu fico eu fico confortável aqui, por quê? Né. Aí é uma fantasia minha, mas eu, eu acho, né. Que ah, o que a gente tem, né. Na nossa sala, o nosso divã, as pessoas que vão pro divã, né e isso de fato não tem como você substituir no atendimento online por mais que a pessoa desligue a câmera, que ela continue falando, mas assim é diferente, o é diferente, né. Agora né, pelo éhh vamos dizer assim, pelo online eu acho que como não experimentou como é tá no consultório né, e aqui presencial a coisa flui muito bem né. Eu acho que é muito mais tranquilo de fato, né. Eu, eu percebo essa variação em quem já experimentou a o contato presencial. (informação verbal)⁷⁷

Com os fragmentos acima, é possível perceber ainda uma “confusão” envolvendo a escuta analítica, o online, a transferência, e estenderia também ao campo das violências. Interrogarmos sobre isso, sobre a técnica psicanalítica não é algo novo, e como aponta Gutierrez “pode contribuir sempre para reposicionar e arejar antigas questões da clínica cotidiana, especialmente em novos cenários como foi e tem sido o dessa pandemia” (2021, p.07). Com isso, compreendemos também, que um dos pontos que se altera com a pandemia e com a migração total ou parcial dos pacientes para o online, e que pede que nos questionemos sobre, é a presença do corpo como algo de substância, de presença em sessão.

Nas entrevistas realizadas, não aparecem nos relatos envolvendo os atendimentos online sensações de vulnerabilidades ou violências associadas a ações dos pacientes (o que ainda é mais apontado é frente ao uso da tecnologia), assim, nos questionamos, o quanto as violências ainda estão associadas, ou são melhor identificadas quando associadas ao corpo físico. Ou ainda; a detecção das vulnerabilidades, e das vulnerabilidades envolvendo um corpo feminino, ainda permanece associada à uma relação com o corpo do Outro?

⁷⁷ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

5.2 TRIPÉ PSICANALÍTICO, TRANSFERÊNCIA E VIOLÊNCIAS. DO AMPARO AO SILÊNCIO; OS FUROS E VAZIOS DESSAS RELAÇÕES.

Enquanto psicanalistas, toda vez que nos autorizamos à escuta do inconsciente, estamos de alguma forma reinventando a psicanálise. A cultura, os movimentos sociais, a política, história, entre outros atravessadores, incidem não apenas sobre os(as) analistas, mas sobre as demandas que fervilham nos consultórios. Assim, é imprescindível a(ao) analista manter próximo a si os trabalhos de análise pessoal e supervisão, para não recair em interpretações engessadas. Para isso, o conhecido tripé analítico se torna fundamental, pois é composto pelo enlace da própria análise, os estudos do texto e o trabalho de supervisão, oferecendo assim, ao(a) futura analista um arsenal de ferramentas para escutar o outro.

Freud, na construção da psicanálise, refletiu em diferentes textos sobre a prática da psicanálise e a formação do analista. Em *A análise finita e a infinita*, Freud ([1937] 2017, p. 356), por exemplo, pergunta e responde a si mesmo, apontando a importância da própria análise no amparo ao desenvolvimento do/a analista. “Onde e como o pobre coitado poderá adquirir aquela habilitação ideal, necessária em sua profissão?” A resposta será: “na própria análise, com a qual começa a preparação para sua atividade futura”. A supervisão, por sua vez, não tem um *status* propriamente definido, mas situa-se, muito bem, na intersecção dos campos teóricos e práticos, pois enlaça o geral da teoria, e o singular da clínica.

Como ponto de equilíbrio nesse trabalho, o cuidado ao pensar (e realizar) o papel da supervisão e da análise pessoal antes de propor os objetivos da pesquisa, também considerei importante oferecer algumas palavras para refletir os vazios desses lugares, principalmente envolvendo os trabalhos de supervisão, pois assim como ele se apresenta sendo um forte amparo no trabalho analítico e no desenvolvimento da psicanálise como teoria e prática clínica, através da escuta das entrevistas e dos fragmentos resgatados pelas analistas das suas trajetórias, escutamos alguns arranhões provocados pelo trabalho de supervisão, e talvez até da psicanálise que ao ocupar o lugar teórico nas academias e instituições de ensino se distancia da pluralidade que cotidianamente emerge na clínica e das nuances sutis que a escuta precisa ter para se equilibrar entre os pressupostos hegemônicos que invadem, e o singular do sujeito do inconsciente que arqueologicamente se abre na clínica, nos levando

assim a perguntar, o quanto ela pode também “se atravessar” e atravessar as profissionais com esse “a mais” violento.

Segundo Emília Broide, um importante papel do dispositivo da supervisão não está em encontrar o tão desejado “o que fazer”, mas sim, colocar em primeiro plano o “não saber”, e eu diria mais, esse dispositivo precisa contribuir para identificar a hora de “parar de fazer”;

Situamos que o dispositivo de supervisão solicita, clama, pelo rompimento incessante com o espelho. A escuta do supervisor não é especular, não convoca a efeitos de imaginarização, não é um chamado ao júbilo, tampouco a rivalidade ou ao exercício de um poder que escoaria pelas vias da sugestão. (BROIDE, 2017, p.18).

Freud sustentava que a psicanálise não ficasse restrita aos médicos, mas que fosse uma prática autônoma, cuja construção do analista passasse por caminhos que fossem independentes de sua formação. Não é o diploma que autoriza o analista, mas sua análise pessoal, sua implicação em sustentar o desejo de escutar. Poder ocupar essa posição é reconhecer uma incompletude, uma falta e tecer a partir dela, linhas de sustentação. O desejo de escutar sustenta o analista, e o tripé o instrumentaliza. Para Joel Birman, portanto;

Se nos registros ético e epistemológico a transmissão da psicanálise se funda na experiência psicanalítica, baseada na intersubjetividade da transferência, a instituição psicanalítica como espaço simbólico de gestão social da transmissão da psicanálise deveria ser um lugar que sustentasse a possibilidade de reconhecimento do sujeito da diferença. Desta maneira, as instituições analíticas deveriam funcionar como espaços simbólicos que dessem respaldo para que uma prática clínica fundada no reconhecimento do sujeito da diferença pudesse ser efetivamente sustentada, pois a produção do sujeito como singularidade é o valor ético fundamental que regula a experiência psicanalítica e a produção de novos psicanalistas. (BIRMAN, 1994, p. 155).

As entrevistadas apontam e minha prática clínica reforça a importância da supervisão em diferentes momentos das suas trajetórias, inclusive nesse momento pandêmico. Fazer uso desse dispositivo, é uma forma de escutar sem tantos atravessamentos, pois ajuda a diferenciar o que é nosso, e o que é do outro. “O dispositivo de supervisão como interrogante ético e político articula-se, então, ao laço social, aos discursos vigentes, indagando os limites da clínica e da teoria, apresentando a dimensão não toda do saber, (BROIDE, 2017, p. 15). Para a analista Cora, principalmente nesse momento que o atendimento online se tornou necessário, o trabalho da supervisão foi crucial, “Eu tenho visto a necessidade em mim de manter muito

firme, né? O tripé de supervisão e a terapia pessoal porque realmente a coisa se perde, né? A gente acaba se misturando muito fácil nas histórias”, e complementa;

Cora. Bom, a supervisão foi crucial, né, casos em que ficam mais truncado a gente vem com nó imenso elas foi pra mim fundamental pra poder colocar as coisas assim dar os devidos papéis aí das personagens nesse sentido da personagens ali que compõe a análise, então o que é de fato meu, o que é de fato do outro, mas de uma maneira um pouco mais técnica, né. E a parte subjetiva haja análise pessoal pra dar conta, tem essa outra parte aí, mas nós em supervisão pra poder ter uma clareza maior sobre o caso, né. E, e refletindo, olha, né. Traz essa violenta, traz esse ataque, trouxe essa fala desta maneira, mas né. Então separar não tinha que o que que ele tá querendo te dizer, o que que aquela situação que ele trouxe, está querendo te dizer então isso de deixar um pouco mais clara, ajudar a ver a coisa de uma maneira um pouco mais distante de mim ajudava muito a conduzir o caos né. E me sentir mais segura, mas amparada. (informação verbal)⁷⁸

Adélia, também reconhece em sua prática os efeitos dos estudos aliados à supervisão, no afinamento da escuta

Adélia; Sim, eu ahhh o estudo, acho que a análise também, tu consegue captar, né. Tem uma abertura inconsciente maior ahm e lógico junto com a supervisão, mas assim através do, do estudo da técnica, a gente vê se você tem uma leitura simbólica, né. Eh essa, essa leitura ela dá, eu acho um, um respaldo importante pra gente poder nas entrelinhas já perceberam algumas coisas, né. Não que isso seja uma sentença, mas tem coisas que são muito claras, muito claras num primeiro momento, né. As entrevistas iniciais, um dos objetivos é pra isso, são pra isso, né. Nem todas as pessoas que vem procurar um psicanalista buscam uma análise. (informação verbal)⁷⁹

Quando conteúdos mais atravessadores emergem, ou tocam a analista, o movimento inicial é esse (ou deveria ser, pois não podemos pressupor que isso seja uma prática em todo(as) analistas), levar para análise, levar para supervisão, como bem exemplificado pela analista Ana;

Me dediquei aí um tempo a pensar a violência, (pausa no pensamento), eu penso bom eu tenho uma série de, de, de ideias sobre a violência, pensando em questões sociais, políticas, culturais ehnh mas quando eu me penso como uma mulher, psicanalista mais mulher, estou aí atendendo outras mulheres, mas também atendendo homens em alguns momentos eu me senti frágil ehnh e houve alguns momentos muito pontuais do meu percurso que eu senti

⁷⁸ Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

⁷⁹ Adélia. Entrevista IIII. [Out. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

medo e aí em todos esses momentos eu levei isso pra minha análise pra tentar ver.⁸⁰

Ser supervisionado é ser convocado a suportar aquilo que não sabe. Sustentar o furo, o enigma, o inconsciente, freando o ímpeto de depositar interpretações e explicações. O supervisionando;

Não dirige seu não saber, sua questão sobre um caso, ao supervisor. Neste movimento faz do outro, Outro – suporte de um endereçamento transferencial. Demanda, convocando o supervisor a compartilhar com ele suas questões, os seus tropeços, as suas dúvidas, as elaborações e as inscrições de seu trabalho, bem como as razões de sua clínica. (BROIDE, 2017, p. 15).

Quando estava escutando, transfereci com esse relato acima da analista Ana, pois ele aponta muito bem o cuidado e a implicação da profissional em não projetar, deslocar, condensar os conteúdos emergentes na sessão, com suas demandas/crenças, porém também sinaliza um perigo de captura muito grande, de acreditar/propor que “tudo” vai para análise, precisa ser resolvido ali, e caso não for, volta como sendo falha da profissional. Temos aqui a explicitação de um movimento liberal e capitalista de captura do(a) profissional analista, afinal, como ensina a ideologia liberal, a falha está no indivíduo, e não no sistema, na linguagem, política, relação, etc.

Segundo os autores Vladimir Safatle, Nelson da Silva Junior e Christian Dunker (2021), “As categorias clínicas dependem de sistemas de valores sociais exteriores à clínica” (p.06). Os autores ainda propõem que “nem todo sintoma nos faz sofrer, e nem toda forma de sofrimento é um sintoma. Determinar qual sofrimento é legítimo e qual não é, portanto, é uma questão não apenas clínica, mas também política.” (p.08), e com isso entendemos que nem todo trabalho analítico ou de supervisão vai dar conta de garantir uma escuta “limpa”, essencialmente porque nem tudo que for levado para esses espaços é uma questão de dificuldade na analista ou um ruído que precisa ser ouvido, pode ser sim, uma violência que precisa ser barrada.

Para isso, escutamos a analista Ana, relatando um momento em que sentiu medo dentro de uma sessão e além dela;

⁸⁰ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

Ana; (...) Em sessão. E teve um que eu senti medo fora da sessão e aí nesses momentos em que eu me senti com medo, antes de qualquer coisa eu fui falar disso em análise ehheh pra pra ver assim mesmo né? Porque a mulher se constituiu a, e e é atravessada por, por discursos violentos o tempo todo. Eh então eu queria saber o que era meu, né? Que enfim era uma questão minha que é aquele analisante despertava mas era meu, ou de fato eh ele tava produzindo violência, né? (informação verbal)⁸¹

Precisamos lembrar que a psicanálise é um conhecimento, uma escuta acerca de um fenômeno que não pode ser verificado, capturado, objetificado, e deve estar sempre em causa um não sabido que movimenta o desejo de saber e não capturar. E é dever dos(as) analistas, nas diferentes posições que ocupam se precaverem, como aponta o psicanalista Paulo Ceccarelli.

Para que a psicanálise, que em um primeiro momento foi libertadora ao denunciar a existência de outra cena que determina nossas escolhas objetais não se transforme em mais uma prática normativa, é necessário que os psicanalistas façam constantes incursões em seus conceitos de base para confrontá-los com os movimentos sócio-históricos. Há que levar em conta as mudanças sociais, sob pena de ficarmos arraigados a teses não mais sustentáveis na contemporaneidade e vermos a psicanálise perder sua credibilidade social. (CECARELLI, 2017, p. 143.)

Nas entrevistas escutamos que há algo dessa escuta na supervisão que escorrega, pois quando Ana leva para supervisão, após levar para sua análise pessoal, encontra algumas barreiras na sua escuta.

Ana. (...) “Também vai poder invadir e bota fogo” e eu fiquei com isso ahm fui pra supervisão e e aí essa é uma outra questão que ainda estou às voltas, com isso. Bom, fiz mais o meu supervisor. Não, vai, tenta mais uma vez, vai pra sua análise, vê o que que é isso, volta, entende, muda o horário, eu vou tentar colocar alguém lá no horário pra você não ficar sozinha, né? E foi, e eu fiz algumas sessões, fui fazendo e até que na minha análise falei, me dei conta, não eu não quero, a minha analista me questionou sobre assim que tipo de escuta você tá oferecendo, Você está privando ele de ter uma escuta porque outra pessoa vai poder escutar, você não tá conseguindo e aí eu resolvi. Bom, e aí o meu supervisor que era o diretor da escola: Peço então vamos colocar o rapaz pra atendê-lo ahmmm e aí ele não quis ser atendido pelo rapaz (...) (informação verbal)⁸²

⁸¹ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁸² Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

Quando a analista discorda da leitura do supervisor, e opta por ficar com sua questão, e a percepção de que algo a incomodava e ela não daria conta, ela faz uma escolha ética. E sobre isso, nos lembra Emília Broide;

Nesse sentido, podemos pensar a responsabilidade do psicanalista hoje quanto à transmissão da psicanálise. Esta põe em ação uma estratégia, uma técnica, uma ética e uma política, e com isso deve tensionar a produção teórico-clínica de analistas e de não analistas sem cair, por um lado, num ecletismo pouco crítico e inconsciente e, por outro, sem repetir um fechamento já vivido que experimentou uma formação burocratizada, em que a divergência era aliada do isolamento de posições e da exclusão. (BROIDE, 2017, p. 38).

Reconheço que o problema não se encontra em “não dar conta”, mas em não reconhecer isso, ou ficar sob a tutela do(a) supervisor(a), afinal, a ética profissional não se encontra apenas em seguir o código de ética (no caso da psicologia), ou em se instrumentalizar, mas sim em assumir a responsabilidade perante nosso desejo. E assumir a responsabilidade também envolve reconhecer que esse outro que nos escuta e nos supervisiona, também é atravessado pelos pressupostos sociais, e pode por vezes, não escutar, produzindo uma violência que não envolve corpo, físico, presença, mas sim uma violência que flerta com a hierarquia, o binarismo, o falologocentrismo, ou seja, a desqualificação do outro, em especial, da outra. Vamos apresentar abaixo alguns pontos da fala da entrevistada Ana apresentados anteriormente, porém, essa apresentação é extremamente importante para nossa análise na pesquisa:

Ana. Tinha lá uma questão e aí quando eu falei pro meu supervisor que eu tinha decidido que não iria mais atendê-lo o meu supervisor me contou de vários episódios que ele sabia de violência que analistas tinham sofrido ahm, ahm e ele me contou que o supervisor dele quando ele estava recém-formado, supervisor, o supervisor dele foi assassinado por um analisante na sala, o analisante entrou na sala de atendimento atirou sem que ele tivesse condição ahmm e aí eu me senti violentada duplamente, porque meu supervisor só foi me dizer isso quando eu falei não, não quero. Até então ele tava insistindo que eu não vai, vou colocar alguém ahmm eu num tava escutando o que eu tava com medo. (...), e o que me fez muito, me fez-me sentir muito mal, é, e violentada por ele, tanto que depois eu falei não, eu não vou mais atender esse homem, aí ele me conta, ele passa assim mais de uma hora me contando muitos episódios, é e aí ele fecha dizendo; bom, você não teria a menor chance. (informação verbal)⁸³

⁸³ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

Por fim, a analista respira profundamente e solta, “Ainda bem que eu escutei, me escutei”. Ao se escutar, ela pode continuar escutando os pacientes, e ao reconhecer os limites, encaminhar ou finalizar os processos. Quando questionadas sobre encaminhar, as analistas apresentam de forma interessante algo que talvez possamos, com a ajuda de Freire Costa ler como essa violência pulsante na sociedade, porém muitas vezes “invisível”. Sobre encaminhar um paciente por medo, segundo Hilda;

Olha, confesso pra você que não foi nada natural, nem tranquilo porque acho que a questão clínica quando, quando ela toca muito forte, acho que num psicanalista, né. A gente quer dar conta, né. A gente quer dar conta daquilo que a gente se propôs a fazer, que é o trabalho, né. É um trabalho, ver aquilo como um trabalho não e aí entra a transferência, né. Não é comigo, né? Não é comigo profissional, diretamente. É a forma como ele lida com as situações da vida, né. Mas eu sou humana né. Então, eu acho que a gente tem que colocar, tem que deixar isso claro também. É, é eu confesso que eu sei que não foi tão simples assim, admitir pra mim mesma que eu não ia dar conta desse caso, que ia ser muito pesado, né, até porque a gente idealiza muito, né. Que não é comigo que eu vou dar conta de tudo né. A gente não da ne, Coisa que, que conta muito esse amor nosso, né. Que aí a gente não, muita gente não dá conta de lidar com esses amores violentos que nos tocam, né. (informação verbal)⁸⁴

As analistas entrevistadas, e arriscaria dizer que muitas outras, se colocam o grande desafio de sustentar uma escuta que talvez já se perdeu, por medo de reconhecer seus limites e supostamente falhar⁸⁵. Assim, quando o paciente vai, ficam restos para o(a) analista lidar, porém quando o paciente fica mesmo sem escuta, esses restos também começam a invadir a sessão. Esse é um ponto de angústia, e bem presente nas formações, supervisões e nas análises pessoais, “quando/posso/devo encaminhar?”

Cora. eu acho que daria uma certa tela azul, até fica uma coisa de nossa né. A que ponto isso tudo chegou a partir de precisar interromper né. Por não pois não conseguir sustentar nem sei se é nesse sentido eu acho que seria mas eu acho que teria que avaliar muito bem. A princípio eu tô pensando e eu me sentiria mal, então eu tenho que interromper, porém pensar no que eu possivelmente interrompi porque aquilo tava me agredindo né. Me deixa amedrontada, tô sentindo que eu vou ficar em risco de alguma maneira pra num, é uma interrupção mais por proteção, talvez isso aliviasse um pouquinho ne passar uns cenário eu geralmente o que a gente vê são os

⁸⁴ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁸⁵ No caso, fazemos analogia com o fato de que sobre elas é colocada a necessidade do êxito, pois estamos retomando o modo de operar da ideologia liberal capitalista que atua no sentido de deslocar para o indivíduo o êxito ou o fracasso da empreitada.

pacientes né que desistem do processo. Ah, então tá bom, então eu não fico mais, não o oposto né. (informação verbal)⁸⁶

Para a analista Hilda;

Olha, (silêncio, fica em dúvida, pensando), eu não, você falando disso bem no comecinho da minha da minha trajetória na psicanálise, eu atendi uma pessoa, eu tive medo, né. De eu ter medo, né. E e aí eu dispensei, porque foi uma pessoa que tinha uma trajetória, é de vários casos de agressividade, já aí depois um uma segunda sessão ele me contou que havia sido preso, então assim eu, eu confesso que eu não tive é, vamos dizer assim, não sei se estrutura, não sei como nomear isso, mas eu, eu não consegui ehhh ficar confortável pra atender, né. Então eu acabei dispensando o trabalho com ele. (informação verbal)⁸⁷

Percebe-se que isso é tão presente, que apenas uma entrevistada relatou não se sentir desconfortável encaminhando, porém ainda em entrevistas iniciais, e por não detectar demanda de análise.

Adélia. Olha, eu fiz isso, acho que dá pra contar nos dedos. Um ou duas, uma ou duas situações em toda a minha prática profissional. Pra mim, muito tranquilo isso. Eu vi que realmente não era uma demanda de análise, era outra coisa. E simplesmente né? Não. Isso foi em em entrevistas iniciais. Tá. Não estava no processo de análise ainda. Foi antes. (informação verbal)⁸⁸

Vladmir Safatle em um texto onde, com outros autores, discute a presença do neoliberalismo como gestor do sofrimento psíquico, aponta que a nossa “liberdade é ameaçada em muitos campos pelo fato de que estamos demasiado propensos a deixar a decisão para o especialista ou a aceitar acriticamente sua opinião sobre um problema do qual ele conhece intimamente apenas um pequeno aspecto” (SAFATLE, 2021, p. 61). Com isso, entendemos que o trabalho de supervisão, assim como os cursos de formações, são imprescindíveis no amparo e construção do(a) psicanalista, mas tem acesso a apenas uma parcela do que compõe o cotidiano clínico, e com isso precisam escutar com mais abertura as nuances, o sentir de quem ocupa a posição do suposto saber em sessão. Escutar com mais abertura as mulheres, quando sentem que seus corpos foram de alguma forma invadidos pelo binarismo, pela hierarquia, pelos pressupostos hegemônicos falocentristas e

⁸⁶ Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

⁸⁷ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁸⁸ Adélia. Entrevista III. [Out. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (44 min.).

heteronormativos, pois assim como terceirizamos no dia a dia muitas decisões a “outros” especialistas, somos também, os especialistas que recebem essa terceirização. Não trabalhar localizando as dificuldades ou os êxitos apenas no indivíduo, não trabalhar localizando apenas em si, podem ser caminhos iniciais para romper com essas lógicas, e encaminhar os restos, que afinal, segundo Hilda, “sempre ficam”;

Hilda. Olha, sempre fica, né. Eu acho que o atendimento clínico ele sempre ele sempre nos deixa apreensivo né. Porque a gente nunca sabe o que que a gente vai receber de fato, né? Principalmente se a gente for tomar a a psicanálise, né. Na singularidade de cada pessoa, sabendo que aquilo que a pessoa tá trazendo pra gente não é da ordem, você não tem que confrontar com o certo e o errado, né. É a lógica do discurso que a gente tem que privilegiar e claro enxertar o conhecimento técnico, né. A estrutura, você tem que considerar tudo isso, né. Que estrutura que será essa que eu tô, né, trabalhando, enfim. (informação verbal)⁸⁹

Quando pesquisado acerca dos entrelaçamentos com a prática clínica e o campo das violências, não foi surpresa encontrar poucas produções que dialogassem acerca das vulnerabilidades da profissional, mas não tinha me questionado acerca desses diálogos na formação das(os) profissionais, seja no curso de psicologia, seja nas formações psicanalíticas, nos espaços de supervisão, e na incidência do pensamento liberal, das práticas hegemônicas, e outros pressupostos apresentados nessa pesquisa. Já avançamos e possuímos analistas, como a citada nessa pesquisa, Emília Broide (2017), que apresentam reflexões críticas sobre o dispositivo da supervisão, enfatizando;

A característica própria à supervisão psicanalítica é o reconhecimento de que o conhecimento adquirido em supervisão não é exterior à própria experiência; é produzido no seu exercício. A supervisão existe e se produz. (...) Desembaraçar, desfazer os nós que obstruem a escuta, permitindo a criação, o estilo, o improvisado, a autoria, é distinto de vigiar e controlar a prática clínica. (p. 112).

Porém, orientações básicas e talvez até mais práticas, como por exemplo, “evitar agendar os primeiros atendimentos após às 18h se atuar em prédios que fiquem vazios”, ou ainda “se sentir medo ao escutar um paciente, mesmo que inicialmente, opte por encaminhá-lo, e não apenas em caso de dificuldade com a demanda proposta”, entre outros, não compõe os discursos das formações, ainda estão pouco presentes nas supervisões e conseqüentemente são “sinais de alerta” pouco difundidos entre os(as) profissionais.

⁸⁹ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

Hilda (...) e o nosso trabalho clínico ele ocorre muito a noite, né? A gente tem uma demanda muito grande principalmente nas pessoas que que trabalham os adultos depois das 17h30 da tarde, né. Eu trabalho até umas nove, nove e meia da noite, né? Então assim, hoje eu me sinto segura, mas eu já tive muito medo e assim eu sempre tomei muito cuidado quando eu não trabalhava, aqui onde eu estou agora de não marcar a primeira consulta com alguém que eu nunca não sabia da onde vinha, se ahh mas é porque eu peguei o seu nome pelo ehheh, como é que fala por pelo tal convênio, né. Eu tinha um receio de a primeira vez eu nunca atendi a noite, né. Eu tentava colocar cinco, seis horas da tarde porque é período que eu sabia que tinha mais colegas, né, trabalhando juntas e inclusive eu tenho notícias de pessoas que sofreram mesmo o abuso, de colegas que sofreram alguns nos seus consultórios. (informação verbal)⁹⁰

Com isso, é intrigante pensar, porque falar sobre as vulnerabilidades que o corpo da(o) profissional⁹¹ “está sujeito” gera tanto desconforto. As entrevistadas compartilharam relatos envolvendo precauções, e histórias de pessoas próximas, que afetaram suficientemente a escuta para se tornar capítulo, e talvez até uma das ousadias desse trabalho; colocar em pauta os riscos e vulnerabilidades que os e essencialmente as profissionais podem ter atenção, sem que envolva necessariamente uma dúvida ou questionamentos das suas competências profissionais.

Para compreender melhor os enlaces, coloquei como pergunta na entrevista, se elas identificavam que a transferência poderia ser um caminho condutor de violências,

Cora. Uma forma de né. De se adentrar ali a nossa sessão, então eu acredito que sim, assim que ficam é um meio né. Uma via de comunicação ali pra que isso eh apareça pra que isso surja seja violenta de forma me violenta ou ou não só trazendo a temática, né. Mas acho que é só uma é uma via importante. Quais outras tem? Falando da transferência também faz eu transferir. Eu acho que essa fica mais a mais significativa. (informação verbal)⁹²

Hilda, traz uma perspectiva interessante, de quando a violência se apresenta no discurso do(a) paciente, mas não é detectada por ele(a), o que a analista pode fazer? Até onde

⁹⁰ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁹¹ Importante enfatizar que não consideramos que os riscos e vulnerabilidades que o/a profissional de psicologia tem são diferentes (maiores ou menores) que outros profissionais. É de conhecimento no nosso contexto social que professores, médicos, funcionários públicos, militares entre outros sofrem constantemente os riscos de suas profissões, ou simplesmente porque como propõe Butler enquanto corpos políticos, sociais, somos vulneráveis. Porém, consideramos importante problematizar porque isso não é ponto de diálogo, de reflexão nos meios de formação, circulando assim, nos meios informais entre os profissionais, e como podemos ver nas entrevistas contribuindo para alguns cuidados importantes.

⁹² Cora. Entrevista III. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

a profissional precisa sustentar uma posição, esperando o tempo do sujeito, de descobrir por si mesmo/a? Não é essa a pergunta desse trabalho, mas é interessante pensar quando essa sensação de ver/identificar a violência e o que fazer com isso, pode ser violenta com a analista também, afinal mesmo cuidando com a transferência e as identificações, existem atravessamentos que escapam, que afetam.

Hilda. Pra dizer que ehheh pode parecer uma violência né, para mim que faço essa leitura, mas como é que eu vou respeitar também, né. Até em nome da transferência isso, que não é algo dirigido para mim, ela tá falando naquilo que ela viveu com um pai, por exemplo, né, que pra ela pareceu natural agora. Se isso for tocado por uma relação pessoal, por exemplo ne, então encontrei um companheiro, né. Nossa, mas ele, ele vai me ver quando ele quer né. Me leva em algum lugar quando ele quer ou então não pergunta a minha opinião quando vai decidir um programa, isso aqui só uma violência também, né. Ela não, vamos dizer assim, quem é, nesse exemplo específico a pessoa não tá percebendo isso, né? Eu como analista talvez fazer essa leitura porque eu estou juntando as coisas, né? Então ela veio, mas pra ela como algo natural e nos deixa. (informação verbal)⁹³

Outro ponto, que chamou atenção, é o fato de as analistas reiterarem a questão do medo, seja ele por vivência própria, ou por “ouvir falar. Segundo Hilda “Eu nunca vivi isso, mas eu sei, tive medo disso. Talvez até por conta, né, desses relatos, olha, né, cuidado porque, né, marcaram uma primeira vez, tal hora, não tinha ninguém no consultório, a pessoa tava sozinha”. É intrigante, primeiramente porque esses relatos e essa identificação não são comuns nos debates psicanalíticos. Segundo, porque é possível detectar uma certa discrepância entre a identificação do medo, e a identificação/reconhecimento das violências.

Para entender, ou questionar isso, podemos navegar por diferentes interpretações. Uma está voltada a questões envolvendo a concepção de indivíduo, pois pode ocorrer a captura ideológica liberal das analistas, afinal, o medo é meu, vem de dentro e seria, portanto individual. No caso da violência ela seria algo que vem de fora, do outro, sendo assim mais difícil falar/reconhecer ela. Outra, mais complexa e talvez onde estaria a aposta, é a leitura que os profissionais realizam recorrendo ao conceito de estrutura, o que gera um problema analítico, pois na estrutura o tempo é sincrônico (está parado na estrutura), o que pode levantar dificuldades em reconhecer o tempo diacrônico histórico que se inscreve no social.

⁹³ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

Independente das hipóteses que possamos levantar, intriga o porquê por parte das analistas ocorre a percepção, ou consciência sobre o medo, ou ainda, a utilização do conceito de medo em detrimento do conceito de violência, sendo que para elas o medo aparece antes do reconhecimento, ou da vivência consciente de alguma forma de violência. Aparecem nas entrevistas algumas estratégias que já são praticadas no meio analítico feminino, visando uma “segurança”, uma precaução frente à vulnerabilidade do trabalho. Para Hilda, um critério é atuar em um prédio com portaria 24 horas;

Sim, olha eh a eu atualmente eu tenho um consultório que fica no prédio comercial, né? Onde tem portaria vinte e quatro horas, funciona, atualmente funciona algumas coisas comerciais também nesse nesse prédio aqui e é muito seguro, né? (informação verbal)⁹⁴

Para Ana, bloquear e interromper os atendimentos;

E aí, e aí esse rapaz esse analisante né, passou um tempo assim me mandando mensagens ainda que queria e aí eu bloqueei ele falei não, eu, eu vi que do supervisor, da escola eu não teria nenhum respaldo de segurança. (informação verbal)⁹⁵

Para Hilda, estar sempre alerta;

Então, eu acho que sinal de alerta ele pelo menos na minha a clínica, eles sempre tá presente, eles sempre me acompanha, né. Porque é algo que vamos dizer assim, não dá pra dizer, eu tô trabalhando com caso X Y logo de início né. Um é um diagnóstico que não dá pra você fazer logo de cara, né. Ele é um, um eu pelo menos penso assim que um diagnóstico ele é ao longo do todos os seus atendimentos, né. (informação verbal)⁹⁶

Estratégias para dar conta de algo, que a supervisão, a análise pessoal, a formação acadêmica não contempla. Encontramos inúmeros furos, vazios e camuflagens no que tange às relações entre psicanálise e o complexo campo das violências, principalmente, no que tange às violências na relação com o feminino, e ruídos, restos que ficam ressoando ao longo da trajetória, com possibilidades de esvaziamento, mas não necessariamente resolução.

Ana. Olha, eu nunca tinha percebido diferença né nesse episódio e aí agora com a sua pergunta eu fico me perguntando se se o que eu escuto hoje que eu noto hoje é tem, sofre efeito daquilo, né? Deu ter é, porque é muito absurdo porque, não houve nada de concreto. Houve ali uma ameaça

⁹⁴ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁹⁵ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁹⁶ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

endereçada, né. E esse e ele tentando me manter, né, como analista dele, não aceitando que eu não fosse analista dele. Não ouve nada pra além disso. (informação verbal)⁹⁷

Porém, mesmo ainda de forma muito precária e inicial, o que conseguimos ver é que a ascensão dos estudos feministas, a prática crítica da psicanálise, assim como um aumento considerável de mulheres analistas, já começam a trazer efeitos, e questionamentos, e essencialmente na compreensão de que não cabe tudo na transferência, e não se justifica a violência.

Hilda. “Então, né. Eu entendi isso como uma violência, então assim, não, não só pela minha pessoa mulher, né. Mas se a gente pensar na, na questão ehhh do todo, da cultura, saber de dizer pra você é claro que ele tava encharcado disso também quando ele falou, (...) (informação verbal)⁹⁸

Esse capítulo diz respeito à questão teórica e metodológica posta nesta pesquisa de que todos os elementos e estratégias da pesquisa não estão postos *a priori*. Ou seja, não é possível estabelecer de antemão todas as questões, perguntas, referências, que vão são analisadas e trazidas no decorrer da escrita da pesquisa e, quiçá, no transcorrer da prática clínica. Dentre os questionamentos emergentes na prática clínica que culminaram na problemática da pesquisa, esse que foi apresentado aqui, talvez figurasse camuflado ou inconsciente, afinal mesmo analisando e sendo analisada, ainda somos alvos do famigerado recalcamento, e ainda encontramos nos espaços/instituições de apoio limitações e reproduções. Escutar ainda é uma tarefa deverás ousada, e se escutar talvez ainda habite o campo do (im)possível.

⁹⁷ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

⁹⁸ Hilda. Entrevista II. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Entre o sono e o sonho,
Entre mim e o que em mim
É o quem eu me suponho
Corre um rio sem fim.
(FERNANDO PESSOA, 1942).*

O querido poeta que me fez companhia em muitos momentos dessa vivência de mestrado, traz nesses versos a essência do encontro psicanalítico. A fluidez, os movimentos, encontros e desencontros, a margem que contém e permite um percorrer infinito. O (a) analista na escuta do outro, margeia a escuta de si. Rios que se cruzam, mas não se misturam. Linhas litorâneas dividindo terra e água, com consciência, porém ainda envolvo em muitos mistérios. Assim foi ler, dissertar, escrever, entrevistar, analisar para por fim, mestrar.

Busquei ao longo dessa pesquisa escutar. Um resgate, a menina, a mulher, a analista. Um resgate aos espaços acadêmicos e à ciência, as ferramentas metodológicas e fundamentadas que tanto nos são necessárias para a produção e renovação dos saberes. Escutar analistas em suas experiências clínicas, *insights* e associações livremente produzidas no encontro com minhas perguntas, com o tema, com o momento histórico político e social que estamos vivendo. Escutar minha trajetória acessando novamente casos clínicos que já eram arquivos da memória. Escutar autores(as) consagrados(as), pelos(as) quais adentrei e com os(as) quais procurei dialogar. Escutar o vírus estranho e mortal que nos faz companhia no momento atual, pode-se dizer já há anos. Escutar a psicanálise, os estudos feministas, a sociologia, história, política. Escutar a hierarquia, o binarismo, a heteronorma, o falologocentrismo. Em resumo, escutar as vulnerabilidades presentes em nós, interpeladas no feminino pela linguagem e ações da ordem das violências. Afinal, como dizia o psicanalista Contardo Calligaris, “a psicanálise me interessa por sua capacidade de transformar as vidas e atenuar a dor”, e acrescento, me interessa por sua capacidade de colaborar para a ampliação da consciência sobre si e sobre o outro, confrontando a reprodução naturalizada dos pressupostos sociais. A psicanálise envolve o disruptivo, e somado a outros/as psicanalistas, podemos também exercer a desconstrução, problematização, organização:

O nosso percurso aqui se faz necessário para organizar a rede discursiva que torna possível a instalação da psicanálise no Brasil. Sob o risco de termos

passado rápido demais e ao largo de desdobramentos importantes que provavelmente nos levariam a outros desenvolvimentos, cabe aqui a esta altura de nossas pesquisas identificar o espectro ideológico que ronda a “psicanálise à brasileira”, que abarca desde a estratégia biopolítica de controle sobre os corpos até uma política neoliberal aparentemente crua em suas pressuposições, mas profundamente normativa na determinação de categorias clínicas e psicodiagnósticas. (SAFATLE, DUNKER E SILVA, 2021, p. 228)

No processo da produção de saberes (e sentires, quando consideramos o contexto da psicologia clínica/psicanálise), os movimentos de produzir conhecimento e repensá-los precisa ser constante, para não correremos o risco de cristalizar práticas e conceitos que não se aplicam mais da mesma forma em que quando foram criados. Os movimentos sociais produzem intensas modificações nas formas de interação/relação, e isso vai alterando a forma como a sociedade se apresenta e como os sujeitos se constituem nessa interação. Assim, entendo que é preciso desconstruir, abalar a hegemonia do discurso e do espaço de intervenção psicológica, no caso específico, o discurso e o espaço clínico hegemônicos, que são marcados historicamente por serem solitários, isolados e até descolados do social.

A transferência permeia questionamentos e levanta pontos importantes e necessários na compreensão dos sujeitos e construções subjetivas contemporâneas. Nós a encontramos como ponto de análise constante, seja nos meios acadêmicos ou clínicos, na formação do(a) analista, na escuta das patologias, no lugar ético e científico da psicanálise, na sua posição política/social. Identificamos durante a trajetória dessa pesquisa incluindo as entrevistas, que ainda perduram muitas ressonâncias de uma leitura clássica acerca desse enlace do feminino com a transferência. Tornando esclarecedor, inclusive, as dificuldades da maioria das(os) profissionais em lidar, identificar e falar sobre a transferência que a violência carrega em relação ao feminino.

Nas leituras clássicas de Freud (feminino em oposição ao masculino) e Lacan (falo como referência para leitura do feminino), sobre a transferência e o feminino, a questão principal da qual discordamos, permanece, e diz respeito à leitura sobre o que se entende por feminino e que mantém os binarismos, os essencialismos, o falologocentrismo. Assim problematizamos essa questão de a transferência emergir em muitas práticas e teorias como associada ao feminino, no sentido do feminino como enigma e do que não se consegue elucidar, bem como, do feminino como referência opositiva em relação ao falo (feminino

como não-toda). Assim, a dificuldade em lidar com a transferência carregando específica concepção sobre o feminino e sobre o masculino, explicita a violência posta no simbólico hegemônico que circula no social e que é posta também nas leituras e teorias que incorporam esse simbólico. Entendendo o simbólico hegemônico como aquele que predomina em termos do poder, porém, não é o único e nem o verdadeiro. Isto acontece, pois a concepção de feminino produzida pelo discurso hegemônico e disponibilizada no simbólico é entendida como associada a um desejo heterossexual (ou mesmo que seja homossexual), que permanece marcado pelos pressupostos do binário e da substância que ancoram a heteronorma. Também temos assim a concepção binária e hierárquica de que o masculino está para o feminino e o feminino está para o masculino em posições assimétricas. Importante salientar que as discussões postas em muitas leituras feministas e de gênero, também mantêm essa leitura binária e hierárquica, onde o gênero permanece marcado pelo binário e pela substância. Judith Butler e outras autoras e autores pós-estruturalistas questionam essas leituras sobre o gênero e procuram tirá-lo da oposição simbólico/biológico e da oposição que procura sustentar o gênero na naturalidade, continuidade e origem.

Entendemos nesse trabalho que a concepção hegemônica que atravessa a nossas formas de subjetivar propõe que somos constituídos por uma identidade, “por *um mesmo* que se mantem estável e cognoscível no decorrer do espaço e do tempo”. Porém, a subjetividade corresponde a uma perspectiva universal do humano ao mesmo tempo que corresponde à singularidade da experiência. Em outras palavras, “reconhecer no outro o universal da sua condição humana, mas também o singular da sua experiência e da sua vida, implica em considerar a diferença e a *mesmidade*, o universal e o singular, que o constituem (SOUZA, 2021, p. 75). Assim, ouvi as analistas em sua singularidade, tendo ciência dos atravessamentos universais presentes nos seus discursos e tendo alguns cuidados, dentre eles, procurando não romantizar as falas, não cair na naturalização das violências, não pensar nelas apenas de forma física, ou até substancial, mas sim problematizar essa violência que não se escuta, e talvez nem se percebe, mas que assim como acontece com o inconsciente, está lá!

Outro cuidado que procurei ter foi acerca do acolhimento. Como psicóloga e psicanalista, entendo que acolher ao oferecer escuta, é um importante gesto para a transferência e assim, para a associação livre, além de propiciar um compartilhar íntimo e

reflexivo de si e das histórias escutadas até então, afinal, como proposto ao longo da dissertação, falar (e escrever) também contribui para a escuta e escrita da própria história.

Ana; uma experiência interessante porque como falar faz como a gente, produz enquanto fala mesmo né? Porque as coisas que eu falei aqui, são coisas que já, claro, já falei minha análise, já falei em supervisões, já me pus a pensar mas algumas das suas questões eu nunca tinha me feito, por exemplo está cê já. Experimentei isso, mal estar atendendo mulheres, né? Eu nunca tinha parado pra pensar nisso que bom poder ser me questionar, né? Pensar sobre isso é uma experiência muito muito interessantes, muito me faz questionar. Me põe a me me questionar. (informação verbal)⁹⁹

Escutar esse singular, atravessado pelo social, é entender que, como propõe Freud, no início do texto “Psicologia das massas e análise do eu” não é possível, nem desejável pensar no sujeito, nem na teoria, nem na prática, como recortados do social.

É certo que a psicologia individual se dirige ao ser humano particular, investigando os caminhos pelos quais ele busca obter a satisfação de seus impulsos instintuais, mas ela raramente, apenas em condições excepcionais, pode abstrair das relações deste ser particular com os outros indivíduos. Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e, portanto, a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado. (FREUD, 1921, p.11).

Ou seja, o trabalho de escuta comprometido com a inserção social, histórica, econômica do(a) profissional e do/as pacientes pode ser realizado tanto em um espaço institucional quanto em um espaço de consultório, ou, ainda, em lugares que extrapolem as quatro paredes. É a referência teórico-metodológica adotada pelo profissional que sustenta o seu compromisso com o social na escuta do outro, e não o lugar espacial que ele ocupa. Assim, a partir das entrevistas e dos estranhamentos relatados pelas analistas com a mudança do espaço, concluímos que a psicologia, assim como a psicanálise, precisam se atentar à flexibilização do *setting*, do cenário espacial em que se encontram e potencializar tanto o acesso aos seus serviços como romper com lógicas hierárquicas que ainda hoje delimitam não só seu alcance, mas o seu potencial transformador.

Ao longo dessa pesquisa, foi proposto pensar acerca de sujeitos singulares inseridos em uma rede social complexa e hierarquizada. O cuidado para pensar o feminino, a mulher, sem cair em leituras identitárias foi constante. Pensar dentro da psicanálise é pensar nos sujeitos filosoficamente, antropologicamente, historicamente e socialmente.

⁹⁹ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

Para a psicanálise freudiana o indivíduo não pode ser visto como uma mônada, pois, concomitantemente a sua natureza sexual, Freud postulou também sua natureza relacional na medida em que o indivíduo não tem como não manter uma relação vital com os demais humanos desde o início de sua vida e dos quais guardará uma memória inconsciente. Tal fato o torna um ser histórico e depositário da própria história, o que explica que o tratamento da alma proposto por Freud tenha aberto um novo campo para a apropriação subjetiva. (KOLTAI, 2012, p. 34)

Assim, é possível concluir que fazer o recorte de escuta de analistas mulheres foi imprescindível, pois esse corpo que se apresenta para escuta é ainda hoje atravessado pelos diferentes marcadores sociais, e tem no binarismo, na hierarquia, no falologocentrismo e na heteronorma uma “autorização” de violência ainda atuante. Também se conclui que as analistas na escuta do inconsciente podem escorregar para a captura pelas matrizes identitárias, e identificar com mais “facilidade” a violência do masculino para o feminino, o que não ocorre, aliás, não aparece nos seus discursos, quando envolve o feminino/feminino. Isso reforça nossa proposição, de que a violência não está posta apenas do masculino para o feminino, ou que não trabalhamos exclusivamente com a violência de gênero no sentido do feminino idealizado. Entendemos que o falologocentrismo e a heteronorma afetam a todos, homens e mulheres, e o binarismo contribui para manter a margem possíveis excessos praticados por pacientes mulheres, pois o fato disso não ser identificado, diz mais sobre a invisibilização, do que sobre a sua inexistência.

Nos últimos anos, também devido às lutas dos movimentos sociais e à ascensão do feminismo, que tirou os véus (religiosos, profissionais, culturais e outros) e deu nome às violências outrora disfarçadas de pecado, rebeldia, loucura, tornou-se possível falar e encontrar ressonância, porém, dentro dessa luta cotidiana, é comum ainda ouvirmos questionamentos acerca da veracidade dos medos e inseguranças sentidos. As entrevistas com as analistas nos mostraram a identificação desses sentimentos, porém sem associação direta com alguma violência. Percebemos que a leitura acerca desses sentimentos ainda está muito localizada na vulnerabilidade, como algo do sujeito. “Eu me exponho ao um risco se atender um paciente após as 18h com o prédio vazio. Essa individualização e localização da questão deposita sobre os corpos femininos uma lógica violenta e opressora por si só, e ainda potencializa a naturalização das violências, desconsiderado a possibilidade de uma invasão, uma intromissão do/pelo outro. É o excesso que nos captura nessa relação violenta.

No espaço clínico, na psicanálise, nos exemplos compartilhados ao longo dessa dissertação, é possível reconhecermos que a sedução entra em cena atravessando a transferência clássica; porém, ao problematizarmos a transferência atravessada pela cultura, perguntamos sobre esse masculino que se autoriza a seduzir o feminino a partir do excesso. Assim, essa sedução vem acompanhada do excesso, do “a mais”, pois, extrapola o simbólico e caminha para o ato, extrapola o cenário clínico, extrapola o contexto analítico, o *setting*, o manejo.

Para nós foi importante apontar uma leitura mais ampla do campo das violências, reconhecendo o que propõe Jurandir Freire Costa como sendo um excesso, um excedente para as capacidades de elaboração do sujeito e totalmente desnecessária para o seu desenvolvimento. Também identificamos que a violência envolve um desconhecido, ainda muito associada ao masculino e ao corpo, as analistas se pautam em características e sentimentos familiares socialmente construídos para prevê-la ou se prevenir dela, mas algo escapa, deixa rastros e estimula a livre associação durante as entrevistas, produzindo questionamentos acerca de outras violências emergentes e presentes, ainda não nomeadas. O que foi nomeado foi a vulnerabilidade, que nas falas foi associada ao que chamamos de medo, reforçando inclusive a dificuldade de localizar as violências ou nomeá-las de forma mais complexa/diversa.

Entendo que é constante o movimento de dar uma resposta a essas questões, mas proponho justamente o questionamento crítico delas e de como elas se apresentam na sociedade, em específico a sociedade brasileira, que tem inúmeras marcas em sua história que não só desvalorizam, como silenciam as violências vividas pelas mulheres, principalmente quando essas são apontadas por elas mesmas. A mulher sempre foi vista carregada de excessos, sejam eles excessos de sexualidade, loucura, sentimentalismo, entre outros. Quando uma mulher reclama, isso já é excessivo e passível de questionamento, “lá vem o mi mi mi novamente”, o exagero. Qualquer reclamação em termos de desigualdade, vulnerabilidade, violência é instantaneamente questionada, silenciada ou justificada, e esse trabalho não ficou ileso dessas tentativas, onde por diferentes vezes precisei justificar e sustentar a posição de que a pergunta dessa pesquisa vem da minha trajetória e experiência clínica, e não compõe apenas o excesso de uma analista mulher. Assim, não acredito que o que essas analistas, escutadas na pesquisa, assim como outras que compartilharam suas vivências em diferentes

encontros acadêmicos/clínicos, mas que não ocuparam formalmente a metodologia dessa pesquisa, relatem apenas um “a mais”, mas sim, um processo sócio-histórico que é capturado pela racionalidade, substantivado, interpretado, hierarquizado e repetidamente silenciado. Afinal, temos como natural o discurso do excesso na queixa das mulheres. Porém, retomo, ênfase e sustento que isso precisa ser considerado no manejo clínico, inclusive por considerar que é importante na psicanálise trabalhar justamente com seus fundamentos, onde as categorias analíticas se expressam/constroem no/pelo encontro do sujeito com o discurso.

Aliado a essas questões presentes na história do Brasil, temos a presença cada vez mais constante do online, que assim como a pandemia invadiu não apenas os últimos anos das nossas vidas, como essa dissertação. Trouxe medo, desconforto, e angústias, evidenciando a vulnerabilidade presente desde sempre em nós, porém camuflada ou ignorada. Foi preciso lidar, realizar o luto e encontrar formas de seguir, resignificando a prática, o *setting*, a transferência, e o complexo campo das violências, que de forma insistente não cessa de se reatualizar. E novamente podemos ouvir a presença do exagero, do desqualificado, da falta de manejo se misturando às escutas clínicas e confrontando, o que pode, o que é e o que deveria ser considerado violento.

Considero que a riqueza desse trabalho, está na escuta realizada das analistas mulheres e na verbalização da presença desse excesso, identificada na prática clínica, na escuta das entrevistas, nas reverberações desse trabalho quando apresentado em congressos e demais eventos, e nas conversas informais nos encontros “psis” da vida. Na clínica é habitual nos depararmos com a cristalização das experiências e dos sofrimentos, um certo “conformismo” frente às violências reconhecidas, e uma desconexão do questionamento frente à existência de diferentes formas de expressão destas, fruto não apenas de sua incompreensão, mas também do absolutismo, da *mesmidade*, da objetificação dessas como única possibilidade, único reconhecimento. Assim, em consonância com a analista Ana, reforço a importância da psicanálise se abrir para essas singularidades que são/estão atravessadas pelos discursos sociais;

Ana. Eu fico feliz, fico feliz de poder ter contribuído. E acho que é um tema muito importante, a gente é, é, é, eu penso que a psica, não posso falar a psicanálise como um todo né, mas via de regra, a psicanálise fecha um pouco

os olhos pra questão de gênero, coloca num lugar de um discurso subjetivado, e tem também né, mas... (informação verbal)¹⁰⁰

Por fim, concludo que é inquietante. A psicanálise enquanto teoria, o recorte das pessoas que se reconhecem como mulheres, o ser mulher, o ser psicanalista, pesquisadora, mulher. Nesse emaranhado, escutar relatos de vivências cotidianas para ter como fonte analítica e a partir delas trabalhar os conceitos, soa tão disruptivo no meio acadêmico, e tão conectivo no clínico. Nessas angústias, a chamada foi recebida do outro lado e a gravação iniciada, começaram as entrevistas. Nessas inquietações, os casos clínicos foram escutados, lidos e reescritos, começaram as análises. Nessas inquietações, as aulas foram assistidas, os livros lidos, os artigos apresentados, o mestrado percorrido. Nessas inquietações, a conclusão abdica do ponto final e deixa em reticências a continuidade dessas reflexões, dessa escuta, dessa resistência, afinal infelizmente (ou felizmente) ainda não conseguimos realizar as palavras do poeta Paulo Leminski, que como nós desejou “no fundo, no fundo, bem lá no fundo, a gente gostaria de ver nossos problemas resolvidos por decreto”. (2013).

¹⁰⁰ Ana. Entrevista I. [Set. 2021]. Entrevistadora: Rosana Maria Schwerz. Florianópolis, 2021. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRECHT, Fernanda. SOUZA, Mériti de. Habitar a Diferença: Jacques Derrida, alteridade e possibilidade para a clínica. In DESIGUALDADE, DIFERENÇA, POLITICA: ANÁLISES INTERDISCIPLINARES EM TEMPOS DE PANDEMIAS / Mériti de Souza (org.) - 1ªED. Curitiba, Appris. 2021. 227p.

ANDRÉ, Jacques. **Jean Laplanche**. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 761-765, dezembro 2012.

ARÁN, Márcia. **A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero**. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. IX, n. 1, p. 49-63, 2006.

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1985. Disponível em: <http://pavio.net/download/textos/ARENDDT,%20Hannah.%20Da%20Viol%C3%Aancia.pdf> >. Acesso em: 21 out 2019.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. 1906-1975; Trad. André de Macedo Duarte. – 13ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade** / Marc Augé, tradução de Maria Lúcia Pereira, Campinas – SP, Papirus, 1994. (Coleção Travessia do Século). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/288462/mod_folder/content/0/Doc%2012-03-2015%2018-29%20Marc%20Aug%C3%A9%20-%20%20nao-lugares.pdf?forcedownload=1 . Acesso em 30 jan. 2021.

BARATTO, Geselda. **Genealogia do conceito de transferência na obra de Freud**. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 228-247, 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282010000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 nov. 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Vol. I. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/03/beauvoir-o-segundo-sexo-volume-11.pdf>>. Acesso em: 21 out 2019

BELO, Fábio. Os efeitos da violência na constituição do sujeito psíquico. *Psychê*, vol. VIII, núm. 14, jul.-dez; 2004, pp. 77-94; Universidade São Marcos. São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30701405>. Acesso em 21 mar 2021.

BELO, Fábio. **Clínica psicanalítica on-line: breves apontamentos sobre atendimento virtual**. São Paulo: Zagodoni, 2020.

BENTO, Berenice M. A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BIRMAN, Joel. Psicanálise, ciência e cultura. Pensamento freudiano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994

BROIDE, Emília Estivalet. A supervisão como interrogante da práxis analítica: do desejo de analista e a transmissão da psicanálise. 2017. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BUTLER, Judith. 2019. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica. 189 pp.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Actosperformativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). Gênero, cultura visual e performance. Antologiacrítica. Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011.

BUTLER, Judith. 1993. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. London: Routledge.

BUTLER, Judith. *Precarious life*. London: Verso, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BUTLER, Judith. **Variações sobre sexo e gênero. Beauvoir, Wittig e Foucault**. In: BENHABIB, S. e CORNELL, D. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 139-154

CASTRO, Suzana de. O papel das escolas no combate às masculinidades tóxicas. *Revista Aprender*, Vitória da Conquista, n. 20, 2018, p. 75-82.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Agressividade, Trabalho de cultura e violência. In: **Psicanálise na vida cotidiana 2**. Andrade, E; Freitas, V; Ceccarelli, P. (orgs). Bom Despacho: Literatura em cena, 199-226, 2020.

CECCARELLI, Paulo Roberto. Psicanálise, sexo e Gênero: Algumas Reflexões in *Diversidades: Dimensões de Gênero e sexualidade*. Rial, C.; Pedro, J.; Arende, S. (Org.) Florianópolis: Ed. Mulheres, 269-285, 2010.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Por que Laplanche?** In: *Percurso*, 56/57, jun./dez. 2016.

CHAUI, Marilena. **Ética e Violência no Brasil**. Revista Bioethikos- Centro Universitário São Camilo – 2011. 5(4):378-383.

CONÇEIÇÃO Evaristo. Poemas da recordação e outros movimentos. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

CONNELL, Robert W.; Messerschmidt, James. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito (2013). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 21, p. 241-282.

CALLIGARIS, Contardo. **Cartas a um jovem terapeuta: o que é importante para ter sucesso profissional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COSSI, Rafael Kalaf. **Para uma representação não patriarcal do feminino**. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 9, n. 3, p. 152-156, dez. 2018.

COSTA, José Fernando Andrade. Porque ler Jessé de Souza? **RESENHA** • Rev. bras. Ci. Soc. 35 (102) • 2019/2020.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

COSTA, Raul Max da. (2019) **Freud e a escrita da história clínica: um encontro entre psicanálise e historiografia**. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, n. -8, p. 11, 2019. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2019/12/07/n-8-11/>>. Acesso em: 08 nov. 2020.

DEMETRI, Felipe Dutra. **Corpos Despossuídos: Vulnerabilidade em Judith Butler**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193638/PPSI0807-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y> . Acesso em: 27 fev. 2021.

DERRIDA, Jacques. A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas. In: **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 229-249.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DERRIDA, Jacques.; ROUDINESCO, Elizabeth. **De que amanhã – diálogo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. (p.01 a 47). Disponível em: <http://www.lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Elisabeth-Roudinesco-e-Derrida-De-que-amanha.pdf>. Acesso em: 10 fev 2021.

DUNKER, Christian. **O palhaço e o psicanalista: Como escutar os outros pode transformar vidas**. Christian Dunker, Cláudio Thebas. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. 256p.

FAVERO, Ana Beatriz. **Os destinos da sedução em Psicanálise:** Estudo sobre a sedução em Freud, Ferenczi e Laplanche. PUC Rio. 2004. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=4638@1>. Acesso em: 03 mar 2021.

FIGUEIREDO, Luís C; MINERBO, Marion. **Pesquisa em Psicanálise:** algumas ideias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, n.39, p.257-268, São Paulo, 2006.

FREUD, S. (1996c). A dissolução do complexo de Édipo. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 19 [CD-ROM]). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1924)

FREUD, S. (1987). Linhas de progresso na terapia analítica In: FREUD, Sigmund. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, (Rio de Janeiro: Imago, v. 17, p. 171-181. (Trabalho original publicado em 1917-1919).

FREUD, S. (1996a). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 19 [CD-ROM]). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925)

FREUD, S. (1912). A dinâmica da transferência. IN: FREUD, Sigmund. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Edição standard brasileira, Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, pp. 111-119.

FREUD, S. (1914) Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, pp. 193-203. (Edição Standard Brasileira, Vol XII.

FREUD, S.. “O Inquietante” In: **História de uma neurose infantil: (O homem dos lobos): além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. Volume 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. “O estranho”. In : Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917 – 1918). Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 17. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 233/269.

FREUD, S. (1925-1926/1996). Inibição, sintoma e angústia. **Obras completas**, ESB, v. XX. Rio de Janeiro: Imago

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1929-1930). In:_____. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XI, p. 73-171. Edição Standard Brasileira.

FREUD, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos** (1920 – 1923). Obras completas vol. 15. Companhia das Letras. editoraschwarzltda. 2011.

FREUD, S. (1913). Totem e Tabu. In: **FREUD, S.** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 13. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 11-125.

FREUD, S. (1912) Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In: **Obras Completas**, v. 10. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Original publicado em 1912.

GOMES, M, A.; CORREA, A. L. ; GUERRA, A. S. ; CORREA, B. ; NASCIMENTO, V. ; FAVARETTO, V. M. . **Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** o curso de capacitação como um dispositivo clínico e político. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019. v. 1. 389p.

GOULART, Audemaro Taranto. **Notas sobre o desconstrucionismo de Jacques Derrida.** Programa de Pós-Graduação em letras literaturas de língua portuguesa. PUC Minas Gerais. 2003. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagadb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20121011175312.pdf . Acesso em 02 fev. 2021.

GROSSI, Miriam. P. (2004) Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, v. 75, n. 1, 1-37.

GUTIERRES, Luciana P. Venturini (2021) Interrogações sobre a técnica psicanalítica em tempos de pandemia: rituais possíveis no trabalho de luto. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, n. -11, p. 11, 2021. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2021/07/07/n-11-11/>>.

LACAN, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: Lacan, J. *Outros escritos* (PP. 248-264). Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1968).

LACAN, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: Lacan, J. *Outros escritos* (PP. 248-264). Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1968).

LACAN, _____. (1988) O seminário. Livro 11. Os quatro conceitos da psicanálise, 1964. Rio de Janeiro. Jorge Zahar editor

LAGO, Mara Coelho de Souza. **A Psicanálise nas ondas do feminismo.** Programa de Pós-graduação em Psicologia UFSC. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1350> . Acesso em: 05 fev 2021.

LAGO, Mara Coelho de Souza, WOLFF, Chistina Scheibe. **Masculinidades, diferenças, hegemonias.** Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 233-240, janeiro-abril/2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/13.pdf> . Acesso em: 09 mar 2021.

LAPLANCHE, Jean. (1980). *Problématiques II: castration, symbolisation*. Paris: PUF.

LAPLANCHE, Jean. Implantación, Intromisión. In **La prioridad Del otro em psicoanálisis. Primeira Edição**. Amorrortu Editores. Argentina. 1996. **208pg.**

LAPLANCHE, Jean. *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. Tradução Dóris Vasconcelos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean Bertrand. **Vocabulário da psicanálise** (4a ed., D. Lagache, Direção; P. Tamen, Trad.) São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEMINSKI, Paulo. *Toda Poesia*. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LISPECTOR, Clarice. *A Legião Estrangeira*. Rio de Janeiro: Editora de Autor, 1964.

LISPECTOR, Clarice. *Correspondências*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002. 331 p.

LISPECTOR, Clarice. *Perto do coração selvagem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. (1ª ed. A Noite, 1943).

MEZAN Renato, **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, 39(70): 227-241, jun. 2006.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. Dossiê Gênero, família e globalização. *Sociologias*(21). Jun 2009. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008>

OLIVEIRA, Luciano Lima de; FONTENELE, Laéria. As concepções de masculino e masculinidade consoante Freud e sua consideração a partir da escuta de homens penectomizados devido a câncer. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 167-188, abr. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 dez. 2021.

PEDROSO JÚNIOR, Neurivaldo C. **Jacques Derrida e a desconstrução**: uma introdução. *Revista Encontros de Vista*, n. 5, p. 9-20, jan./jun., 2010. Disponível em: http://encontrosdevista.com.br/jan_jun10.html. Acesso em: 02 fev. 2021.

PESSOA, Fernando. *Poesias*. 15. ed. Lisboa: Ática, 1942. 18-9-1933.

PETHERBRIDGE, Danielle. O que há de crítico na vulnerabilidade? Repensando interdependência, reconhecimento e poder. Teoria crítica e feminismo. Volume 1, Número 2, Dezembro/2017 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

PRADO, Adélia. *Bagagem*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

QUINET, Antônio (2020). *Entre o inconsciente e a cultura: o sujeito*. Livro: *Gênero*. Editora: cult e autentica. São Paulo.

QUINTANA, M. *Poesia completa*. São Paulo: Nova Aguilar, 2005.

RODRIGUES, Carla. **Coreografias do feminino**. Florianópolis: Mulheres, 2009.

RODRIGUES, Thalida e BELO, Fábio. **Processos de Subjetivação em Butler e Laplanche**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503868706_ARQUIVO_PROCESSOSDESUBJETIVCAOEMBUTLERELAPLANCHETHALITAefabio.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

ROSA, Miriam Debieux. **A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica**. Revista *Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 329-348, set. 2004.

ROSA, M. D. e DOMINGUES, E. (2010). **O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação**. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a21.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SAFATLE, V., DUNKER, C., JUNIOR, N. d. S. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. 2021. Brasil: Autêntica Editora.

SANTOS, Manoel Antônio dos. **A transferência na clínica psicanalítica: a abordagem freudiana**. IN: *Temas psicol.* Vol.2, nº 2; Ribeirão Preto, ago. 1994, pp. 13-27. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v2n2/v2n2a03.pdf>>. Acesso em: 21 out 2019.

SCHUCMAN, L. V. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana**. *Psicol. Soc.*, 26 (1), Abr .2014.

SILVA JUNIOR, Jurandyr Nascimento; BESSET, Vera Lopes. **Violência e sintoma: o que a psicanálise tem a dizer?** . *Fractal, Rev. Psicol.* Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 323-336, Aug. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922010000800008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 mar 2021.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, (2000). Editora UnB.

SOUZA, Jessé. (2003), **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte, Editora UFMG.

SOUZA, Mériti de. **Cordialidade, violência, recalcado**: entrelaces na história brasileira e nas práticas psicológicas. In: Mériti de Souza, Francisco Martins, José Newton Garcia de Araújo (org.). **Violências e Figuras subjetivas: Investigação acerca do mal incontrolável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

SOUZA, Mériti de. Vazio, feminino e restos. In: Mériti de Souza, Francisco Martins, José Newton Garcia de Araújo (Orgs). **Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

SOUZA, Mériti de; LANGARO, Fabíola. **Desconstruir para problematizar matrizes identitárias**. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 568-581, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 maio 2020.

SOUZA, Mériti de. **O Vírus como metáfora**: Linguagem, subjetividade, conhecimento. In *Desigualdade, diferença, política: Análises interdisciplinares em tempos de pandemias/ Mériti de Souza (org.) - 1ªED*. Curitiba, Appris. 2021. 227p.

WARE, V. (Org.). *Branquidade, identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond. 2004.

WELZER-LANG, Daniel. A Construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*. n. 15, p.460-482, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Área de concentração 2 – Psicologia Social e Cultura
Linha 2 – Processos de subjetivação, gênero e diversidades

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a), você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), de uma pesquisa que está pautada na Resolução nº 510/16, de acordo com o CNS (Conselho Nacional de Saúde). Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, poderá aceitar ou não fazer parte do estudo. Caso aceite, poderá desistir de sua participação a qualquer momento, sem ter que apresentar nenhuma justificativa ou motivo, podendo fazê-lo inclusive por telefone. Em caso de recusa ou desistência, você não será penalizado(a) de forma alguma. Se concordar em participar, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua, e a outra é do pesquisador responsável. A identidade dos(as) participantes será mantida em absoluto sigilo, e os dados serão arquivados sob a responsabilidade do pesquisador e eliminados após cinco anos.

Título do estudo: *Se fere a escuta, pode ferir a psicóloga?* Os enlaces entre transferência e violência.

Pesquisadores responsáveis: Rosana Maria Schwerz – Mestranda em Psicologia vinculada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa

Catarina, **Profa. Dra. Mériti de Souza** – Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Contatos:

E-mails: schrosana@hotmail.com, meritisouza@yahoo.com.br

Contato telefônico direto com o pesquisador: (49) 99176-3240

Endereço institucional: Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-900.

Referente ao CEPESH/UFSC: O CEPESH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. **Endereço:** Prédio Reitoria II, 4o andar, sala 401, localizado na Rua Desembargador Vitor Lima, no 222, Trindade, Florianópolis. **Telefone para contato:** (48) 3721-6094.

Pretende-se, por meio da pesquisa, ampliar o conhecimento acerca das temáticas envolvendo transferência, violências e prática clínica, compreendendo não a transferência como algo violento, mas como possível condutor das violências postas na rede social, como heteronorma e falocentrismo. O estudo tem por objetivo primário analisar as repercussões das violências direcionadas à figura feminina que se encontram presentes na linguagem e nas práticas sociais e se manifestam na clínica, de forma específica, na transferência direcionada à analista.

A pesquisa será realizada por meio de entrevistas *on-line* com profissionais mulheres que se reconhecem como psicanalistas e atuam com a prática clínica há mais de cinco anos. As entrevistas serão gravadas em áudio; os nomes ou quaisquer dados que possam identificar as(os) participantes não serão usados.

A pesquisa poderá suscitar algum desconforto à profissional psicanalista a partir da vivência subjetiva diante de questões relativas à sua prática clínica, transferência e ao conceito de violências e, nesse caso, a pesquisadora procurará minimizá-lo, visto que sua

formação em Psicologia inclui preparo para o manejo de tais situações. Dessa forma, será garantida a assistência e o acompanhamento psicológico em todas as etapas desta pesquisa.

Portanto, caso sinta algum tipo de desconforto ou constrangimento no decorrer da pesquisa e não queira mais participar, a pesquisadora compromete-se a interromper a sua participação. Lembrando ainda que você tem total liberdade para desistir de participar da pesquisa a qualquer momento. Dessa forma, neste documento estão sendo disponibilizados meios para que você entre em contato para quaisquer esclarecimentos e para solicitar a sua exclusão da pesquisa, caso seja necessário.

Fui esclarecida(o) de que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Estou ciente de que, caso eu tenha dúvidas ou me sinta prejudicada(o), poderei contatar a pesquisadora pessoalmente ou por meio do telefone (49) 99176-3240. Também foi garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Fui esclarecida(o) de que não terei nenhuma despesa advinda de minha participação na pesquisa, bem como não terei qualquer compensação financeira. Fui esclarecida(o) de que caso eu tenha algum prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa, poderei solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente e amplamente consubstanciada. Além disso, se houver custos referentes à participação, eles também serão custeados pelo pesquisador. Os dados fornecidos serão confidenciais, os nomes dos participantes não serão identificados em nenhum momento e o livre acesso às informações da pesquisa e dos dados coletados será garantido pela pesquisadora – Rosana Maria Schwerz – e/ou pela orientadora de pesquisa – Profa. Dra. Mériti de Souza. As informações serão utilizadas para elaboração de tese de mestrado e na publicação em livros, periódicos ou divulgação em eventos científicos.

Caso decida participar da pesquisa, você irá assinar este Termo de Consentimento em duas vias de igual teor. Fica garantido o recebimento de uma via deste documento e a indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Eu, _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa referente ao projeto intitulado “**Se fere a escuta, pode ferir a psicóloga?** Os enlaces entre transferência e violência.”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para a realização da pesquisa.

Cidade: _____ Data: _____

Assinatura da Participante _____

Assinatura da Pesquisadora

Rosana Maria Schwerz

Assinatura da Orientadora de Pesquisa

Profª. Dra. Mériti de Souza.

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH-UFSC Prédio Reitoria II, R:
Desembargador Vitor Lima, no 222, sala 401 Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400.
Contato: (48) 3721-6094 – cep.propesq@contato.ufsc.br

ANEXO 2 – Roteiro de Questões para Entrevistas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Área de concentração 2 – Psicologia Social e Cultura
Linha 2 – Processos de subjetivação, gênero e diversidades

Entrevista com psicanalistas mulheres:

1. Como você percebe a relação paciente/ analista nos dias atuais?
2. Como você entende a transferência no geral da clínica, e na sua prática clínica?
3. Como você entende a questão da violência no geral? E na prática clínica, você entende que pode ocorrer violência? De que forma?
4. Você já vivenciou alguma situação que lhe gerou sensação de vulnerabilidade ou medo em sessão clínica?
5. Você identifica dificuldades no atendimento de pacientes, ou mesmo situações que você vive como violentas, com pacientes que se reconhecem como homens? E com pacientes que se reconhecem como mulheres?
6. Você já identificou algum tipo de violência direcionada a você pela/o paciente, que transbordou a relação transferencial?

ANEXO 3 – Parecer Comitê de Ética

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Se fere a escuta, pode ferir a psicóloga? Os enlaces entre transferência e violência.

Pesquisador: MÉRITI DE SOUZA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 44691021.2.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.619.650

Apresentação do Projeto:

Dissertação de mestrado de Rosana Maria Schwerz do Curso de Pós Graduação em Psicologia, orientada por Mériti de Souza.

Estudo retrospectivo e prospectivo, com previsão de 5 participantes.

Critérios de inclusão: Ser profissional que atua dentro do referencial psicanalítico, ou que se reconhece como psicanalista, mulher e atuar com atendimento em clínica/consultório há mais de 5 anos, no estado de Santa Catarina.

Critérios de exclusão: Ser profissional masculino, atuar com outras abordagens da psicologia e ter menos de 5 anos de prática clínica.

Os participantes serão submetidos a: entrevistas semi-estruturadas.

RESUMO

Buscamos na realização dessa pesquisa a produção de reflexões acerca dos campos da transferência e violências envolvendo a figura da analista mulher na prática clínica que utiliza o pressuposto da transferência. Essa pesquisa tem como mobilizador a vivência prática da

pesquisadora e a percepção que a psicologia clínica e a realidade social precisam estar próximas e em constante diálogo. Assim, analisamos as repercussões de linguagens e práticas violentas direcionadas à figura feminina que se encontram presentes na rede social e se manifestam na transferência na clínica exercida por mulheres. Trabalhamos com o pressuposto de que a heteronormia e o falocentrismo atravessam os discursos e práticas presentes na rede social, os quais, por sua vez, atravessam a transferência na prática clínica praticada por mulheres. Com o método da pesquisa em psicanálise, serão realizadas entrevistas on-line com mulheres analistas a fim de obter suas percepções acerca dos entrelaçamentos entre transferência e violência, através da escuta flutuante, associação livre e da transferência. Compreendendo que a transferência é um elemento chave na psicanálise e entrelaça a todos/as em diferentes formas de interação social, assim como as violências, nos interessa entender como isso se apresenta na clínica. Em palavras simples, entendemos que a transferência é um processo que não se vincula a violência, porém, ela pode “carregar” resquícios de violência para os envolvidos no processo transferencial considerando a heteronormia e o falocentrismo e o contexto da prática clínica exercida por mulheres. Essas reflexões se fazem relevantes para os campos da psicanálise, psicologia, gênero e outros, pois visam aproximar o diálogo e reler conceitos já consolidadas historicamente, além de problematizar os atravessadores do falocentrismo, heteronormia na prática clínica. Para isso passaremos por autores que promovem esse diálogo, como Freud, Butler, Jurandir Freire Costa, Laplanche entre outros. A complexidade da relação que se estabelece entre as teorias de gênero e a psicanálise, assim como se apresentam na rede social falocentrada e heteronormativa, atravessam o viver, o relacionar, o psicanalisar e o clinar. As vivências recontadas e depositadas nesse espaço (clínico) são do sujeito que ali se apresenta, mas também do social que o constrói. Compreender os enlaces disso com a transferência é necessário, assim como problematizar, o desejo, as pulsões e a rede social e simbólica de práticas e de linguagens que atravessam a vida humana e que estão presentes no campo analítico.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as repercussões das violências direcionadas à figura feminina que se encontram presentes na linguagem e nas práticas sociais e se manifestam na clínica, de forma específica, na transferência direcionada à analista.

Objetivo Secundário:

1) analisar as configurações das violências direcionadas à mulher presentes na linguagem e

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401

Bairro: Trindade **Município:** FLORIANOPOLIS **CEP:** 88.040-400

UF: SC

Telefone: (48)3721-6094

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

práticas sociais, particularmente no Brasil;

- 1) analisar o falocentrismo e a heteronorma como expressões de violências e suas repercussões na prática clínica exercida por mulheres;
- 2) analisar a transferência na obra freudiana e suas repercussões na prática clínica;
- 3) ampliar o campo de estudos sobre as violências e suas relações com a transferência na prática clínica exercida por mulheres.

METODOLOGIA

Convergindo com minha prática profissional, onde a escuta clínica é orientada pela psicanálise, essa pesquisa também terá como referência teórica e metodológica, considerando as contribuições de autores pós-estruturalistas. É importante na construção do método, que este não seja sobreposto à prática clínica psicanalítica no sentido de ser reduzido à uma escuta clínica. Ou seja, por mais que referenciais teóricos e metodológicos da psicanálise sejam utilizados na pesquisa, e que o próprio Freud tenha trabalhado na construção do método a mesclagem de casos clínicos e teoria, entendemos que a prática clínica e a pesquisa cada qual possui uma função, ou melhor um objeto. Com isso, a pesquisa se orientará pelo método psicanalítico, e “chamaríamos, assim de “pesquisa com o método psicanalítico” uma atividade em que se constituem e se transformam “objetos”, “pesquisadores” e “meios” ou “instrumentos” de investigação (conceitos, técnicas etc.). (FIGUEIREDO, MINERBO, 2006, p. 262). Assim, na presente proposta de pesquisa, serão convidadas a participar profissionais psicanalistas mulheres que atuam com consultório/clínica. Consideramos importante o recorte da abordagem teórica ser voltada a psicanálise pois como trabalharemos com o conceito de transferência, isso pode incidir sobre as percepções da profissional acerca do que ocorre durante a sessão. A participação será voluntária e os encontros agendados conforme acordo com cada participante. Importante ressaltar, que o meio onde serão realizadas as entrevistas deve garantir o sigilo das informações. Tendo em mente que as entrevistas serão realizadas de forma on-line e que a pesquisadora é psicóloga clínica e atende nessa modalidade, serão utilizados os mesmos recursos exigidos no atendimento psicoterapêutico online e regulamentados pela Resolução 11 de 2018 publicada pelo CFP (Conselho Federal de Psicologia). Os critérios utilizados para participação na pesquisa considerarão o tempo mínimo de atuação clínica de 05 anos e a residência ser no Estado de Santa Catarina. O número de entrevistadas está previsto para 05, pois sabemos que na pesquisa qualitativa, e no caso específico da pesquisa em psicanálise, não importa o tamanho expandido das entrevistas já que não correlaciona fidedignidade das informações obtidas com o tamanho do grupo entrevistado. A

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401

Bairro: Trindade

Município: FLORIANOPOLIS

CEP: 88.040-400

UF: SC

Telefone: (48)3721-6094

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

pesquisa tem como recorte as mulheres psicanalistas pois compreendemos que esse corpo que se apresenta para a escuta é atravessado por marcadores sociais e isso afeta a forma com que o analisando se autoriza nesse espaço. As estratégias de produção de conhecimento nesta proposta de pesquisa se associam à abordagem psicanalítica e à pesquisa a partir de informações das entrevistas. Ainda, importante salientar que a pesquisa será enviada para o Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSC.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Análise adequada dos riscos e benefícios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sem comentários adicionais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A folha de rosto vem assinada pelo/a pesquisador/a responsável e pela autoridade institucional competente.

O cronograma informa que a coleta de dados acontecerá a partir de 01/05/2021.

O orçamento informa despesas de R\$ 3000,00 com financiamento próprio.

Consta do processo o roteiro da entrevista a ser realizada com os participantes.

O TCLE é esclarecedor a respeito de objetivos, procedimentos, riscos e direitos dos participantes, e cumpre as exigências da res. 510/16.

Recomendações:

Sem recomendações adicionais.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pela aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	12/03/2021		Aceito

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401

Bairro: Trindade

CEP: 88.040-400

UF: SC

Município: FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3721-6094

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

Básicas do Projeto	ETO_1710118.pdf	10:41:04		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Rosana_TCLE.docx	12/03/2021 10:35:21	MÉRITI DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Rosana_Schwerz.docx	08/03/2021 22:24:46	MÉRITI DE SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_Rosana_assinado.pdf	08/03/2021 22:18:46	MÉRITI DE SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 29
de Março de 2021

Assinado por:
Maria Luiza Bazzo
(Coordenador(a))